

Bibiana Beretta

**PERCEPÇÕES DE CIDADE E NATUREZA - A TRAMA VERDE
E AZUL DO DISTRITO DO CAMPECHE, ILHA DE SANTA
CATARINA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Soraya Nór

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Beretta, Bibiana
PERCEPÇÕES DE CIDADE E NATUREZA : A TRAMA VERDE
E AZUL DO DISTRITO DO CAMPECHE, ILHA DE SANTA
CATARINA / Bibiana Beretta ; orientador, Soraya Nór,
2018.
142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

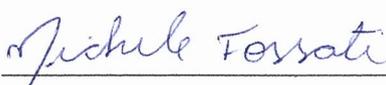
1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Percepção da
paisagem. 3. Planejamento urbano. 4. Trama verde e
azul. 5. Cidade e natureza. I. Nór, Soraya. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

BIBIANA BERETTA

**PERCEPÇÕES DE CIDADE E NATUREZA - A TRAMA VERDE E AZUL DO
DISTRITO DO CAMPECHE, ILHA DE SANTA CATARINA**

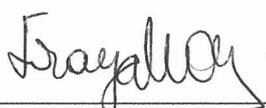
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em
Arquitetura e Urbanismo” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-
Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Florianópolis, 27 de agosto de 2018.


Prof. Dr. Fernando Simon Westphal
Coordenador do Curso

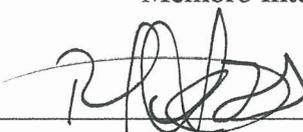
Prof.^a Dr.^a Michele Fossati
Subcoordenadora
PósARQ/CTC /UFSC

Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Soraya Nór
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Maristela Moraes de Almeida
Membro Interno


Prof. Dr. Rodrigo Gonçalves Santos
Membro Interno


Prof. Dr. Rafael Devos
Membro Externo

Este trabalho é dedicado à minha
pequena Alice que sempre me ensina a
perceber maravilhas.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa faz parte de uma trajetória que iniciou há 11 anos, com o ingresso na graduação de Arquitetura e Urbanismo. Exatamente da maneira como a vida deveria ser vivida, entre tantos acontecimentos nesse tempo, construo essa produção textual como encerramento de um ciclo que dependeu de muitas pessoas para se concretizar.

Agradeço, primeiramente, àquela que fez o meu mundo ampliar de tamanho, ao encontro de novas percepções e sensibilidades. Obrigada, pequena Alice, por me escolher em meio a tantas imersões de estudos e trabalhos intermináveis. Obrigada por iluminar e querer fazer parte dessa trajetória.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Thiago, por ter deixado meus dias mais leves, por ter tanta paciência e por todo o amor durante estes desafios de estudo.

Aos meus pais, Julia e Mauro, e às minhas queridas irmãs, Juliana e Mariane, por sempre estarem ao meu lado ajudando, socorrendo e impulsionando minha caminhada.

À minha querida orientadora, Soraya Nór, que não acompanhou somente esta pesquisa, mas muitos dos meus desafios durante a graduação. Muito obrigada pelos conselhos, pela ajuda, por estar sempre presente, por transmitir tanta calma e confiança. Obrigada por toda a paciência diante às minhas tantas incertezas. Obrigada por toda força, sabedoria e compreensão.

À Banca Examinadora, Maristela Almeida, Rodrigo Gonçalves e Rafael Devos, pelas contribuições a este trabalho e por serem os maiores responsáveis pelas leituras apaixonantes às quais me envolvi nestes últimos anos. Obrigada pela sabedoria.

Ao Professor Paulo Rizzo pelos ensinamentos, conversas e acolhimento no Estágio de docência.

À Secretaria, especialmente à Carolina Coelho e à Adriana, por toda a gentileza e disposição em atender minhas necessidades referentes a tantas questões burocráticas de ordem acadêmica durante todos esses anos.

À Coordenação, especialmente ao Fernando Simon Westphal, por acompanhar minha trajetória desde a graduação e sempre me atender com tanta disponibilidade e paciência.

Por fim, obrigada a todos os demais envolvidos que de alguma forma contribuíram e impulsionaram, direta ou indiretamente, para este meu recomeço.

“Assim na terra como no céu
Onde tudo existe
Nada pode ser excluído
Mas sim integrado, percebido e expandido”.

(Oswaldo de Oliveira, 2015)

RESUMO

As relações entre cidade e natureza são centrais nos debates contemporâneos que acompanham a crescente urbanização mundial e a insustentabilidade ambiental. Geralmente, debatidos como conceitos opostos, evidenciam uma dificuldade de integração entre processos de planejamento urbano e processos naturais do ambiente. Apesar de estratégias de planejamento urbano já estudarem métodos de integração entre cidade-natureza, como a metodologia da *trama verde e azul*, há uma lacuna nos estudos que não refletem sobre as preexistências dessa visão antagonista sob um ponto de vista tão conceitual quanto experiencial. Assim sendo, este trabalho investiga as percepções e as relações cognitivas entre cidade-natureza, envolvidas na configuração do espaço urbano, sendo escolhido como recorte de estudo o Distrito do Campeche, na Ilha de Santa Catarina. Como uma forma de contribuir para a reconstrução desses significados e para facilitar os processos de integração no espaço, portanto, investiga-se o tema sob a ótica das historicidades do lugar, dos seus habitantes e da própria pesquisadora, a partir de experimentações na área de estudo, no sentido de vivenciá-lo. A partir de um mapeamento teórico-prático e coletivo-individual dessas experiências, buscou-se analisar integrações entre cidade-natureza por interpretações qualitativas em relação às evidências no espaço físico e nos modos de perceber a paisagem vivida. Os resultados apontaram para novas possibilidades de mapear o espaço urbano, de entender a *trama verde e azul* e, principalmente, de perceber cidade e natureza. As integrações são percebidas não somente por uma ampliação dos conceitos, mas sobretudo por encontros concretos que fortalecem uma diversidade de relações nos espaços de transição entre limites urbanos e naturais. Com isto, acredita-se que esses espaços de convergências e conexões são importantes riquezas a serem consideradas nos processos de planejamentos urbanos sustentáveis.

Palavras-chave: Percepção da paisagem. Planejamento urbano. Trama verde e azul.

ABSTRACT

Relationships between city and nature are central to the contemporary debates that accompany growing urbanization and environmental unsustainability. Generally, discussed as opposite concepts, they show a difficulty of integration between processes of urban planning and natural processes of the environment. Although urban planning strategies already study methods of integration between city and nature, such as the *green and blue network* methodology, there is a gap in studies that do not reflect on the preexistence of this antagonistic view from a conceptual as well as experiential point of view. Thus, this work investigates the perceptions and cognitive relations between city-nature, involved in the configuration of urban space, being chosen as a study clipping the District of Campeche, in the Island of Santa Catarina. As a way to contribute to the reconstruction of these meanings and to facilitate the processes of integration in space, therefore, the subject is investigated from the perspective of the historicities of the place, its inhabitants and the researcher herself, based on experiments in the area of study, in the sense of experiencing it. From a theoretical-practical and collective-individual mapping of these experiences, we sought to analyze integrations between city-nature by qualitative interpretations in relation to the evidences in the physical space and in the ways of noticing the lived landscape. The results pointed to new possibilities of mapping the urban space, to understand the *green and blue network* and, mainly, to noticing city and nature. Integrations are perceived not only by an expansion of concepts, but especially by concrete encounters that strengthen a diversity of relationships in the transition spaces between urban and natural boundaries. With this, it is believed that these spaces of convergences and connections are important riches to be considered in the processes of sustainable urban planning.

Keywords: Landscape perception. Urban planning. Green and blue network.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Oficina-teste 1	34
Figura 2 Oficina-teste 2	35
Figura 3 Oficina definitiva	37
Figura 4 Localização área de estudo.....	41
Figura 5 Localidades internas ao recorte	42
Figura 6 A área estudada entre a Lagoa da Conceição e a Lagoa do Peri.....	43
Figura 7 Mapa de declividades	44
Figura 8 Constituição da T.V.A na paisagem urbana.....	46
Figura 9 O dispositivo da T.V.A e as subtramas	47
Figura 10 Propostas do projeto T.V.A.....	48
Figura 11 Corredores ecológicos entre áreas verdes	49
Figura 12 Diagrama da lógica da pesquisa	50
Figura 13 O paraíso terrestre.....	54
Figura 14 A Tentação de Eva.....	56
Figura 15 Desenhos do viajante Louis Choris sobre a Ilha de Santa Catarina.....	56
Figura 16 Pintura de Vera Sabino inspirada na literatura de Franklin Cascaes	59
Figura 17 Manchetes sobre os novos viajantes.....	60
Figura 18 Campo-cidade	61
Figura 19 Manchetes da imagem de paraíso.....	64
Figura 20 Manifestações simbólicas no Campeche.....	66
Figura 21 Publicidade de empreendimentos imobiliários no Campeche.....	67
Figura 22 Publicações do Jornal Fala Campeche	69
Figura 23 A ideia de trama	81
Figura 24 Processo de pesquisa qualitativa	87
Figura 25 Ícones de identificação.....	89
Figura 26 Mapeamento coletivo	91
Figura 27 Mapa base e mapa coletivo	93
Figura 28 Escritos relacionados à água e vegetação.....	94
Figura 29 Escritos relacionados a elementos urbanos	95
Figura 30 Agrupamentos das anotações	96
Figura 31 Mapa de análise dos ícones de identificação.....	100
Figura 32 Fragmentos das áreas naturais.....	102
Figura 33 Mapeamento geográfico da hidrografia	104
Figura 34 Visibilidades e invisibilidades.....	105
Figura 35 Mapa das socialidades.....	108

Figura 36 Cidades na natureza e naturezas na cidade	111
Figura 37 Texturas naturais.....	112
Figura 38 Texturas do chão urbano.....	113
Figura 39 Ruínas da cidade – emergências na paisagem.....	115
Figura 40 Vestígios	116
Figura 41 Coexistências naturais.....	117
Figura 42 Fronteiras.	118
Figura 43 Misturas.	119
Figura 44 Consideração 1.....	122
Figura 45 Consideração 2.....	122
Figura 46 Consideração 3.....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Registros relacionados à água e vegetação	98
Quadro 2 Trechos relacionados aos aspectos culturais.....	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	29
1.2	OBJETIVOS	32
1.2.1	Objetivo geral	32
1.2.2	Objetivos específicos	32
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	38
2	APRESENTAÇÃO	41
2.1	O DISTRITO DO CAMPECHE	41
2.2	A TRAMA VERDE E AZUL	45
3	RESGATE HISTÓRICO DAS NOÇÕES DE CIDADE-NATUREZA	51
3.1	CONCEPÇÕES CONSTRÚIDAS NO PASSADO	52
3.2	CONCEPÇÕES CONSTRÚIDAS NO PRESENTE	60
4	RECONSTRUIR CONCEITOS	73
4.1	PERCEPÇÃO	73
4.2	PAISAGEM	77
4.3	VIDA E TRAMA	80
5	PERCEPÇÕES COLETIVAS	87
5.1	O MAPEAMENTO COLETIVO	88
5.2	CODIFICANDO EXPERIÊNCIAS, CONECTANDO RELAÇÕES	90
5.2.1	Conexões em relação ao espaço físico	92
5.2.2	Conexões em relação aos modos de percepção	106
6	PERCEPÇÕES DO CORPO-PESQUISADOR	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
7.1	(RE)CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAMA VERDE E AZUL	121
7.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA NO CAMPECHE	124
7.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO	127

REFERÊNCIAS.....	131
BIBLIOGRAFIA.....	139

1 INTRODUÇÃO

O tema desse estudo é a relação entre cidade e natureza. Uma questão cada vez mais presente no campo daqueles que estudam e planejam a cidade. Diante da crise ambiental contemporânea e, ao mesmo tempo, de uma crescente urbanização mundial, muitas são as correntes e os olhares para essa relação, debatida geralmente de forma polêmica e em vertentes opostas. Neste contexto, para refletir sobre as possíveis integrações entre cidade-natureza, a presente pesquisa parte de uma metodologia de planejamento urbano e regional chamada *trama verde e azul*.

O conceito de *trama verde e azul* é de origem francesa (*trame verte et blue*), sendo ainda pouco conhecido no Brasil. Em síntese, a proposta da *trama* é entrelaçar as áreas vegetadas (*verde*) e as áreas hídricas (*azul*) às áreas urbanas, compondo um único ambiente de interligações. Esta nova estratégia de planejamento urbano visa garantir a biodiversidade através de articulados e contínuos corredores ecológicos que permeiam extensões urbanas e periurbanas, conectando seus aspectos socioculturais aos interesses ecológicos e ambientais (NÓR, 2017). Como o próprio nome diz, essas áreas verdes e azuis estariam emaranhadas e conectadas ao espaço da cidade, constituindo, assim, uma única *trama*.

Já que essa conceituação sugere uma outra forma de perceber a cidade, a pesquisa visa tratar o tema a partir das relações cognitivas que envolvem cidade-natureza. Em outras palavras, trata-se de uma busca das essências e origens das oposições-convergências entre ambos. Trata-se, portanto, de um “retorno às coisas” (MERLEAU-PONTY, 1999). Por esse ponto de partida, pretende-se enfrentar a problemática da pesquisa, referente ao planejamento urbano, através do reconhecimento da dimensão sistêmica do ambiente e das relações que o sustentam.

Como espaço físico de discussão, adota-se o Distrito do Campeche, pertencente ao município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, onde o crescimento urbano acelerado opõe-se às singulares presenças da natureza. Em síntese, o intuito da pesquisa no local consiste em reconhecer a configuração da sua *trama verde e azul* através da investigação das percepções e relações cognitivas que envolvem cidade-natureza.

Acredita-se que a identificação do modo como a natureza e a cidade são percebidas pelos habitantes do Campeche seja fundamental para a configuração da *trama verde e azul*. Já que pode ser um interessante meio de revelar as visibilidades e invisibilidades da natureza no seu

espaço urbano. As existentes oposições e as possíveis integrações entre cidade-natureza. Dessa forma, as percepções podem revelar as relações essenciais, ou a falta delas, para o sustento do seu ambiente como uma totalidade.

O desenvolvimento da pesquisa é iniciado pelo estudo das noções de natureza e cidade construídas ao longo do tempo. Não somente em referência ao local específico da área de estudo, mas por condições globais, parte-se de um estudo sobre as representações culturais manifestadas por relações no passado e que perduram na memória daqueles que vivenciam o espaço. A partir desse quadro, apresentam-se as transformações dos significados no presente que acompanham as situações de crescimento urbano e de degradação da natureza no Campeche, configurando uma visão geral da problemática da área de estudo.

Após esse panorama, surge a necessidade de fundamentar essas origens e historicidades das paisagens percebidas, entendendo-a como um acúmulo de relações ao longo do tempo. Para Ingold (2000), esta interpretação é o que define uma paisagem cultural inseparável de uma paisagem natural. Apresenta-se, assim, os referenciais teóricos da pesquisa baseados na fenomenologia da percepção e da paisagem. Em sequência, discute-se sobre a percepção da vida, devido à sua conseqüente relação com a qualidade do ambiente urbano, associado à conservação da natureza. E, por sua vez, das associações desses conceitos com a noção de *trama*. Assim, apoia-se nas ideias de Merleau-Ponty (1999) e outros autores, como Ingold (2000), que contribuem para o enfoque da percepção.

Com a ampliação do tema, por um entendimento do perceber como um experienciar, a pesquisa expande a investigação ao coletivo, mais especificamente às experiências coletivas que envolvem a cidade e a natureza do Campeche. Para tanto, o mapeamento coletivo das experiências daqueles que habitam o lugar torna-se uma forma não só de reflexão sobre a *trama verde e azul* e sua conceituação. Mas também, como uma forma de configurar essa *trama* como estratégia de planejamento e produção de espaços urbanos mais qualificados a diferentes formas de vida, visando a permanência essencial de seus *verdes e azuis*.

Assim, apresenta-se uma análise do mapeamento da percepção, focada nos aspectos da vegetação, da água e da cultura. Os dados coletados são organizados e interpretados em conexão ao espaço físico e aos modos de percepção. Contribuindo, portanto, para gerar formas de

perceber e identificar a hidrografia, a vegetação, os espaços livres e edificados.

Após o estudo das percepções coletivas de cidade e natureza no Campeche, apresenta-se as percepções individuais da pesquisadora, narradas pelo movimento do corpo-pesquisador. É a partir das relações da pesquisadora-habitante-arquiteta-urbanista no território do Campeche que surgem as principais indagações e também respostas em busca da *trama* de um ambiente natural que também é urbano.

De maneira geral, a partir da fundamentação teórica e das experiências práticas, propõem-se refletir sobre a incorporação da natureza na ideia de planejamento urbano. Reforçada pela noção de *trama*, aposta-se nas diversas relações entre cidade-natureza-vida-cultura como um caminho para a sustentabilidade do ambiente, ou ainda, das próprias relações. A partir disso, pretende-se apresentar uma possível forma de desenhar a *trama* da área de estudo, como contribuição ao processo de planejamento.

Desse modo, o desafio do estudo é pensar a totalidade de seu tema, o que inclui suas partes, por meio de possíveis aberturas e ampliações do mesmo. Após essa reflexão espera-se ser possível uma interpretação que intenciona responder aos questionamentos levantados nessa dissertação, diretamente relacionados ao modo como as cidades são planejadas.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Apesar de o fenômeno urbano estar diretamente ligado às relações entre sociedade e natureza, há em grande parte do processo de planejamento uma significativa dificuldade em entender a natureza como parte da cidade ou a cidade como parte da natureza. Ao considerar as paisagens urbanas em seu contexto, na percepção de cidade e de natureza encontram-se contradições e paradoxos que resultam na dicotomia dos conceitos (HOUGH, 2004). Os processos naturais são dificilmente reconhecidos como “imprescindíveis aos processos técnicos, econômicos, políticos e de desenho que dão forma à cidade” (HOUGH, 2004, p. 06). Assim, as disciplinas responsáveis pelo desenho das cidades pouco tratam das ciências naturais e dos valores ecológicos. A natureza é vista como “algo alheio, separada dos assuntos humanos, e somente pode ser estudada nos entornos não urbanizados” (HOUGH, 2004, p.25).

Nessa lógica, os problemas ambientais são agravados à medida que as cidades crescem e criam mudanças nos processos naturais. Em

contrapartida, cresce a tendência a evitar e rejeitar o lugar tão familiar e vital à maioria das pessoas: a própria cidade (HOUGH, 2004).

De acordo com Spirn (1995), os problemas ambientais agravados pelo crescimento das cidades estão diretamente relacionados com o bem-estar de cada morador. Se “a potencialidade que tem o ambiente natural de contribuir para uma forma urbana mais diferenciada, memorável e simbólica é desconsiderada e desperdiçada”, o maior custo dessa desatenção é em relação a saúde e bem-estar dos moradores (SPIRN, 1995, p. 26). Essa situação pode ser revertida nos ambientes urbanos se os seus processos naturais forem compreendidos. Entretanto, antes da compreensão e da aplicação de ferramentas e métodos é preciso que a natureza seja reconhecida, ou ainda, percebida (SPIRN, 1995). Também para Hough (2004), o ambiente natural está presente de uma maneira ou outra, independentemente de sua localização, tanto no campo quanto na cidade.

A falta de visibilidade dos processos que sustentam a vida no ambiente urbano traduz não só um empobrecimento sensorial, mas também a falta de responsabilidade que acentua a crise ambiental em que se vive. Para haver comprometimento com o meio ambiente é preciso percebê-lo. Essa mesma falta de compreensão da natureza na sua totalidade, ou seja, da visão sistêmica dos processos que inter-relacionam a vida humana e não-humana, também torna os desenhos da cidade independentes do lugar. Desenhos formalistas que priorizam questões estéticas são replicados em diferentes lugares do mundo, negando a identidade que as formações naturais conferem a cada território (HOUGH, 2004).

Para o autor, a evolução das cidades construiu uma imagem de natureza por valores específicos, centrados em expressões estéticas e de espírito cívico, distantes da dinâmica dos processos naturais. Seu papel é ressignificado. Com a presença cada vez mais escassa da natureza nas cidades, ela se converte em algo valioso, muitas vezes comercializável, acessível a pequenas parcelas da população. Nas reabilitações urbanas, a natureza aparece por premissas prioritariamente estéticas, proporcionando relações passivas e contemplativas que pouco reconhecem o papel sistêmico dos seus processos em relação à vida. Ou seja, pouco percebem a natureza como essência da cidade. Rios, córregos, bosques e formações geológicas são ocultados por uma infraestrutura urbana que geralmente ressignifica a natureza unicamente por seu papel ornamental, ou funcional.

A Ilha de Santa Catarina, correspondente à área de estudo, abrange uma peculiar área natural que movimenta um forte setor turístico

e atrai cada vez mais moradores que buscam por saúde e bem-estar. Assim, ao mesmo tempo que a natureza é reconhecida como importante fator ao bem-estar, a pressão da urbanização reduz e invade áreas de proteção ambiental. O Distrito do Campeche, área do recorte de estudo, está dentre uma das importantes centralidades previstas para o adensamento populacional da cidade e já vem sofrendo atualmente um rápido crescimento urbano, retratando conflitos entre o planejamento urbano e o ambiente natural. Só no período entre o ano 2000 e 2010, a população do distrito cresceu de 18.570 habitantes para um número de 30.000 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com a previsão do IPUF (2007), este número duplicará até o ano de 2030, chegando a 60.000 habitantes. Representando, assim, o distrito com maior taxa de crescimento populacional na Ilha.

A falta de compreensão e reconhecimento da dinâmica dos processos naturais como parte do funcionamento e do sustento da vida no espaço urbano do Campeche é central. O turismo exploratório reduz a natureza local, as prestigiadas paisagens, tratando-as como áreas isoladas do processo vital e não como parte de um todo. Assim, entre as famosas paisagens litorâneas, a cidade cresce ignorando os ecossistemas que sustentam tanto a beleza quanto a vida no local. As paisagens urbanas edificadas, em expansão, são sobrepostas às paisagens naturais, acentuando a invisibilidade e desconhecimento da natureza nas áreas onde as pessoas vivem e circulam. Esse crescente encobrimento traduz a fragilidade ambiental pela qual a área de estudo tem passado.

Afinal, se “ver a natureza na cidade é apenas uma questão de percepção” (SPIRN, 1995, p.45), indispensável à resolução da problemática, questiona-se como as pessoas que vivenciam o local de estudo percebem a natureza no ambiente urbano? Como a percepção da natureza interfere nas relações e na produção do espaço em estudo e no seu conseqüente desenho? Como o desenho dessas áreas urbanas pode estar sistematicamente conectado às áreas naturais, tornando-as perceptíveis e garantindo a dinâmica vital ao seres humanos e não-humanos e sua conseqüente plenitude de vida? São questões integrantes do presente estudo.

É nessa busca que a pesquisa dialoga sobre os significados e valores que envolvem a noção de natureza e de cidade. Assim, alguns autores como Spirn (1995) e Hough (2004), embasam a abordagem de problemáticas similares, com enfoque no planejamento urbano sustentável; e autores como Santos (1996) auxiliam nos debates sobre problemáticas contemporâneas relacionadas, neste trabalho, ao crescimento das cidades e seus desafios.

Já a abordagem filosófica de Merleau-Ponty (2007) e Heidegger (2008) contribuem para o aprofundamento do conceito de percepção e suas relações com o espaço, por um cunho fenomenológico. Assim como a abordagem antropológica de Ingold (2015), em principal, e a abordagem biológica de Maturana e Varela (2007). Por meio desses alicerces teóricos, a noção de vida e sua consequente plenitude também são ampliadas, relacionadas neste trabalho à dinâmica dos processos naturais.

Por essas abordagens, pretende-se compreender a metodologia da *trama verde e azul* como uma alternativa de planejamento que revele as integrações entre as áreas urbanas e naturais, assim como a vida humana e não-humana. Assim, o mapeamento coletivo da percepção, focado na cobertura vegetal e hídrica, nos espaços livres e edificados, pretende contribuir para melhorias no planejamento da área em estudo. Como forma de minimizar os efeitos da dissociação entre cidade e natureza a partir de uma visão sistêmica do ambiente e da vida.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho objetiva identificar as percepções e as relações cognitivas entre cidade-natureza para a configuração da *trama verde e azul* no Distrito do Campeche, em Florianópolis.

1.2.2 Objetivos específicos

- Investigar significados de cidade e natureza ao longo do tempo, abrangendo dimensões culturais, historicidades e relações experienciais;
- Reconhecer as dimensões culturais e ambientais nas leituras e construções do espaço, a partir da percepção da paisagem;
- Refletir sobre a relação entre natureza-cidade-vida e de sua associação com o conceito de *trama verde e azul* no Campeche;

- Identificar sobreposições, lacunas, o visível e o percebido em relação à *trama verde e azul* no Campeche.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme os objetivos da pesquisa, centrados na reflexão dos termos envolvidos na relação cidade-natureza-ser humano-percepção e no reconhecimento da *trama verde e azul* no local de estudo por meio das experiências e percepções do coletivo, foi preciso adotar uma metodologia qualitativa. Ou seja, adotou-se uma pesquisa “preocupada com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHART; SILVEIRA, 2009).

De maneira geral, os procedimentos metodológicos consistem na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que inclui o levantamento fotográfico e o mapeamento coletivo. As metodologias teóricas e práticas foram adotados em todas as etapas do trabalho.

A pesquisa bibliográfica seguiu diferentes vertentes. Uma mais específica aos dados da área em estudo, referentes às informações geográficas e históricas do local. Outra relacionada ao campo de conhecimento da arquitetura e urbanismo, referentes às trajetórias de desenvolvimento urbano, aos processos de globalização e suas relações com representações de natureza. E, por final, uma vertente englobando outras áreas de conhecimento, como filosofia e antropologia, na tentativa de ampliação do tema, sob a ótica da fenomenologia da percepção.

Na primeira etapa de fundamentação teórica da pesquisa, a revisão literária apoiou a compreensão da problemática, o estudo histórico do tema e a reconstrução dos conceitos envolvidos. Já na etapa de levantamento de dados, por meio do mapeamento coletivo e das experiências em campo da pesquisadora, a bibliografia foi tomada como princípio de análise.

Quanto à pesquisa de campo, diferentes técnicas foram adotadas de acordo com as experiências de diferentes habitantes do local e as experiências individuais da pesquisadora.

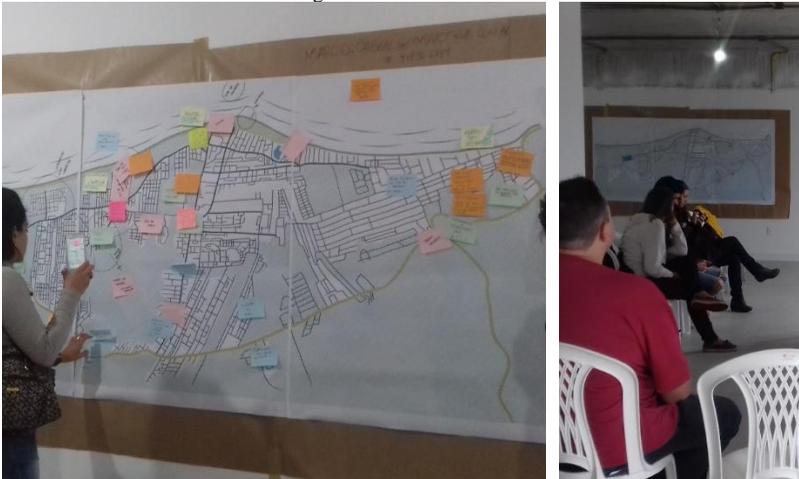
Primeiramente, adotou-se a metodologia de mapeamento coletivo para registrar as experiências de outros habitantes no local. Para entender os significados de cidade-natureza não somente pelas percepções

individuais da pesquisadora, buscou-se ampliar por meio de um método de registro coletivo, visando outros modos de perceber o Campeche.

O mapeamento foi realizado por ateliês presenciais a fim de provocar o relato e o registro das experiências dos participantes, por uma dinâmica baseada em processos de conversação que buscam engajar diálogos de forma colaborativa. Resgatar os valores identitários da comunidade e registrá-los é um processo construído fundamentalmente em colaboração e co-criação (STEIR, BROWN, SILVA, 2015). Essa dinâmica também é compatível à abordagem fenomenológica da percepção, ao priorizar a dimensão da experiência e uma integração das subjetividades e objetividades que envolvem o fazer científico (MERLEAU-PONTY, 1999).

A primeira aplicação teste ocorreu com um grupo de 30 pessoas, moradoras do Campeche, de diferentes faixas etárias. Os entrevistados foram divididos em seis grupos de cinco pessoas para a discussão de temas específicos dentro da temática geral. As perguntas que guiaram esses temas foram respondidas em coletivo, gerando trocas e uma maior quantidade de informações, onde um responsável anotava as principais falas e palavras-chaves. De tempo em tempo aconteciam os giros, onde as pessoas trocavam de grupo para a discussão de outros temas. Os temas foram escolhidos de forma a despertar a memória em relação à infância, lugares preferidos, personagens, limites e fronteiras que envolviam as áreas de natureza, facilitando o mapeamento (Figura 1).

Figura 1 Oficina-teste 1



Fotos da autora, 2017.

A segunda aplicação teste foi realizada com um grupo de 16 crianças moradoras do Campeche, na faixa etária de 6 e 7 anos. Devido à idade dos participantes, a mesma lógica foi aplicada, entretanto as perguntas que guiaram a oficina foram aplicadas para todos os participantes, sem divisão em grupos menores. Para as crianças registrarem os dados respondidos foi feito o uso de recortes de figuras e desenhos, além de palavras-chaves escritas em *post-its*, assemelhando-se à fabricação de *collages* (Figura 2).

Figura 2 Oficina-teste 2



Fotos da autora, 2017.

Para aprimorar as técnicas aplicadas, principalmente em relação à organização da dinâmica, a um modo mais prático de síntese dos dados e

em relação à riqueza e diversidade das informações quanto aos objetivos, julgou-se necessária uma readequação do procedimento da oficina. A terceira aplicação, portanto, foi considerada a mais adequada e a versão definitiva para a categorização e análise dos dados. Com o foco nos relatos, em seus detalhes e subjetividades, o grupo convocado envolveu uma amostragem pequena de dez pessoas. A oficina foi composta por moradores e, desta vez, também por visitantes da área em estudo, de diferentes localidades dos bairros.

Julgou-se a participação de crianças dependente de uma forma muito específica de procedimento, sendo necessário redirecionar os objetivos e o foco do trabalho sobre percepção. Portanto, a oficina definitiva reuniu apenas adultos. A escolha não dependeu da idade do participante, mas sim de uma diversidade no tempo de moradia na área de estudo. Entendendo o tempo de moradia, assim, como a quantidade de anos que o participante já residia ou visitava o local, a fim de coletar relatos sobre diferentes temporalidades e engajamentos no local. Assim, os grupos incluíram turistas que já visitavam o local há muitos anos, turistas que conheceram o local recentemente, moradores recentes, que já moravam entre cinco e 10 anos no Campeche, assim como moradores antigos, que já moravam há 20, 30 ou 60 anos no Campeche.

É interessante observar como muitos habitantes naturais do local, independente da faixa etária, carregam na memória relatos de experiências até anteriores, transmitidas pelas gerações locais antepassadas. No sentido oposto, também foi interessante reunir nos grupos as experiências temporárias daqueles que visitam o local. Notou-se que reunir um grupo menor, mas com essa tipologia de diversidade trouxe informações mais valiosas para os objetivos em relação aos diferentes modos de percepção.

Acredita-se que esses grupos de entrevistados constituem particularidades que contribuem para o mapeamento da natureza em diferentes épocas. Da natureza que perdura tanto como um gesto na memória, atualmente invisível aos olhos, quanto ainda em presenças visíveis que resistem ao avanço da atual urbanização. Assim como suas projeções futuras, mapeadas pelas esperanças declaradas. Tratando-se do reconhecimento do território construído a partir da própria relação com a natureza, sendo um ponto em comum de tradução da própria coletividade e unidade do Distrito do Campeche.

O principal canal de comunicação com os moradores de maior tempo de moradia foi a Associação de Moradores, presente e atuante nos três bairros que compreendem o distrito: Rio Tavares, Campeche e Morro

das Pedras. Já os moradores mais recentes foram contatados por meio dos coletivos de trabalho, eventos e feiras.

Antes da aplicação da dinâmica, houve a preparação das oficinas de modo a organizar os principais materiais e dispositivos utilizados. O mapa do Distrito do Campeche foi impresso com linhas simplificadas, apenas marcando linhas viárias, contornos de edificações e curvas de nível. Dessa forma, o mapa impresso foi apenas um material de base que permitiu reconhecer e demarcar a área em estudo. Qualquer informação sobre limites, localizações e temáticas específicas fizeram parte do processo posterior de construção coletiva do mapa, realizado em folhas sobrepostas de papel vegetal para a criação de um novo desenho. Para facilitar essa criação, outros materiais, como *post-its*, canetas e alfinetes para mapa, também foram reunidos. Para ser possível utilizar os alfinetes, o mapa impresso foi colado em base de isopor. Após, essa base foi colada em papelão rígido para facilitar seu transporte e durabilidade. O uso de um gravador de áudio também foi necessário para registrar possíveis dados não coletados pelo coletivo e também possibilitar a transcrição detalhadas de certas falas.

Quanto ao espaço físico, foi escolhido um espaço interno adequado para trabalhar com o mapa disposto horizontalmente em espaço central, onde as pessoas pudessem circular ao seu redor para usar os recursos disponíveis de diferentes pontos de vista. Com todos os materiais reunidos e os dispositivos de suporte planejados, tornou-se possível a aplicação da oficina (Figura 3).

Figura 3 Oficina definitiva



Fotos da autora, 2018.

O mapeamento coletivo abrangeu a etapa de coleta de dados, com a produção de um mapa desenhado pelos registros dos próprios participantes e a etapa de análise, incluindo a produção de croquis e mapas resultantes da análise técnica, após as oficinas.

Em segundo lugar, para buscar e analisar pontos de oposição e convergência entre cidade-natureza a partir das vivências pessoais da pesquisadora, adotou-se o levantamento fotográfico, de grande importância para revelar as intenções das conceituações teóricas discutidas por meio dos autores estudados. A área de estudo foi fotografada durante o movimento do corpo-pesquisador que percorreu diferentes localidades na busca por sinais reveladores dos significados de cidade-natureza. As imagens foram escolhidas de acordo com sua relevância, no que diz respeito às relações em evidência, destacadas pelas visões dos autores estudados. Este trabalho de campo permitiu fundamentar o tema da percepção junto às experiências diretas com o lugar em estudo.

A partir de todos os procedimentos metodológicos adotados, portanto, passou-se a interpretar a problemática no intuito de contribuir para a identificação da *trama verde e azul* do local. Foi possível refletir sobre outras possibilidades de perceber o ambiente da cidade e a natureza, a fim de propiciar alternativas ecológicas e sustentáveis nos processos de planejamento urbano.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em sete capítulos. O presente capítulo é responsável pela introdução da pesquisa. A principal intenção é esclarecer a delimitação do tema, destacar a problemática e apresentar os objetivos e metas. Em sequência, os procedimentos metodológicos são expostos em detalhe, como forma de garantir seu sentido.

O segundo capítulo é destinado à apresentação do Distrito do Campeche, detalhando as delimitações espaciais do recorte em estudo e a apresentação da metodologia da *trama verde e azul*, como ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata de uma análise literária das origens das concepções de cidade-natureza, em busca das suas temporalidades. Por essa interpretação, o capítulo discute sobre as relações simbólicas, as significações ocultas e as relações práticas que

permeiam o passado, o presente e o futuro, concomitantemente. Em termos locais e globais.

Após este conteúdo, o quarto capítulo destina-se ao estudo do conceito de percepção, sob a ótica da fenomenologia. Nesta etapa, apresenta-se a conceituação base da pesquisa, por uma abordagem mais específica a outros campos de conhecimento. Busca-se entender o espaço percebido por suas camadas temporais definidoras da paisagem cultural e natural do local, envolvendo a reflexão sobre a fenomenologia da paisagem. Além desses referenciais teóricos, discute-se a percepção de vida, propondo a relação intrínseca entre cidade-natureza-vida-cultura como definidora da própria noção de ambiente e de sua associação com o conceito da *trama*.

O quinto capítulo é destinado ao mapeamento coletivo da *trama verde e azul* da área de estudo, a partir das percepções dos habitantes que experienciam o Campeche. Primeiramente, apresenta-se uma descrição do método aplicado, detalhando as etapas do processo de mapeamento. Posteriormente, discorre-se sobre as narrativas e descrições das percepções coletivas apuradas nas oficinas para, então, apresentar as análises, resultados e produções gráficas dos dados coletados.

No capítulo seis, em complementação a essas visões coletivas, apresenta-se uma leitura sensível do espaço urbano do Campeche a partir das experiências da pesquisadora em campo. Trata-se de uma busca conceitual e prática das possíveis convergências entre cidade-natureza.

O sétimo capítulo, por final, trata da análise conclusiva de todo o conteúdo trabalhado ao longo da pesquisa. Aponta-se para os resultados da análise e suas possíveis respostas à problematização questionada. Considera-se, bem como, as considerações finais sobre a *trama verde e azul* e os procedimentos metodológicos aplicados. É, portanto, neste fechamento circular que todas as partes estudadas são somadas.

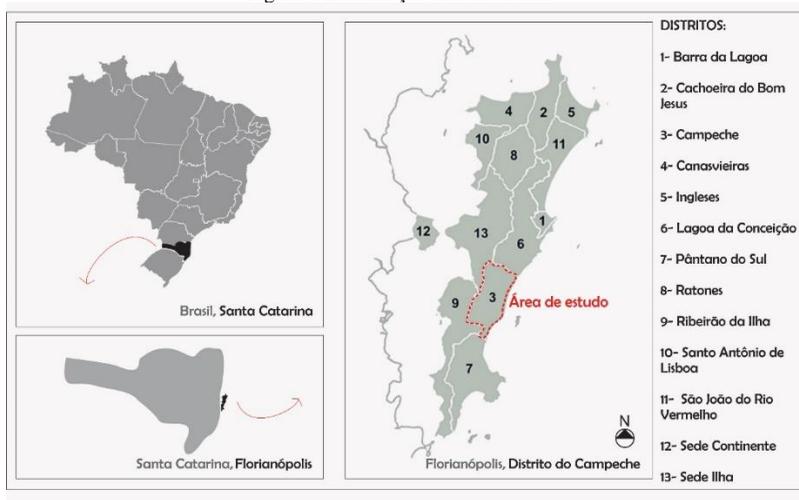
2 APRESENTAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a caracterização e limitação da área de estudo, assim como uma explicação mais detalhada sobre a ideia de *trama verde e azul*.

2.1 O DISTRITO DO CAMPECHE

O Distrito do Campeche está localizado no município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. O município é formado por uma parte insular, denominada Ilha de Santa Catarina (438,9 km²) e por uma parte continental (12,1 km²), separadas por um estreito canal que separam as Baías Norte e Sul (IPUF, 2004). O recorte de estudo está localizado ao leste da parte insular (Figura 4).

Figura 4 Localização área de estudo



Fonte: PMF, 2017, adaptado pela autora.

A área em pesquisa compreende uma área de 34,8 km². Dentro os treze distritos, representa um dos mais populosos do município, chegando a um número de 30 mil habitantes (PMF, 2017). As delimitações administrativas do Distrito abrangem os bairros do Morro das Pedras, Campeche e Rio Tavares. As principais localidades reconhecidas na sua distribuição interior, compondo limites e fronteiras entre bairros, são: a

Lagoa da Chica, a Lagoa Pequena, as dunas, o Morro do Lampião, a SC 405, SC 406 e a Fazenda do Rio Tavares (Figura 5).

Figura 5 Localidades internas ao recorte



Fonte: GEOPROCESSAMENTO PMF, 2017, adaptado pela autora.

Considerando os territórios que vão além dos limites oficiais do distrito, relevantes para a sua constituição como tal, destaca-se importantes formações naturais da Ilha. Nota-se que a área de estudo pode ser bem definida pela área, predominantemente urbanizada, que compreende o território entre a Lagoa da Conceição e a Lagoa do Peri, em seu sentido longitudinal (Figura 6).

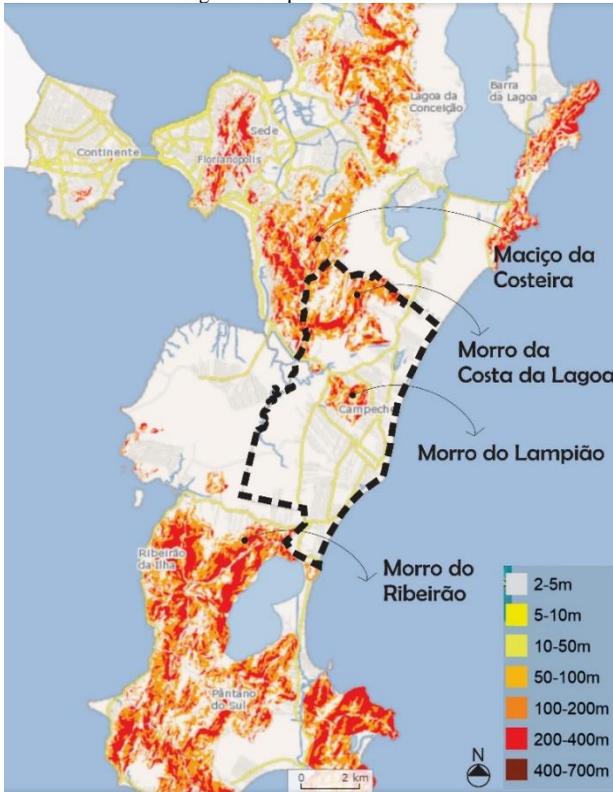
Figura 6 A área estudada entre a Lagoa da Conceição e a Lagoa do Peri.



Fonte: ILHA, 2017, adaptado pela autora.

Já em seu sentido transversal, a área de estudo encontra-se entre o mar do Oceano Atlântico, com sua borda de dunas e restinga, e a faixa predominantemente rural da Planície do Campeche (Figura 6). A faixa de Planície estende-se em todo o sentido leste-oeste. As concentrações urbanas localizam-se ao lado leste, parte do recorte em estudo, não havendo nenhuma conexão viária direta entre seu lado oeste e o Distrito do Campeche. No sentido norte, a planície está localizada entre o Morro da Costa da Lagoa, pertencente ao Maciço da Costeira de Pirajubâê, e o Morro do Ribeirão, ao sul (Figura 7).

Figura 7 Mapa de declividades



Fonte: GEOPROCESSAMENTO PMF, 2017, adaptado pela autora.

A delimitação administrativa do Distrito do Campeche e dos seus bairros, entretanto, não é consenso entre os moradores. Em primeiro lugar, há uma confusão da nomenclatura devido ao bairro de mesmo nome. O Campeche é associado a diferentes limites dependendo do entendimento individual de cada habitante. A nomenclatura pode se referir ao distrito, ou ao bairro do Campeche, como também pode se referir à praia do Campeche. Os próprios pontos mais visitados na faixa de praia também recebem nomenclaturas distintas.

Cabe esclarecer que no intuito de abranger todo o adensamento urbano entre as lagoas da Conceição e do Peri, optou-se por definir a área de estudo a partir dos mesmos limites da região administrativa oficial do distrito. Assim, a palavra Campeche nesta pesquisa trata de uma referência a todos os seus três bairros enquanto distrito: Rio Tavares, Campeche e Morro das Pedras.

Mesmo nomeando a área de estudo a partir de uma nomeação administrativa, cabe lembrar que o propósito da pesquisa está na compreensão de suas diversas territorialidades. Para Dias (1995), as divergências acerca das delimitações revelam as fronteiras como símbolos da identidade de certos grupos que se diferenciam de outros. Assim, as fronteiras demarcam também “uma unidade dada pela rede de sinais, conexões e consequências que uma determinada coletividade institui acerca do lugar onde vive” (DIAS, 1995, p.30). É nesse sentido que a autora defende que pode haver tantos *Campeches*, quanto imaginações. Na mesma lógica, o estudo a partir de um recorte delimitado não implica necessariamente rejeitar essas diferentes noções das fronteiras do distrito, atentando-se às percepções individuais e coletivas, bem como, as relações sistêmicas do entorno que o constroem como tal.

2.2 A TRAMA VERDE E AZUL

O modelo da *trama verde e azul* é relativamente recente, pouco estudado e difundido em âmbito nacional. Como uma estratégia de planejamento territorial, o conceito surgiu na França com o intuito de garantir a conservação da biodiversidade.

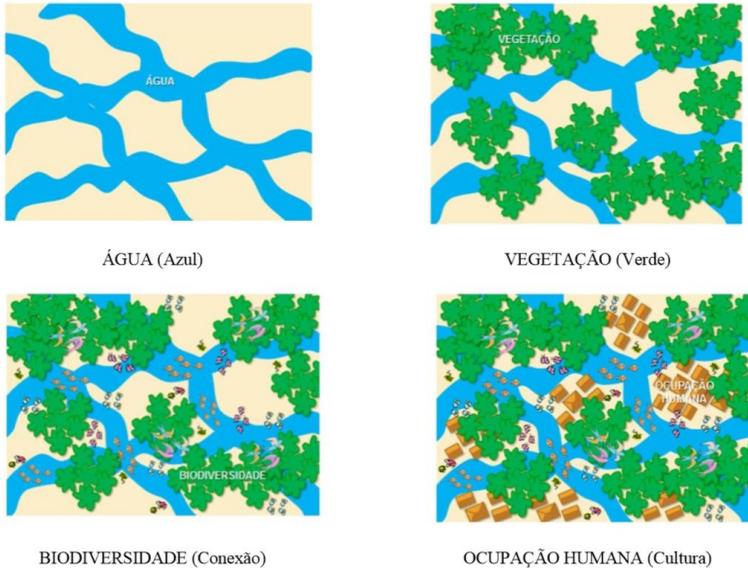
Com a rápida expansão urbana francesa e o surgimento de uma forte rede de transportes com foco rodoviário, atitudes isoladas foram adotadas. Pequenas passagens para a fauna, leis de proteção ambiental e criação de parques foram importantes alternativas. Entretanto, sem suficiência para alcançar mudanças efetivas visíveis, o Estado decidiu intervir e constituir, oficialmente, um projeto de redes ecológicas. Surge, então, o projeto da *trama verde e azul* que pretende servir como ferramenta e método para “a conservação da biodiversidade e luta contra a fragmentação do território (CARSIGNOL, 2012, p. 76).

Na França, a *trama* já apresenta solidez em termos legais e institucionais, com comitês específicos e legislação própria para garantir sua integração aos planos urbanos. Vem sendo desenvolvida a partir de projetos-pilotos que visam aprimorar o método, em maior escala no país e na Europa.

A estruturação da *trama* é um método baseado na identificação dos grandes reservatórios de biodiversidade, áreas de vegetação (*verde*) e de água (*azul*), que devem ser interligados por corredores responsáveis pela continuidade ecológica. Assim, a circulação das espécies é garantida e a redução da fragmentação dos habitats é evitada. A noção de *trama* é ampliada a todas possíveis classificações, nas suas diferentes

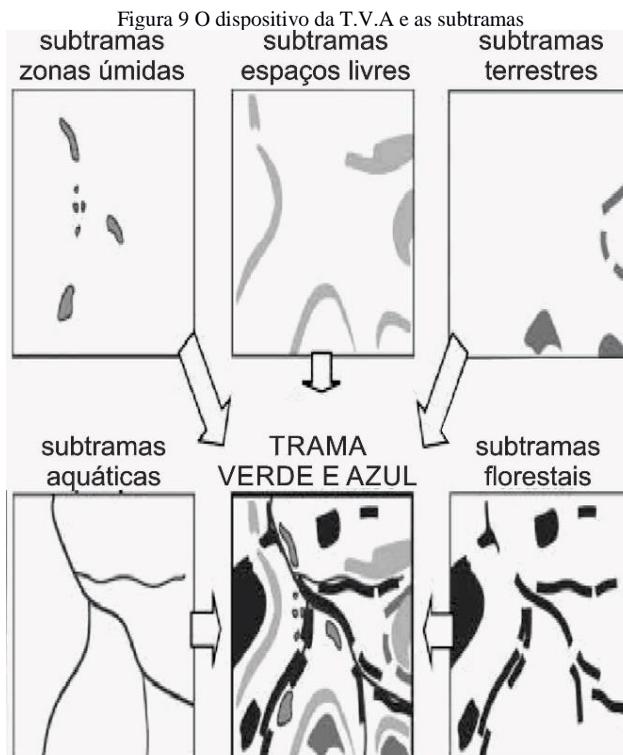
características e funções, interligando e compartilhando um só espaço (Figura 8).

Figura 8 Constituição da T.V.A na paisagem urbana.



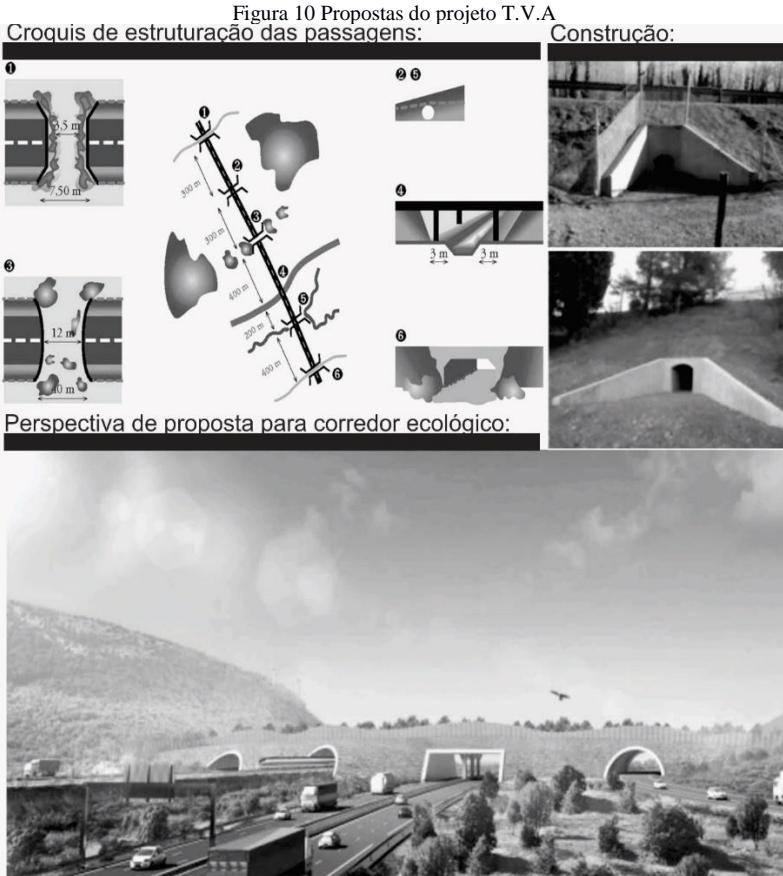
Fonte: NÓR, 2017, p. 08, no prelo.

A metodologia compreende, portanto, as “zonas nodais de biodiversidade”, como áreas de proteção ambiental e “espaços reconhecidos como fundamentais para a biodiversidade”, continuidades relevantes denominadas como subtramas e corredores ecológicos que permitam conectar essas áreas (CARSIGNOL, 2012, p. 81). A soma dessas identificações origina a *trama verde e azul* (Figura 9):



Fonte: CARSIGNOL, 2012, p. 81.

Os corredores de ligação, por sua vez, são elementos-chaves de costura dos habitats naturais com o ambiente urbano, aquele que hoje é o maior responsável pela fragmentação, formando um único tecido. É nesse sentido que representa uma ferramenta a ser aplicada tanto em áreas de menor adensamento populacional, respectivas às áreas rurais, como em áreas de maior adensamento populacional, respectivas às áreas urbanas. Apenas como exemplos, as imagens seguintes ilustram algumas medidas que compõem o projeto da *trama verde e azul* na França, propostas na requalificação futura das redes francesas de transporte terrestre para garantir a passagem da fauna (Figura 10).

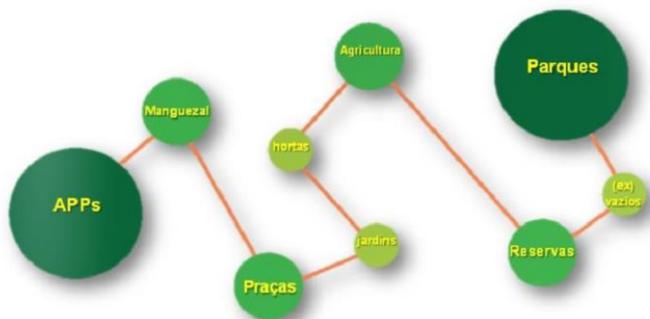


Fonte: CARSIGNOL, 2012, p. 84-86.

Assim, a esquematização de uma *trama verde e azul* no ambiente urbano reforça um sistema de espaços livres urbanos, aqueles não ocupados por edificações e ao ar livre, essenciais em esferas ambientais e culturais. Correspondendo, portanto, ao maior percentual do solo das cidades brasileiras, mesmo entre as mais populosas: ruas, avenidas, parques, praças, calçadas, rios, matas e praias urbanas, como exemplo (MAGNOLI, 1982). Para Tardín (2008), os espaços livres urbanos estão diretamente relacionados com a forma e estrutura urbana, capazes de ordenar as ocupações e cumprir importantes funções sociais em esfera pública. Na ideia de trama, além dessas funções, esses espaços livres também representam linhas-chaves para proporcionar o movimento

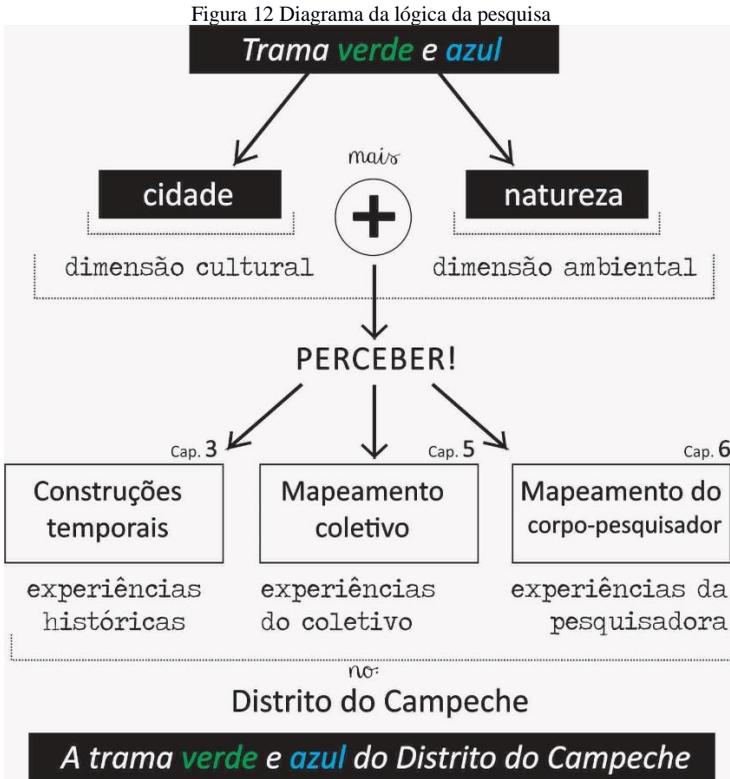
contínuo de diferentes espécies entre os reservatórios fragmentados pela cidade, sendo protagonistas dessas conexões (Figura 11).

Figura 11 Corredores ecológicos entre áreas verdes



Fonte: NÓR, 2017, p. 07, no prelo.

É fundamental, portanto, a relação dos esquemas da *trama verde e azul* com os projetos de desenvolvimento urbano. Para tanto, a pesquisa é fundamentada nas relações entre cidade-natureza, buscando perceber condições de soma que potencializem a *trama* no que diz respeito à integração da dimensão natural e social do espaço. Sendo este um elemento-chave da pesquisa, o diagrama seguinte resume a estruturação que parte dessa ideia, a esclarecer a lógica de organização do conteúdo a ser desenvolvido (Figura 12).



Elaborado pela autora, 2018.

É importante esclarecer que a pesquisa parte de um entendimento da dimensão natural como aquelas interações referentes aos elementos biofísicos da paisagem, como a vegetação, a água e a terra (TARDIN, 2008). Sobre a dimensão social, parte-se do entendimento das interações entre indivíduos dentro de uma sociedade, “relacionados com o modo de vida de uma comunidade e seus valores” (TARDIN, 2010, p. 06). As reflexões seguintes tratam da percepção dessas dimensões a partir de suas construções temporais.

3 RESGATE HISTÓRICO DAS NOÇÕES DE CIDADE-NATUREZA

Já que as sutis reuniões entre cidade-natureza parecem exigir atenção, cabe compreender quais relações ao longo do tempo envolvem o que se conhece e o que se percebe por natureza, e também, por cidade.

Para estudar os campos significativos gerados por experiências em diferentes tempos, entende-se necessária uma busca literária das historicidades e culturas não só do Campeche, mas de processos globais que envolvem cidade-natureza. A construção desses significados é também a construção do espaço físico. Ou seja, a percepção da presença física da natureza na cidade depende diretamente das suas significações.

Não se trata de supor que há, de um lado, a “coisa” física ou material e, de outro, a “coisa” como ideia ou significação. Não há, de um lado, a coisa-em-si e, de outro, a coisa-para-nós, mas um entrelaçamento do físico-material e da significação, a unidade de um ser e de seu sentido, fazendo com que aquilo que chamamos de “coisa” seja sempre um campo significativo. (CHAUÍ, 2000, p. 221)

Para Lenoble (1969), a natureza é extremamente dependente do pensamento dos sujeitos, sendo forte representante da história da humanidade. Essa ideia de natureza, assim, é construída ao longo do tempo, existindo para uma dada sociedade e para um determinado período histórico. Esses significados cambiantes acabam por refletir a relação da humanidade com o seu meio e com sua existência. Refletindo, assim, no próprio conceito de cidade.

A relação entre cidade-natureza pode muito bem ser compreendida pela relação ser humano-natureza, construída ao longo do tempo. Na teoria de Rossi (2001), por exemplo, a cidade é associada à condição humana através da própria arquitetura.

A arquitetura é não apenas o lugar da condição humana, mas uma parte dessa condição, que se representa na cidade e em seus monumentos, nos bairros, nas residências, em todos os fatos urbanos que emergem o espaço habitado. (ROSSI, 2001, p.23).

Para o autor, a construção e definição da cidade também parte da imaginação e da memória, que compreendem suas representações e símbolos. A concepção de cidade como artefato, elaborada por Rossi (2001), entrelaça a materialidade construída e o universo ideacional. Por trás de sua forma física, há uma ideia de cidade que vai além de sua permanência. A cidade, assim, transcende sua materialidade. Dessa forma, é entendida como um processo construído ao longo do tempo por uma relação entre indivíduo e cultura, sendo tanto fato material quanto *locus* da memória coletiva: “a união entre o passado e o futuro está na própria ideia da cidade, que a percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para concretizar-se, deve conformar a realidade, mas também conformar-se nela” (ROSSI, 2001, p. 200).

Cabe salientar que o estudo não pretende seguir uma cronologia detalhada de todos os períodos históricos, e sim, destacar certos acontecimentos relevantes para transformações e repetições dos possíveis significados de cidade-natureza.

3.1 CONCEPÇÕES CONSTRUÍDAS NO PASSADO

Um resgate histórico baseado no conceito de natureza pode revelar desde concepções míticas e de divinização da natureza até teorias racionais (HENRIQUE, 2009). De qualquer modo, a admiração pela natureza parece estar presente desde os primórdios da história da humanidade. Contudo, as relações e os valores parecem ser transformados ao longo do tempo.

Ao resgatar a cultura dos habitantes pré-europeus na Ilha de Santa Catarina, os índios da tribo Carijós, é possível compreender que suas relações com a natureza eram sobretudo religiosas. As forças da natureza eram forças divinas, presentes na mitologia e cosmologia indígena como fundamento da sua cultura. Para os povos indígenas, não havia separação entre o universo humano, natural e sobrenatural (BRIGHENTI, 2012).

Essa é uma característica dos povos pré-históricos em geral, constatada através de comunicações simbólicas, como as manifestações artísticas reveladoras do modo como as pessoas viviam e morriam, envolvendo mitos, estátuas, vasos e outros objetos típicos da época. Considerando essas manifestações como possíveis correspondências à realidade, afirma-se a centralidade de uma Grande Deusa nas atitudes, organização social e particularidades da cultura desses povos. Segundo Eisler (2007), essa Deusa representa a Natureza e o feminino, fontes de

toda a existência. O feminino representa o poder universal de gerar a vida, assim como o poder da natureza de sustentá-la. Assim, a coleção de símbolos da natureza aparentes em uma arte mítica e religiosa é associada aos processos de vida. Estatuetas e outros símbolos de culto à Deusa mesclam imagens femininas a imagens de animais selvagens e plantas. Essa relação sagrada revela um mundo de convivência centrado na harmonia e fusão com os mundos animal e vegetal (EISLER, 2007).

Essa visão de interdependência dos sistemas de vida humano e não humano, assim como uma organização social matriarcal, aos poucos é sobreposta por uma visão antropocêntrica e patriarcal.

Com a chegada dos europeus no território catarinense, novas relações e valores aparecem, a partir de outros padrões de organização social e espacial. Mesmo que em diferentes momentos, a passagem do “homem primitivo” ao “homem civilizado” acontece no mundo todo (EISLER, 2007).

Antes de discutir as novas relações advindas de uma cultura ocidental no território catarinense, entretanto, é importante analisar a condição global vivida por esses novos ocupantes. Mesmo já demonstrando outros tipos de vínculos construídos com a natureza, os mesmos ainda podem ser traduzidos pelo simbolismo dos mitos sagrados e manifestações artísticas.

Aponta-se para a existência de um vínculo entre a ideia de natureza e a ideia de paraíso. Esse fato pode ser observado em duas situações: na descrição mitológica de cidade na Antiguidade e nas descrições bíblicas sobre crenças cristãs.

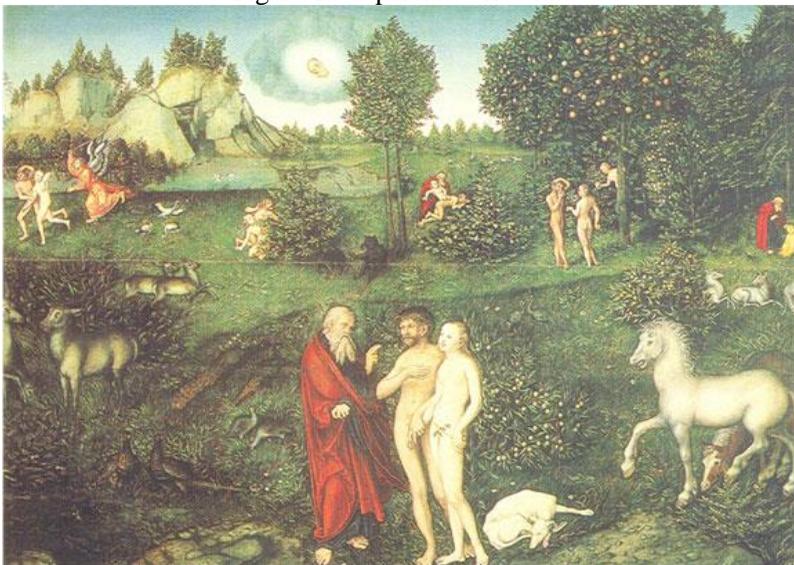
Em primeiro lugar, é importante ressaltar que fundamentar a cidade a partir de um mito é um aspecto decorrente desde a Antiguidade. Rossi (2001) explica esse fato pela relação entre a memória e a conformação do espaço urbano. Seus fatos singulares, sua arquitetura e a ideia que se tem deles, segundo o autor, explicam suas relações com a criação dos mitos. A mitologia, portanto, é relevante para desvendar essas singularidades e compreender as ideias dominantes de cada época.

Na Idade Média, por exemplo, comprova-se importantes vinculações. Destacam-se os relatos sobre as novas terras à descrição do País da Cocanha, terra mitológica sinônimo da terra ideal para a humanidade. A exuberância da natureza, narrada através “da fertilidade da terra, das fontes saudáveis, dos ares temperados, de longevidade e saúde, da presença da riqueza e das árvores que crescem sem cultivador, não muito longe da ideia da comida que brota sem esforço” (CHICANGANA-BAYONA, 2013, p.210), era a própria descrição do país ideal transformado em mito.

Essa vinculação da ideia de natureza com um lugar sublime e, muitas vezes até irreal, também está presente nas histórias contadas desde os primeiros séculos cristãos. O mito de Adão e Eva é um exemplo que pode desvendar a difusão de uma ideia influente nos vínculos construídos com a natureza.

A composição das imagens do paraíso por elementos que representavam um mundo natural é nítida. Na pintura de Cranach (Figura 13), que retrata a história de Adão e Eva, datada de 1530, é possível perceber a representação do paraíso por “um lugar fértil, de árvores frutíferas e de clima agradável” (CHICANGANA-BAYONA, 2013, p.202).

Figura 13 O paraíso terrestre.



Fonte: CHICANGANA-BAYONA, 2013, p. 202

Mesmo sendo a paisagem representada na pintura, uma experiência não necessariamente real, é interessante capturar as atmosferas que a história cristã parece transmitir. Em seus estudos, Ingold (2000, p.202) sugere que se entenda a imagem da pintura como se “fosse seu próprio mundo, no qual você foi magicamente transportado”. Assim, ao invés de tratar o mundo como uma pintura, descrevendo a “experiência de paisagem como se estivéssemos vendo uma imagem”, sugere-se uma lógica inversa, a de entender a pintura como uma experiência.

Ao percorrer a paisagem da imagem como se fosse possível experimentá-la na mesma sequência dos fatos relatados, o que parece ser possível sentir é uma falta de pertencimento e reconhecimento de si com o que está à volta. A relação parece não permitir perturbações. Levando, conseqüentemente à expulsão desse lugar.

Esse tipo de experiência com a natureza, presente nas imagens bíblicas, parece envolver mais um cenário contemplativo, símbolo de pureza e perfeição, do que uma participação nos processos vitais. Logo, o que parece existir é a projeção de uma imagem idealizada de natureza que se opõe àquela de humanidade, como bem retrata a história de Adão e Eva: a pureza e perfeição da natureza diante o pecado e a imperfeição humana.

Assim, os viajantes que chegavam nas terras catarinenses apresentavam relatos construídos a partir dessa mesma ideia. A descoberta dos trópicos teve forte relação com a ideia de paraíso e, portanto, de natureza. As novas terras encontradas eram relatadas pelos viajantes através de descrições semelhantes às descrições do paraíso bíblico. No século XVI, essas novas experiências serviram inclusive como inspiração para a literatura e a pintura. Naquele tempo, as terras europeias já tinham sofrido grandes devastações na sua vegetação. O intuito das narrativas dos viajantes era justamente resgatar essa ideia de paraíso pela presença de natureza, à qual os poetas e artistas já não compreendiam (RICOTTA, 2011).

O autor Chicangana-Bayona (2013) atenta para os novos elementos, que remetem às terras brasileiras, incluídos nas cenas de Adão e Eva. A arara, por exemplo, é signo do Novo Mundo nas representações artísticas e na própria cartografia que identificava as novas terras (Figura 14).

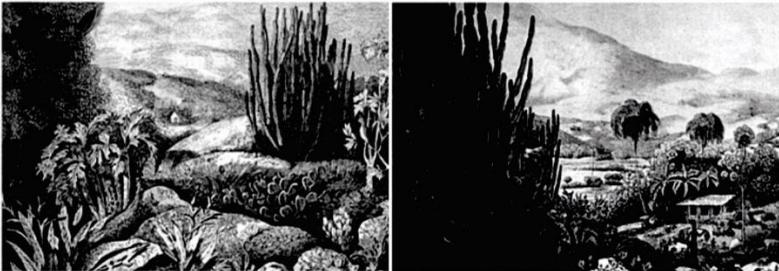
Figura 14 A Tentação de Eva.



Fonte: CHICANGANA-BAYONA, 2013, p. 213

Os relatos sobre a Ilha de Santa Catarina tiveram seu papel nas representações do Novo Mundo. Os principais textos coletados datam do período entre o século XVIII e XIX, embora o início oficial da ocupação europeia na costa catarinense seja desde meados do século XVI (MAKOWIECKY, 2010). Os relatos do viajante Choris (1827) retratam a admiração pela diversidade, força e exuberância da natureza, assim como pela beleza das baías. Em suas pinturas é possível perceber o destaque para a natureza, sempre em primeiro plano em relação às edificações já existentes (Figura 15).

Figura 15 Desenhos do viajante Louis Choris sobre a Ilha de Santa Catarina.



Fonte: CHORIS, 1827

As representações elaboradas pelos viajantes são claramente distintas das representações pré-históricas e declaram diferentes visões de mundo. Essas experiências contemplativas relacionadas a uma dimensão mental da natureza paradisíaca ganham força com o desenvolvimento das cidades. A partir de então, fica mais evidente a presença de valores e relações baseadas na oposição entre natureza-ser humano e natureza-cidade, fato cada vez mais compartilhado pelos efeitos da globalização.

Entretanto, na Ilha de Santa Catarina, mesmo com o extermínio dos Carijós e conseqüentemente do seu modo de vida, há certas características que tornam seu desenvolvimento peculiar. De acordo com Reis (2012, p. 68), “a vida social das comunidades do interior da Ilha caracterizava-se por forte fechamento, o que era reforçado pela desarticulação espacial dos diversos núcleos”. Para o autor, são estas características de isolamento social que garantem até hoje um universo cultural de hábitos e tradições fortes. A ocupação efetiva da Ilha deu-se somente a partir da vinda do povo açoriano, no século XVIII. Iniciando, então, uma economia baseada na agricultura familiar, onde pequenas propriedades concentradas em pequenos núcleos se distribuíam de acordo com as peculiaridades geográficas do terreno insular. Em vista disso, Reis (2012) caracteriza a Ilha, nesta fase agrícola, como uma comunidade rural-urbana de costumes comparados aos da Europa no século XV.

Mesmo vigorando em diferentes tempos, dependendo dos processos históricos de cada lugar, presencia-se uma idealização generalizada e específica de natureza que é reforçada pelos avanços do capitalismo e perdura até os dias de hoje. Ao mesmo tempo que se inicia uma fase baseada na razão e no cientificismo, a ilógica ideia mágica de natureza é até mesmo reforçada, moldando um conceito sob as leis do capitalismo. Essa contraditória significação mágica da natureza, nos tempos de uma evolução técnica exacerbada é também reflexão de Milton Santos (1996, p. 04):

A questão que se colocam os filósofos é a de distinguir entre uma natureza mágica e uma natureza racional. Em termos quantitativos ou operacionais, a tarefa certamente é possível. Mas é talvez inútil buscar o momento de uma transição. No fundo, o advento da Ciência Natural (Capei, 1985, p. 19) ou o triunfo da ciência das máquinas não suprimem, na visão da Natureza pelo Homem, a mistura entre crenças, mitigadas ou cegas, e esquemas lógicos de interpretação. A relação entre teologia e ciência, marcante na Idade Média, ganha

novos contornos. "A magia, 'o poder de fabulação'", como diz Bergson, "é uma necessidade psicológica, tal como a razão...". Os sistemas lógicos evoluem e mudam, os sistemas de crenças religiosas são recriados paralelamente à evolução da materialidade e das relações humanas e é sob essas leis que a Natureza vai se transformando. (SANTOS, 1996, p. 04).

Os estudos de Harvey (2003) sobre a modernidade abordam a noção de natureza como um conceito construído, associado à ascensão de uma nova era cultural. O autor discorre sobre a origem dessas ideias, atentando aos discursos higienistas propagados na Europa no século XIX, e mais tarde também no Brasil, onde a imagem de natureza era usada como propósito. Com o frenético adensamento populacional, decorrente da industrialização, criam-se condições insalubres ao ambiente. Os lugares de natureza, assim, precisavam ser projetados a partir dos "poderes restaurativos da natureza imaculada, inofensiva (portanto domada), mas ainda assim purificadora" (HARVEY, 2003, p.328). Surgem, então, os grandes parques e jardins denominados como os "pulmões da cidade".

Uma natureza que parecia não estar mais presente, sendo preciso criá-la a partir dos novos e pretensiosos projetos urbanos. Para Spirn (1995), esses novos empreendimentos foram memoráveis quando utilizavam as forças da natureza. Entretanto, na maioria das vezes "focalizavam as agradáveis, mas superficiais manifestações da natureza e ignoravam os processos naturais subjacentes" (SPIRN, 1995, P. 49)

Por trás do propósito declarado nos discursos, os lugares de natureza representavam paisagens românticas e utópicas que em grande parte serviam como espetáculo para o resplendor do regime imperial. A higienização da cidade passa a ser também uma higienização humana. A circulação livre de ar, luz do sol, água e rede de esgoto era diretamente relacionada à circulação livre de dinheiro, pessoas e mercadorias. Para Harvey (2003, p. 335), "as dinâmicas de circulação das trocas econômicas iriam sobrepujar concepções orgânicas da ordem urbana e instituir um novo conjunto de relações entre a natureza e a sociedade urbana".

Tratando-se da Ilha de Santa Catarina, é interessante observar como apesar desse forte discurso globalizado, diferente de outras comunidades urbanas brasileiras nos séculos XVIII e XIX, o povo da Ilha ainda parecia apresentar algumas diferenças nos seus valores. A formação especial do território e das relações sociais das pessoas que ali vivem pode

ser uma justificativa para essa relação singular. Essa hipótese pode ser entendida novamente pelas lendas e mitos. As crenças cultuadas na Ilha representam relações próximas à natureza, fazendo com que esta seja uma identidade e peculiaridade do local.

A literatura de Franklin Cascaes (2000) é a principal fonte desses registros que envolvem personagens como bruxas, lobisomens e boitatás. Foi a partir deste universo documentado sobre magia e fantasia que surgiu a denominação da cidade: “Ilha da Magia”, essas histórias possuem semelhanças aos símbolos antepassados. Nas obras de arte da artista local Vera Sabino (2017), inspiradas na literatura de Cascaes (2000), é possível perceber a presença do feminino e da natureza, em imagens que mesclam a figura humana à figura animal e vegetal, provocando interpretações semelhantes àquelas advindas do culto à Deusa Natureza (Figura 16).

Figura 16 Pintura de Vera Sabino inspirada na literatura de Franklin Cascaes



Fonte: SABINO, 2017

Essas obras de arte representam um folclore que só no início do século XX começa a ser ameaçado. O fortalecimento das redes rodoviárias e, mais tarde, a integração à rede urbana nacional através das estradas BR-101 e BR-282, despertam efetivamente o desenvolvimento urbano e turístico da Ilha (REIS, 2012). O turismo, a partir dos anos 70, pode ser considerado como a nova descoberta da Ilha. Há um reforço da imagem paradisíaca de natureza, desejada por todos aqueles que já não tinham mais a presença da natureza nas suas cidades, tal como os viajantes do século XVI (Figura 17).

Levando em consideração “a rápida emergência de um enorme número de grandes concentrações humanas por todo o planeta”, chegando a população urbana a representar 60% da população mundial até o ano de 2030 (LEITE, 2012), a construção das cidades por uma percepção de oposição à natureza parece acarretar na maior crise ambiental que já se viveu. Neste contexto, o Distrito do Campeche também acompanha uma situação de crescimento urbano acelerado e, ao mesmo tempo, de degradação da natureza. Propõe-se refletir sobre essa problemática do local, portanto, a partir das suas relações com as atuais concepções de natureza e cidade dos seus habitantes.

O primeiro aspecto a ser observado é a visão de cidade acompanhada por um sentimento “antiurbano”. De acordo com Dias (1995, p. 65), a maioria dos novos moradores chegaram, e ainda chegam, no Campeche com a “intenção de fugir da vida urbana”. Na fuga do estresse cotidiano, muitas pessoas acabam escolhendo o lugar paradisíaco das férias como moradia. De acordo com o Diário Catarinense (2012), 59,1% dos moradores de Florianópolis são migrantes de outras cidades de Santa Catarina, outros estados e outros países. A Ilha acaba oferecendo, não intencionalmente, a possibilidade de viver a cidade e o campo, o ambiente urbano e o ambiente natural, no dia-a-dia. No Campeche, diferente de outras regiões da Ilha, alguns cenários rurais ainda sobrevivem junto aos cenários urbanos, conferindo uma atmosfera peculiar (Figura 18).

Figura 18 Campo-cidade



Fonte: Autora, 2017

Paradoxalmente, entretanto, ao mesmo tempo em que há uma fuga ou negação da cidade, ou do que se percebe dela, torna-se cada vez maior sua dependência. Em principal, pelo acesso a certas infraestruturas urbanas básicas que acompanham a evolução do cooperar humano, como as redes de educação, saúde e alimentação. Dessa forma, Florianópolis como a capital do Estado, mesmo apresentando deficiências na sua infraestrutura, consegue ser uma alternativa para tornar possível essa necessidade ambígua. Por si só, a propósito, esse fato já alerta a urgência de vivências urbanas também serem possíveis vivências de natureza.

Diante à crescente busca, entretanto, é interessante o fato da cidade de Florianópolis crescer rapidamente da mesma maneira que cresceram as cidades de origem dos seus principais migrantes, onde já não havia uma presença significativa da natureza. Tanto as áreas de preservação permanente, referentes às praias e lagoas, quanto os campos rurais são cada vez mais reduzidos pela pressão da urbanização. É inevitável associar, portanto, o crescimento da cidade e a vinda dos migrantes à destruição da natureza.

Numa visão mais abrangente, esse sentimento “antiurbano” pode ser observado pela crítica à sociedade capitalista desde sua fase industrial. Culpa-se o artifício pela degradação da natureza e, até mesmo, pela degradação do ser humano (VALLADARES, 2009). Essa visão é própria de uma ideologia naturalista, baseada na recusa do caráter artificial da existência. Alimentando um discurso exclusivamente ambientalista e reforçando a dicotomia entre cidade-natureza, assim como, entre ser humano-natureza.

Nessa lógica, é possível observar outro aspecto sobre a concepção atual de cidade-natureza, diretamente ligado a experiências passadas. A vitalidade das representações naturalistas forma, como Diegues (2008) denomina, o mito moderno da natureza intocada. Para o autor, há uma ideia clara de afastamento do ser humano da natureza como solução à degradação. Ou seja, se o ser humano, e conseqüentemente a cidade, destroem a natureza, é preciso torná-la intocável para poder mantê-la. Em seu estudo, Diegues (2008) defende que a origem das Unidades de Conservação, por exemplo, partiu de uma associação aos lugares paradisíacos, declarando uma ideia mitificada. O autor atenta, assim, a certas condições de isolamento, que retratam uma separação entre cidade-natureza, onde o contato ser humano-natureza seria uma busca quase utópica apropriada apenas a eventuais visitas, enfatizadas por relações recreativas e contemplativas.

Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. (DIEGUES, 2008, p. 17)

Assim, muitas vezes defender a natureza parece ser sinônimo de refutar a cidade. A manutenção de um ambiente natural se torna oposta à manutenção de um ambiente humano. Ou seja, o habitar do ser humano é entendido separadamente do existir da natureza. Contra esse raciocínio Diegues (2008) critica a comum expulsão das populações tradicionais, como os indígenas, de certas áreas de conservação, alertando a origem dessa decisão: porque cultuamos um mito de natureza intocada e perfeita, alheia aos processos de vida humana.

É importante ressaltar que não há a pretensão de julgar a importância das áreas de preservação e unidades de conservação. O que se pretende atentar é a condição do isolamento como única, ou principal forma de valorização da natureza na cidade. Essa noção reforça a ideia de natureza externa à cidade ou, quando presente nas áreas urbanas, a funções contemplativas e estéticas. Logo, é notável a exclusiva dependência atual dos “territórios *naturais* subsistentes, em grande parte, de programação com o fim de organizar espaços de lazer, de esporte, de turismo ou de reserva ecológica” (GUATTARI, 1992, p. 170). Atenta-se, desse modo, às percepções limitadas de natureza e cidade presentes tanto na criação das áreas de preservação quanto nas áreas de parques e jardins.

Mesmo aqueles que procuraram introduzir a natureza na cidade, na forma de parques e jardins, frequentemente viram a cidade como algo estranho à natureza, e a si mesmos como introdutores de um pedaço da natureza na cidade. (SPIRN, 1995, p. 21)

A conservação da natureza, portanto, entendida como sinônimo do afastamento dos processos de vida humana permanece na Ilha de Santa Catarina como um todo. Em um dos jornais de maior circulação da cidade, uma coleção de reportagens históricas também comenta a imagem de paraíso cultuada por séculos (Figura 19), afirmando: “ainda carregamos muito da *visão do paraíso* dos viajantes” (DIÁRIO CATARINENSE, 1998).

Figura 19 Manchetes da imagem de paraíso

Turistas mantêm imagem de paraíso

Turista guarda visão do “hom selvagem”

A descoberta do paraíso

Dois pelados no Para

Os viajantes e nós: visões do paraíso

Fonte: DIÁRIO CATARINENSE, 1998.

Assim, as heranças de uma vinculação simbólica com a natureza são até mesmo reforçadas com a vinda dos migrantes e turistas, afirmando-se como característica constituinte do imaginário social do bairro. Para Pesavento (1999, p. 12), o imaginário social é “matéria-prima que fundamenta a construção dos significados”. Essa construção, que envolve a percepção, pode ser revelada pelo fato peculiar, por exemplo, da nomeação das ruas no Distrito do Campeche. Dias (199) explica que a maioria das nomenclaturas atuais foram originadas nas décadas de 70 e 80 com o início da venda dos terrenos e a abertura acelerada de uma grande quantidade de ruas e servidões. A nomeação então surge predominantemente sem amparo legal, designadas pelos próprios moradores. Os nomes atuais de ruas como “Sol, Lua, Paz, Natureza, Ilha Paraíso, Harmonia, Graha Azul, Coruja, Pinguim, Mar Azul e Revoar da Gaivotas”; entre outros, são exemplos de símbolos do imaginário coletivo. Da mesma maneira que podem indicar a natureza, até os dias atuais, como própria identidade do lugar e das pessoas que ali vivem. É nesse sentido, portanto, que se pode compreender certos significados de

natureza, na percepção dos moradores do bairro. Como apresenta Nór (2017, p. 10, no prelo):

Compreender a presença da natureza na cidade passa por desvendar as construções de sentido e de significado do lugar atribuídas pelos grupos sociais, as quais se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional, mas também no valor simbólico conferido ao ambiente, de forma que se possam alavancar estratégias de planejamento e desenho urbano para melhor proteção da natureza e da cultura.

Mesmo representando possíveis entendimentos diversos de natureza, é notável um permanente sentimento de adoração, também ligado à própria identificação da cidade de Florianópolis. Como em outras temporalidades, esse vínculo fica explícito nas manifestações artísticas da população, exemplificadas nas comunicações simbólicas das fotos seguintes (Figura 20).

Figura 20 Manifestações simbólicas no Campeche



Fotos da autora, 2017

Acompanhando essa manifestação e relacionamento, outro importante aspecto a ser observado é a concepção de natureza a partir da noção de escassez. A própria situação atual de degradação da natureza é o que a torna, por muitas vezes, uma “mercadoria de luxo” acessível a uma pequena parcela da sociedade. As novas identidades de natureza no Campeche, assim, passam também a ser o *status*, a posição social, o prestígio e o privilégio.

Nessa lógica, em toda a Ilha de Santa Catarina, a presença da natureza é facilmente transformada como lema das propagandas e empreendimentos imobiliários da área, ou seja, como mercadoria. Na

mesma lógica, a magia e a fantasia que envolvem o culto à natureza na Ilha também acabam servindo como propaganda a este “produto”. O sul da Ilha, mais especificamente, tem sido o mais recente alvo do mercado imobiliário. Com o Norte e o Centro da Ilha em seus limites de exploração, o Sul representa o maior potencial de investimento de transformação. O Distrito do Campeche, por sua vez, é previsto pelo Plano diretor de Florianópolis como centralidade e principal polo de crescimento populacional no sul da Ilha. É possível perceber nos anúncios dos atuais empreendimentos (Figura 21), localizados na área de estudo, o apelo à natureza através da ideia utópica de paraíso e, conseqüentemente, por sua exclusividade.

Figura 21 Publicidade de empreendimentos imobiliários no Campeche



O PRIVILÉGIO DE UM PARAÍSO SÓ SEU

Morar no Novo Campeche, um local incrível rodeado de praias e natureza é morar em um paraíso que você pode chamar de seu.



Fonte: BUZZ, 2017

Muitos desses novos empreendimentos ao mesmo tempo que usam a natureza do local como propaganda, já como forte imagem da perfeição,

também vendem representações globalizadas de natureza e cultura. O residencial Thai (Figura 21), por exemplo, associa a paisagem local a um estilo de vida tailandês, com uma arquitetura e paisagismo que remetem a uma cultura exterior. De acordo com Henrique (2009), a presença de uma natureza globalizada nos empreendimentos imobiliários é comum em diferentes cidades brasileiras. Para agregar valor monetário na venda dos empreendimentos, elementos são inseridos como objetos na paisagem típica do local para trazer a imagem global simbólica, ou seja, mitificada de natureza. É comum a inserção de animais exóticos, como esquilos, ou de plantas exóticas, como plátanos que remetem a ideais globais, de paisagens internacionais.

No caso de Florianópolis, parece haver uma valorização da natureza local como mercadoria, mas uma negação da cultura e costumes tradicionais, já que nem sempre atraem o público alvo destas novas edificações.

Diante dessa problemática, existe um número cada vez maior de grupos e organizações no Distrito do Campeche que se unem na esperança de criar mudanças futuras diretamente ligadas à presença da natureza.

Os habitantes da cidade têm demonstrado interesse constante pela natureza através da história. Hoje, esse interesse vem aumentando devido a uma crescente consciência por toda a sociedade dos custos para a saúde e o bem-estar decorrentes de uma contígua degradação ambiental. É tempo de desenvolver o que tem sido um apego romântico aos ornamentos da natureza em um empenho para remodelar a cidade em harmonia com os ciclos da natureza. (SPIRN, 1995, p. 52)

A organização comunitária Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) é um exemplo dessa valorização. A ideia surgiu em 1997 com o intuito de questionar o planejamento urbano praticado pelos órgãos institucionais para a Planície do Campeche. Como um dos movimentos mais importantes do local, foi ponto de partida para a organização de outros grupos e canais de comunicação atuais, além das associações de moradores dos bairros que compõem o Distrito: como o Jornal Fala Campeche, a Rádio Comunitária Campeche, SOS Esgoto Sul da Ilha e o Instituto Socioambiental Campeche (ISA), entre outros. Algumas das publicações do Jornal Fala Campeche no ano de 2005 (Figura 22), resumem os anseios e contestações da comunidade.

Figura 22 Publicações do Jornal Fala Campeche



Fonte: CAMPECHE, 2017

A polêmica que envolve os processos de planejamento urbano para o local, assim, é uma característica própria da área de estudo. Como afirma Rizzo (2005, p.62), a relação polêmica entre moradores e órgãos institucionais deve-se às “concepções distintas sobre qualidade de vida, que são também visões distintas sobre a imagem da cidade e sobre os desejos em relação ao seu futuro”. Mesmo o Movimento do Campeche inaugurando fases de pressão por maior participação popular nos planos da cidade como um todo, a conquista no compartilhamento de discussões além das questões periféricas cresceu aos poucos. Na opinião de Rizzo (2005), os planos continuarão a fracassar até que a população possa participar da construção da imagem da cidade, conquistando uma identidade entre comunidade e planejamento.

Sem dúvida, a noção de bem-estar dos moradores está diretamente relacionada com a presença da natureza. No entanto, na visão dos órgãos legais, a natureza também é central, sendo muito presente nos discursos, que curiosamente, assemelham-se aos discursos da comunidade. O documento do Plano Diretor de Florianópolis é um exemplo de “discurso de natureza”. O texto introdutório do Plano Diretor¹ parece ser um pacto, como o próprio texto denomina, de proteção e devoção à natureza:

¹ Art. 2º da Lei Complementar nº 482 (FLORIANÓPOLIS, 2014)

O Plano Diretor do Município de Florianópolis é o pacto que visa organizar a ocupação do território municipal de forma a proporcionar *qualidade de vida* para o conjunto da população, baseado nos valores sociais e deve garantir o *desenvolvimento sustentável praticado em estreita correlação com o meio ambiente e o patrimônio cultural*. O conjunto de princípios e regras desta Lei Complementar é o compromisso que transcende os interesses da população atual, trata-se de um *pacto que protege a herança recebida da natureza e dos que no passado viveram na cidade e configura um trato de responsabilidade das atuais para com as futuras gerações de cidadãos de Florianópolis*, para tanto, o Plano Diretor precisa ter como ponto de partida o reconhecimento geral e a proteção que couber ao patrimônio herdado pelas atuais gerações, formado pelas e realizações do *dotações da natureza* gênero humano. As áreas a serem ocupadas, as transformações que forem introduzidas, em maior ou menor intensidade, não podem deixar de considerar a responsabilidade sobre esses acúmulos. (FLORIANÓPOLIS, 2014, grifo nosso)

No entanto, discursos não estão diretamente relacionados a ações. Mesmo com a constante luta da comunidade e suas conquistas de maior espaço nas decisões de planejamento, é possível refletir sobre as proporções de abstração que muitas vezes tomam as discussões, impulsionadas por posições extremas. O equilíbrio inexistente e a problemática, sem soluções coerentes, tende a ser resolvida por decisões que geralmente favorecem os interesses de maior poder econômico e político. E dessa forma, os moradores continuam lutando por mudanças futuras.

De maneira geral, o que se percebe como natureza e cidade na área de estudo, portanto, parece ser representado por algo cada vez mais inatingível e abstrato. Para Spirn (1995, p. 21), “a natureza tem sido vista como um embelezamento superficial, como um luxo, mais do que como uma força essencial que permeia a cidade”. Em tempos onde a presença e contato com a natureza é cada vez mais rara, a superficialidade de seu significado amplia e se transforma em outros moldes.

É nesse sentido que cabe observar outro importante aspecto sobre a percepção: as consequências da atual era informacional. Para Santos (1996 p. 07), o conceito de natureza é cada vez mais abstrato e construído

pelo “caráter hipnótico da comunicação”. Dessa forma, é compreensível os dilemas e paradoxos em relação à natureza serem acentuados pela revolução comunicativa. É nesse mesmo sentido que Santos (1996) descreve a globalização mundial como causadora de falsificações das palavras. Para o autor, a repetição excessiva de certa palavra, combinada a um uso funcional e midiático, em uma era demasiadamente informacional, é o que acaba ocultando o desenvolvimento genuíno da significação.

O conceito é absorvido pela palavra, espera-se da palavra que apenas responda à reação publicizada e estandardizada. A palavra torna-se um cliché e, como cliché, governa o discurso ou o texto; a comunicação, desse modo, afasta o desenvolvimento genuíno da significação. (MARCUSE apud SANTOS, 1996, p.85)

Com a grave situação de crise ambiental mundial, assim como a problemática específica da área de estudo, a palavra natureza também pode ser compreendida como um *cliché*. Usada e absorvida por campanhas publicitárias, à frente de empreendimentos imobiliários e cidades competitivas, o significado de natureza pode estar tão oculto quanto a sua presença física no espaço urbano.

4 RECONSTRUIR CONCEITOS

Nota-se que a pesquisa trata de um lugar específico onde cidade e natureza estão presentes de forma intensa tanto fisicamente quanto em um discurso da comunidade. Os questionamentos da pesquisadora-arquiteta surgem na aspiração de a cidade encontrar o seu lugar na natureza. Até que ponto produzir cidade e até que ponto intocar a natureza? Podem os dois existirem ao mesmo tempo, no mesmo espaço? Podem os lugares de natureza serem urbanos e assim vice-versa?

Como pesquisadora-moradora do Campeche, os questionamentos surgem pela vontade de decifrar o verdadeiro significado da natureza em meio a tantos discursos. Frentes comunitárias, incorporadoras imobiliárias, imigrantes e pescadores lutam por diferentes interesses através das mesmas palavras. E já que “o mundo é aquilo que percebemos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.14), apoiar a luta por um planejamento urbano consciente das riquezas e fragilidades do lugar, portanto, depende da compreensão dessas diferentes percepções e verdades.

Estudar a natureza e a cidade através da percepção é uma forma legítima de compreendê-las: “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.14). O esclarecimento de tantas incertezas, assim, passa a tratar de uma certa desconstrução de conceitos envolventes ao problema, a fim de encontrar suas raízes.

4.1 PERCEPÇÃO

As influências do campo da fenomenologia podem apoiar o estudo sobre o conceito de percepção. Merleau-Ponty (1999) define a fenomenologia como o estudo das essências, o “retorno às coisas”. Como um retorno ao ponto de partida de uma série de ocorrências, ou seja, do fenômeno que desencadeou certa percepção. Nesse sentido, o autor defende a reflexão das coisas a partir de uma descrição pura e direta, diferente de uma análise ou explicação. Isso implica defender, portanto, o exercício de desconstrução dos significados, libertos de representações padronizadas.

Toda percepção, para Merleau-Ponty (1999), é atribuída a uma experiência fenomenológica. O que por sua vez, significa compreender a percepção como um processo de relações entre corpo e mundo.

Se o surgimento da vida é um “fenômeno”, ou seja, se ele é reconstruído por nós a partir de nossa própria vida, esta não pode ser derivada como o efeito da causa. Aliás, essa é a diferença de uma fenomenologia e de um idealismo, posto que a vida não é um simples objeto para uma consciência, mas fruto da inerência corpo e mundo (MERLEAU-PONTY, 1995, p. 1191)

Se a percepção surge de uma série de ocorrências entre corpo-mundo é através do movimento do corpo que acontecem essas relações. Ou seja, permitir o movimento do corpo, o que significa percorrer e atravessar, é permitir experienciar. Sendo assim, na ideia de Merleau-Ponty (1999), a experiência do corpo é conexão entre propriedade física e mental, fundamental ao resgate da essência.

O corpo afetado é um corpo que sente. Entretanto, o que a fenomenologia parece frisar é que essas sensações só são despertadas por uma ação. É nesse sentido que a noção de experiência é despontada.

Por outro viés, na visão ecológica de Gibson (1986), “toda percepção implica uma ação”. Conectando essa lógica com a conceituação fenomenológica, é possível compreender que a percepção não trata especificamente da sensação, e de todos os sentidos que vão além da visão. Trata, mais especificamente, dos envoltimentos desse processo.

Para entender essa ideia, parte-se para os estudos de Ingold (2015, p. 37), em encontro com a ideia de Merleau-Ponty (1999), a partir da noção de que a “percepção concerne fundamentalmente ao movimento”. Atribuir o ato de percorrer como fenômeno da percepção, entretanto, não implica entender o corpo percebido como observador de coisas e objetos em uma paisagem-mundo enquanto se movimenta. Ingold (2015, p 37) entende o movimento como “emissão juntamente com as coisas nos processos mesmos de sua geração; não o *trans-porte* (carregar através) do ser contemplado, mas *pro-dução* (levar adiante) do perpétuo devir”.

Em síntese, o que o autor enfatiza é uma certa condição intrínseca entre ser e mundo que faz de todo percebedor, um produtor. Todo movimento é também uma renovação do devir do mundo. Não há como se movimentar, e perceber, sem fazer parte da produção do lugar.

São por esses movimentos construtores do mundo, ou seja, são por essas experiências, que se define a realidade. Em outras palavras, a verdade que define também a realidade, não vem daquilo que é dito e sim daquilo que conseguimos distinguir entre real e imaginário, somente porque temos uma experiência do que é cada. Nessa lógica, é possível refletir sobre o significado da palavra cidade e da palavra natureza a partir não apenas de uma forma semântica, mas das experiências-ações-movimentos-percepções que produziram seu significado, e também sua verdade. Tratando-se, portanto, de uma reflexão da própria noção da linguagem.

Para Maturana e Varela (2007), antes de tudo, o domínio linguístico é uma conduta comunicativa essencialmente ligada a um domínio social de interações. Tratando-se não somente de interações entre organismos, mas também entre organismo e ambiente. Para os autores, é o modo como a estrutura de cada organismo acolhe a interação entre organismo-ambiente que traduz o significado, ou ainda, o ato cognitivo em si.

A essência da linguagem não pode ser resumida apenas por suas representações semânticas, ou seja, pelas palavras. Por essa razão, os autores explicam que as palavras não designam objetos ou situações de mundo. Não importa com qual palavra certo objeto seja designado. Afinal, “existe alguma relação entre a palavra “*mesa*” e o objeto *mesa*”, por exemplo? Essas recorrências de interações que “levam a uma coordenação comportamental, podem ser inúmeras (“*mesa*”, *table*, *tafel*)” (MATURANA, VARELA, 2007, p. 231). O ato cognitivo não é um ato exclusivamente associado a um processo cerebral que funciona a partir de representações do mundo.

Em conclusão, o significado da palavra “*natureza*” não está vinculado a uma projeção de imagem ideal, armazenada no cérebro, que faça conhecer, então, o que é “*natureza*”. Assim, o significado não está na palavra em si, logo, essas considerações permitem reforçar a visão da percepção como um ato dependente da experimentação, ou ainda, das vivências.

Como Merleau-Ponty (2000, p. 206) repreende, na intenção científica de investigar as experiências, o pensar passou a funcionar como o conhecer, determinando se “uma coisa é ou não é”. Dessa forma, tudo que precede o pensamento, como a experiência, passa a ser negado.

Assim, “o nervo desse pensamento é a ideia segundo a qual, de uma certa maneira, tudo está dado, que atrás de nós há plenitude que contém tudo aquilo que pode aparecer” (MERLEAU-PONTY, 2000, p. 206).

Nessa mesma crítica, portanto, Maturana e Varela (2007, p. 270) preconizam: “conhecer é fazer”. Ou seja, há uma “identidade entre ação e conhecimento”. Não há como conhecer, falar, estudar, cuidar, planejar algo, sem haver com-tato e participação, ou seja, sem envolver um fazer. A partir disso, em associação à abordagem fenomenológica da percepção, é possível afirmar que perceber também é fazer. Cabe ressaltar que essa lógica não nega a linguagem como processo cognitivo e perceptivo. Porém, não a considera como princípio ou instrumento único para a criação de significados universais. Para lidar com a linguagem a partir dessa compreensão, no entanto, é preciso uma transformação da linguagem, como declara Heidegger (2003):

Para seguir pensando o vigor da linguagem, para dizer condizendo ao que lhe é seu, é preciso uma transformação da linguagem, que não pode ser forçada e nem inventada. A transformação não se dá mediante a criação de novas palavras e frases. A transformação diz respeito à nossa relação com a linguagem. Somente um destino histórico pode determinar se e como o vigor da linguagem, enquanto mensagem arcaica do acontecimento apropriador, pode nos manter nesse vigor. Apropriando, mantendo, sustentando-se, o acontecimento apropriador é a relação de todas as relações. Por isso, enquanto resposta, nosso dizer permanece sempre um dizer da relação. A rel-ação está sendo aqui pensada sempre a partir do acontecimento apropriador e não mais representada na forma de um mero relacionamento. Nossa relação com a linguagem determina-se pelo modo em que nós, enquanto os que são recomendados, pertencemos ao acontecimento apropriador. (HEIDEGGER, 2003, p. 215, grifo nosso)

No mesmo caminho, talvez o esforço esteja, como defende Merleau-Ponty (2000), na eliminação da antinomia ao encontro de uma totalidade que “abunda no mundo sensível sob a condição de que este seja despojado de tudo o que as ontologias lhe acrescentaram” (MERLEAU-PONTY, 2007, p. 93). Da mesma maneira, também a partir das palavras de Maturana e Varela (2007), a transformação parte do re-conhecimento

do significado das palavras através da libertação das atuais certezas absolutas, ou ainda, das percepções limitadas que a acompanham.

Tendemos a viver num mundo de certezas, de uma perceptividade sólida e inquestionável, em que nossas convicções nos dizem que as coisas são da maneira como as vemos e que não pode haver alternativa ao que nos parece certo. Tal é nossa situação cotidiana, nossa condição cultural, nosso modo corrente de sermos humanos. (MATURANA, VARELA, 2007, p. 22)

O conhecimento do conhecimento, assim como a percepção do perceber, portanto, é a libertação de um “autoengano, uma negação intencional” (MATURANA, VARELA, 2007, p.270). Se a comunicação de hoje oculta o desenvolvimento genuíno da significação, opera em um linguajar falso que, por sua vez, produz um mundo falso. No sentido que produz um mundo onde “o homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu” (CHAUÍ, 1981, p. 8).

Dessa maneira, atenta-se à abstração que a palavra natureza pode representar atualmente, devido a um entendimento limitado sobre o significado das palavras e da linguagem como resultado. Assim, para perceber a natureza além de discursos e ideologias, parece ser necessário remeter-se à essência da linguagem humana. Como diz Heidegger (2007), se não há um conhecimento sobre a dinâmica da linguagem, a dinâmica da verdade não é desvelada.

Em síntese, por uma visão fenomenológica da percepção, afirma-se que as significações das palavras não excluem a linguagem. Nem mesmo as condutas comunicativas de ordem simbólica. No entanto, ambas envolvem obrigatoriamente o fazer. É pelas experiências que se busca uma aproximação das significações genuínas, no que diz respeito à concretude das ações.

4.2 PAISAGEM

Para Besse (2014), a paisagem também é uma experiência fenomenológica, já que “a ciência não é a única maneira de se referir à paisagem, nem mesmo talvez a primeira: a paisagem é primeiramente sensível, uma abertura às qualidades sensíveis do mundo”. Em outras

palavras, Besse (2014), atenta para uma condição que vai além das representações mentais e das manifestações culturais, às quais uma paisagem está envolvida, abrangendo, nesse caso, tanto suas classificações naturais quanto urbanas. Além do que pode ser apenas visto e objetificado, está o que se pode experimentar. Essa ideia seria o que Besse (2014) trata como uma exterioridade da paisagem, “a existência de um *fora*, de um *outro*”. Essas possíveis interpretações são, sim, uma abertura à totalidade.

Efetivamente não se trata apenas de detectar e destacar a existência de um *fora* em relação às representações mentais, psicológicas, isto é, de uma *realidade*. Não é só isso. É a própria noção de experiência, quando se trata da paisagem, que é revalidada: a experiência deve ser entendida aqui como uma *saída* no real e, mais precisamente ainda, como uma *exposição* ao real. A paisagem é o nome dado a essa presença do corpo e ao fato de ele ser afetado, tocado fisicamente pelo mundo ao redor, suas texturas, estruturas e espacialidades: há nisso algo como um acontecimento. (BESSE, 2014, p. 47, grifo nosso)

Assim, facilmente reconhecida apenas como uma representação social e cultural, a paisagem tanto é território fabricado e habitado, quanto meio ambiente natural. “As paisagens são ambientes, meios, atmosferas, antes de ser objetos a serem contemplados” (BESSE, 2014, p. 47). É por esse ponto que o autor leva ao entendimento da paisagem, antes de tudo, como uma experiência fenomenológica. Como “certa maneira de estar no mundo e ser atravessado por ele” (BESSE, 2014, p. 47).

Nessa lógica, entender a realidade de um lugar é também entender suas temporalidades. Ou seja, os processos que construíram o lugar da forma como ele se apresenta. Essa investigação, portanto, envolve necessariamente recordações e relações simbólicas que não podem ser vistas separadamente à materialidade da paisagem.

O estudo de uma paisagem, real ou apenas representada, costuma ser identificado como o estudo de uma forma de pensamento ou de percepção “subjetiva” e, mais geralmente, uma expressão humana informada por códigos culturais determinados (discursos, valores etc.). É preciso

retornar, por assim dizer, ir além da própria paisagem, para enxergar nela as razões de ser, na cultura e na vida social, de que é, de alguma forma, a encarnação. A análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir. Não cabe diferenciar, a este respeito, a paisagem real da representada (em imagem ou em texto). In situ ou in visu, a natureza da paisagem não muda fundamentalmente. (BESSE, 2014, p. 14)

As razões que vão além da própria paisagem, apontadas por Besse (2014), parecem ser aprofundadas pelo estudo de Ingold (2000). Para o autor, ambas as ordens, material ou imaterial, do território tratam de testemunhos das vidas e obras que acontecem ao longo do tempo. Na discussão sobre a temporalidade da paisagem, Ingold (2000) defende os fenômenos físicos e culturais, decorrentes das mesmas experiências vividas e pertencentes a cada lugar, como determinantes do significado.

Um lugar deve seu caráter às experiências que proporciona àqueles que passam tempo lá - às vistas, sons e até mesmo cheiros que constituem seu ambiente específico. E estes, por sua vez, dependem dos tipos de atividades em que seus habitantes se envolvem. É a partir desse contexto relacional do envolvimento das pessoas com o mundo, no negócio do habitar, que cada lugar atrai seu significado único. (INGOLD, 2000, p. 192, tradução nossa)²

Para o autor, o artefato, não exclusivamente humano, que pode revelar a construção desses acúmulos de relações, ou seja de uma certa temporalidade, é a paisagem. Nessa ideia, perceber uma paisagem também é um ato de recordar. Entretanto, essa recordação não trata “tanto uma questão de invocar uma imagem”, mas de “se engajar perceptivamente com um ambiente que está em si mesmo prenhe do passado” (INGOLD, 2000, P. 189).

² Trecho original: “A place owes its character to the experiences it affords to those who spend time there – to the sights, sounds and indeed smells that constitute its specific ambience. And these, in turn, depend on the kinds of activities in which its inhabitants engage. It is from this relational context of people’s engagement with the world, in the business of dwelling, that each place draws its unique significance”.

O que o pensamento de Ingold (2000) parece aprofundar, portanto, em complemento aos outros autores, é uma certa condição de movimento, inerente e produtora da paisagem. “Em suma, a paisagem é o mundo como é conhecido por aqueles que nele habitam, que habitam seus lugares e percorrem os caminhos que os conectam” (INGOLD, 2000, p. 192). É nesse “desdobramento processual de um campo total de relações” entre organismos e ambientes que as formas da paisagem são geradas (INGOLD, 2000, p. 193).

É nesse sentido que a paisagem que se transforma todo o tempo, vai deixando registros, como uma forma de narrativa. E é por esse motivo que o estudo da paisagem, real ou representada, é o estudo das historicidades do lugar. A paisagem é um registro das experiências que a produzem. A busca pelo conhecimento do lugar, portanto, envolve também o estudo das paisagens construídas em diferentes tempos, diretamente relacionadas com processos do viver e com construções de significados.

Pois um lugar na paisagem não é "cortado" do todo, seja no plano das ideias ou no da substância material. Em vez disso, cada lugar encarna o todo em um nexos particular dentro dele, e nesse aspecto é diferente de todos os outros. (INGOLD, 2000, p. 192).

Nas palavras de Besse (2014, p.27), a respeito da fenomenologia da paisagem, segue-se um pensamento próximo, denominado pelo autor como “escrita paisagística”. Essa escrita decorrente da soma de experimentações, portanto, seria o valor paisagístico de um lugar, indo além “do ponto de vista estético (embora também o seja)”. No pensamento do autor, também se pode observar a relação do conceito de paisagem decorrente de um território “efeito de uma construção histórica, que traz toda uma superposição de passados e que é, ao mesmo tempo, uma reserva para energias futuras” (BESSE, 2014, p.58).

4.3 VIDA E TRAMA

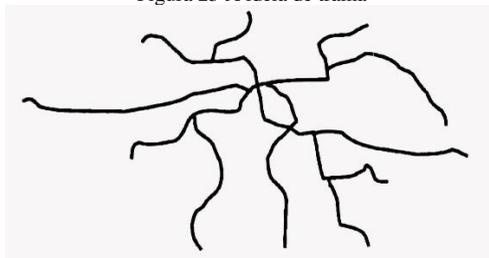
Se a paisagem é construída a partir das experiências vividas ao longo do tempo, convém compreender os diferentes modos de vida que a compõem. Portanto, estudar a percepção é também estudar o que Latour (2013) denomina como diferentes modos de existência. Para o autor, as principais dicotomias contemporâneas estão baseadas nos erros de

compreensão destes diferentes modos, pressupondo “o fato de que a veracidade de um modo é julgada em termos das condições de um modo diferente” (LATOURE, 2013, p. 17). Assim, o maior desafio estaria na aceitação dessa pluralidade e no reencontro do comum entre as diferenças a partir de um trabalho de composição. Essas “articulações e composições possíveis de mundos entre modos muito diversos de existências, ontologia e relações” (DIAS, SZTUTMAN, MARRAS, 2014, p. 501).

Em outras palavras, aponta-se para a diversidade de vidas que compõem a paisagem, percebida como uma trama de relações. Nessa ideia, as reflexões sobre a definição de vida e de trama podem complementar os referenciais teóricos para o desenvolvimento da pesquisa e de sua relação com a fenomenologia.

Os estudos de Ingold (2015) criticam o entendimento de vida como, absolutamente, um atributo das coisas. Em seu raciocínio, a vida “não emana de um mundo que já existe, povoado por objetos-come-tais, mas é, ao contrário, imanente ao próprio processo contínuo de geração ou vir a ser do mundo” (INGOLD, 2015, p. 115). Na mesma lógica da fenomenologia da percepção, isso significa entender a vida como um processo, movimento, peregrinação ou devir contínuo de fluxos que, por sua vez, produz um mundo. Assim, na ideia de Ingold (2015), cada organismo vivo poderia ser representado por várias linhas ou trilhas saídas de uma fonte, como uma verdadeira malha, ou ainda, uma trama (Figura 23).

Figura 23 A ideia de trama



Fonte: INGOLD, 2015, p. 119

A relação dessa trama com outras tramas, ou seja, com outras formas de vida, é o que compreende um ambiente. Diferente de entender o mesmo como circundante de um organismo ou forma de vida. O próprio organismo, assim, é um ambiente.

O que temos estado acostumados a chamar de “ambiente” pode, então, ser melhor vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É dentro desse emaranhado de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres crescem ou “emanam” ao longo das linhas das suas relações. (INGOLD, 2015, p.120)

Dessa forma, *estar vivo*, para Ingold (2015), é *estar* em um contínuo devir de interações e relações. “As coisas *são* as suas relações” (INGOLD, 2015, p.119). O *estar* no mundo é o sentido da vida, ou seja, é o *estar* pleno. Assim, o bem *estar vivo* pode ser entendido como uma condição de abertura para essas interações e relações. É a possibilidade de comunicação e engajamento com o ambiente e os outros seres. É nesse sentido que a presença da natureza e de seres não-humanos, tão quanto a presença da cidade e de outros seres humanos, se torna fundamental para a plenitude da vida humana. A partir dessa ideia, o ambiente pode ser baseado como um conjunto de relações.

Não há nenhuma linha separando a terra e o céu; não há nenhuma distância intermediária, nenhuma perspectiva ou contorno, a visibilidade é limitada; e, no entanto, há uma topologia extraordinariamente fina que se baseia não em pontos ou objetos, mas sim em hecceidades, em conjuntos de relações (ventos, ondulações de neve ou areia, o canto da areia ou o estalido do gelo quebrando, as qualidades táteis de ambos). (DELEUZE E GUATTARI, 2004, p.421)

Assim, essas hecceidades, que são relações também entendidas com propriedades de vida, não são “o *que* nós percebemos, já que no mundo de espaço fluido não há objetos de percepção. Elas são, ao contrário, aquilo *com* que percebemos” (INGOLD, 2015, p.143). Dessa maneira, perceber o ambiente e, portanto, isso inclui perceber a natureza, depende de um “juntar-se a ela nos fluxos e movimentos materiais que contribuem para a sua -e nossa - contínua formação” (INGOLD, 2015, p.143).

Para Merleau-Ponty (2000), o próprio corpo habita a natureza e expressa essa condição ao ser uma metamorfose da vida. O corpo, assim, é recortado, ou ainda, inerente à natureza. É nesse sentido que o autor

propõe enxergar a natureza não como céu, remetendo a sua purificação, mas como solo, e todo seu sustento. Aquilo que não está distante nem diante, e sim, aquilo que inevitavelmente é experienciado.

Nessa linha de raciocínio, é possível algumas conclusões sobre a associação da “qualidade” de vida no Campeche com a presença da natureza. Primeiramente, os “lugares de natureza”, ou ainda, os lugares em que o ambiente está aberto aos processos naturais da vida, são aqueles em que há uma maior possibilidade de relações. Supondo as interações entre tudo aquilo que um novo entendimento de vida pode abranger. Esses lugares de possíveis relações, portanto, são lugares de possíveis percepções-significados-ações e, por conseguinte, de um bem *estar* vivo.

Além desta conclusão, como causa e efeito, os “lugares de cidade” são predominantemente construções alheias “aos lugares de natureza”. Dessa forma, ao invés de se perceber o espaço urbano de maneira diferente, tenta-se impor limites a ele, na ânsia de conservar o bem *estar*. Esses limites, entretanto, geralmente não funcionam porque não há como separar os espaços de um único ambiente. Por esse motivo, funcionam apenas como limites de visibilidade, no sentido de percepção. Uma “educação da atenção” (INGOLD, 2015) na área de estudo, portanto, pode mostrar essas tentativas de se impor uma separação em algo que não pode estar separado.

É interessante refletir que a problematização não se encontra necessariamente no ato de construir. Para Heidegger (1954), à medida que habitamos o mundo nesse devir de relações com o ambiente (e suas condições naturais), nós construímos. Se “construir permanece, para a experiência cotidiana do homem, aquilo que desde sempre é, como a linguagem diz de forma tão bela, *habitual*” (HEIDEGGER, 1954, p. 02), ou seja, se construir também é um modo de *ser* humano, então o problema não está no construir e sim no modo como aprendemos a construir. Nessa falta de aprendizagem integrada, portanto, a expansão urbana do Campeche, de fato, ameaça o bem *estar*.

Em conclusão, a garantia do relacionamento dos habitantes do Campeche com a natureza parece estar condicionada a novos entendimentos de vida, de ambiente, de natureza e do próprio habitar a cidade. A capacidade de remodelar pode partir da capacidade de sentir. Conforme o “tempo muda, assim essas capacidades variam, levando-nos não a perceber coisas diferentes, mas a perceber as mesmas coisas de maneira diferente” (INGOLD, 2015, p. 199). Isso supõe compreender que a sustentabilidade ambiental depende da sustentabilidade das relações, nas suas mais diversas classificações. Relações estas que produzem diferentes modos, ou ainda, devires da existência. Trata-se, enfim, de

“recuperar aquela abertura original para o mundo” (INGOLD, 2015, p. 117).

Propõe-se, portanto, entender a condição de bem-estar no Campeche como o tal trabalho de composição citado por Latour (2013). Ou seja, a diversidade do ambiente em estudo pode ser tão importante quanto o reconhecimento daquilo que é comum entre os diferentes modos de existência, de habitar e de perceber o ambiente. O que se pretende realçar, portanto, é a condição inata a todos os seres habitantes do Campeche (humanos e não-humanos) que os conecta a existência da vida necessariamente à existência da natureza, ou ainda, do ambiente como um todo. Como uma condição de “mistura”.

Sentir o ar e andar no chão não é fazer contato tátil externo com o nosso entorno, mas se misturar a ele. Nessa mistura, conforme vivemos e respiramos, o vento, luz e umidade do céu se ligam com as substâncias da Terra no contínuo forjar de um caminho através do emaranhado de linhas de vida que compõem a Terra. (INGOLD 2015, p. 179)

Cabe esclarecer que isso não significa resumir a relação seres vivos-natureza a uma dependência de sobrevivência. Pelo contrário, significa apostar além desta e de outras condições unicamente simbólicas, como representações grandiosas de natureza. O que se quer dizer é que existe um modo de engajamento com a natureza que é um modo de *ser* vivo. Não há separação entre *ser* vivo e natureza. Assim, não se trata de encontrar possibilidades de acreditar ou conhecer *sobre* a natureza do Campeche, mas sim de *estar* na natureza do Campeche. Acredita-se que suas representações simbólicas são igualmente importantes, mas podem ser entendidas como expressões resultantes de uma relação específica do *ser*. As relações com a natureza são uma condição para *estar* no mundo. Algo como *a-terra-r*.

Perceber e agir no mundo-tempo é alinhar a sua própria conduta aos movimentos celestes do sol, da lua e das estrelas, às alternâncias rítmicas da noite e do dia e das estações do ano, à chuva e ao dia aberto, à luz do sol e à sombra. Pois o tempo engole a paisagem, assim como a visão das coisas é engolida pela experiência da luz, a audição das coisas pela experiência do som, e o tato das coisas

pela experiência do sentir. (INGOLD, 2015, p. 201)

A partir dessa visão ampliada, inclusive, entende-se que a denominação *natureza* representa apenas certa maneira de classificar o ambiente. Através do estudo de Ingold (2015), é possível concluir que não há a natureza do Campeche em si, ou o urbano do Campeche em si. O que há é um ambiente único que se faz a partir das diversas linhas de devires, dos diferentes modos de existência e dos diferentes modos de habitar. Assim, não há como separar vida-natureza-cidade. O conjunto de relações, ou seja, o emaranhado de devires que define o ambiente é o mesmo emaranhado que define os processos naturais, assim como os processos urbanos. Perceber o ambiente como um único emaranhado é agir de forma sábia, “atento ao sistema interativo como um todo, atento a suas relações e transformações, reconhecendo a dimensão sistêmica dos organismos, da vida e do mundo” (BATESON, 1986, p. 296).

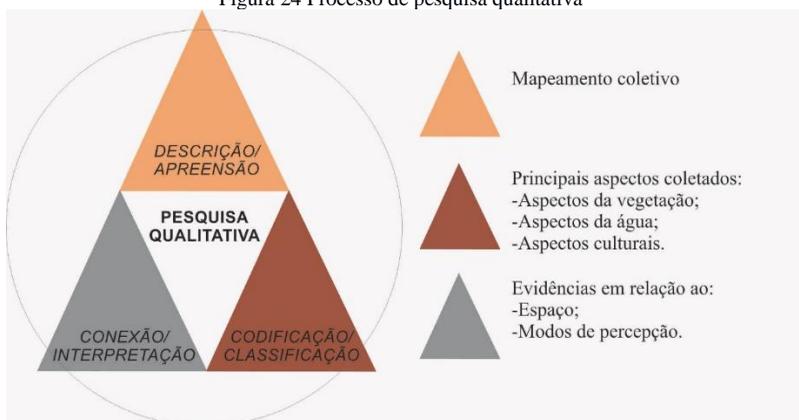
Por esse ângulo, o próximo capítulo trata da *trama verde e azul* como uma possível estratégica sistêmica de planejamento urbano para o Campeche. Por todas as reflexões apresentadas, acredita-se que a configuração dessa trama, deve partir da percepção e, portanto, das experiências coletivas de natureza que revelam as relações necessárias para o sustento do sistema. Abrangendo diferentes ritmos temporais, ouvir e mapear narrativas de experiências pelo coletivo pode ser uma forma de se abrir a essas formas de vida emaranhadas, a fim de delinear possíveis futuros.

5 PERCEPÇÕES COLETIVAS

A *trama verde e azul* do Campeche já existe. Entendê-la como estratégia, entretanto, é entender suas atuais vulnerabilidades e capacidades de ampliar e sustentar relações (natureza-cidade-seres vivos). Configurar a trama verde e azul do Campeche, portanto, é identificar a trama de relações entre natureza-cidade-seres vivos percebida (experienciada-visível) e não percebida (não experienciada-não visível). Por esse motivo, investiga-se a *trama verde e azul* não somente pelo mapeamento da vegetação (*verde*) e hidrografia (*azul*), mas pelo mapeamento das relações existentes, sob um ponto de vista humano e, inevitavelmente, tão cultural e simbólico quanto prático. Dessa forma, busca-se identificar maiores e menores convergências entre espaços verdes, azuis e urbanos, a fim de analisar principais fragmentações e conexões para uma *trama verde e azul*, como estratégia de leitura do espaço.

Para esse objetivo, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa a partir de um mapeamento coletivo das experiências de natureza no espaço urbano do Campeche. Baseado nos estudos de Dey (2005), o processo de pesquisa foi organizado da seguinte maneira (Figura 24):

Figura 24 Processo de pesquisa qualitativa



Elaborado pela autora, 2018

Transpondo os estudos do autor para as especificidades da pesquisa, acredita-se que esse processo contínuo resulte na identificação “inteligível, coerente e válida” (DEY, 20015, p. 54) das percepções-experiências-relações que configuram a *trama verde e azul* do Campeche.

Assim, a primeira etapa de descrição refere-se à clareza, às técnicas e transcrição envolvente na coleta de dados, referindo-se ao método de mapeamento coletivo. A segunda e terceira etapa, referentes à codificação e interpretação, tratam a análise dos dados a partir das principais categorias e das suas conexões com o tema.

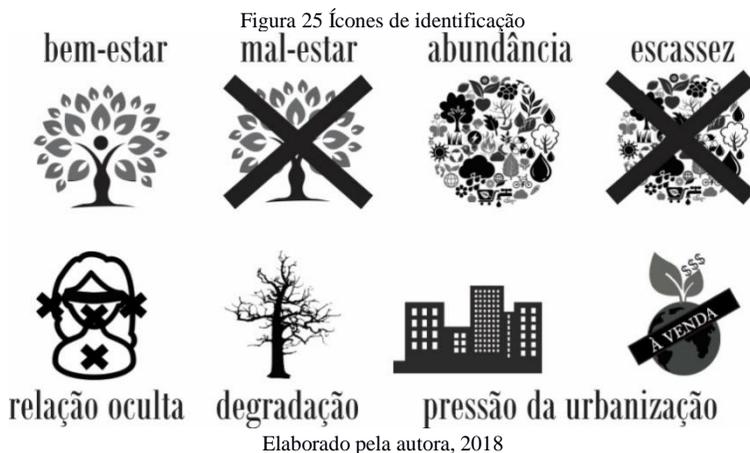
5.1 O MAPEAMENTO COLETIVO

Registrar diferentes linhas de devires, ou seja, diferentes formas de viver, habitar e criar relações, é um desafio que pode ser abordado por diferentes metodologias. O primeiro critério de escolha foi a capacidade de registro a partir de outros pontos de vista, além das vivências da pesquisadora. Em outras palavras, de um método representativo ao coletivo do Campeche e reaplicável a maiores amostragens. O segundo critério foi a capacidade de revelar subjetividades de maneira sintética e direta. Isto pois, é também intenção verificar como o método pode ser aplicável e útil para as práticas de planejamento urbano.

Diante desses critérios, foi preciso primeiramente planejar não só as técnicas de coleta dos dados, mas também seu modo de transcrição. Assim, a técnica de mapeamento coletivo, baseada principalmente nos estudos de Risler e Ares (2013), foi considerada a direção mais adequada para traçar o processo de registro. De acordo com os autores, o mapeamento coletivo é um processo de criação com suporte gráfico e visual que “subverte o lugar da enunciação para desafiar as histórias dominantes sobre os territórios, com base no conhecimento e nas experiências cotidianas dos participantes” (RISLER, ARES, 2013, p.12). O ato de mapear a partir do compartilhamento de narrativas das experiências transcende o valor instrumental do mapa ao construir espaços para pensar, perceber e resistir. No processo de mapeamento coletivo, o ato de recordar experiências e narrá-las também é uma forma de sinalizar espaços de organização e transformação, “a fim de tecer redes de solidariedade e afinidades” (RISLER, ARES, 2013, p.12). As dinâmicas coletivas de registro de experiências, portanto, são modos de construir relatos através do mapeamento.

Como dispositivo de suporte para a dinâmica, foi planejada uma forma de revelar a problemática de pesquisa para o grupo, a fim de direcionar os relatos para questões pertinentes ao tema. Para Risler e Ares (2013), os dispositivos de mapeamento são ferramentas gráficas utilizadas para colocar em comum informações ou relatos sobre o território. Assim, ícones de identificação foram desenhados para ajudar

no registro visual das falas e no posterior diagnóstico das situações relatadas (Figura 25).



O desenho dos ícones foi elaborado a partir de uma síntese da problemática e dos apontamentos do resgate histórico na fundamentação teórica, destacando questões relativas a: bem-estar, mal-estar, abundância, escassez, falta de relação, degradação e pressão da urbanização, em sequência na Figura 25. Essa também foi uma forma de verificar o que foi abordado nos capítulos anteriores a partir da visão de outras pessoas. Essas questões revelam um caráter político, característico do método de mapeamento coletivo, que se pretendeu debater em relação às percepções de natureza.

Essa infografia foi impressa em papéis adesivados e recortados para a colagem durante a oficina. Segundo Risler e Ares (2013), os recursos visuais potencializam a intervenção cartográfica e estimulam a participação como impulso ao início dos diálogos nas oficinas. Não limitando o trabalho criativo, mas estimulando um marco temático de intervenção.

Além dos materiais e recursos gráficos, houve o planejamento da dinâmica a ser realizada durante a oficina. O plano foi traçado a partir do que Risler e Ares (2013, p. 20) denominam como “perguntas disparadoras”. Já que o mapa coletivo representa um relato, é importante deixar claro que tipo de relato se quer registrar. A elaboração de uma pergunta é a chave para provocar narrativas envolventes ao tema, alcançando o objetivo do mapeamento. A intenção, então, foi elaborar uma pergunta que provocasse narrativas sobre os lugares, caminhos e

linhas de movimento envolvendo verdes e azuis no Campeche. Portanto, a intenção era ouvir sobre as relações que envolvem e constroem o ambiente do Campeche, natural e urbano, em diferentes temporalidades. Para tanto, a pergunta disparada na oficina foi: “Quais histórias e experiências já vivenciei, vivencio e pretendo vivenciar em relação aos espaços de vegetação e água no espaço urbano do Campeche?”

Houve o cuidado para não reforçar as palavras natureza e cidade, a fim de não iniciar o processo já com uma visão fragmentada do ambiente. Ou seja, a ideia não era distinguir os tipos de experiências que envolvem espaços naturais ou espaços urbanos, mas identificar como os espaços característicos do Campeche; que envolvem certamente espaços vegetados, de água e de edificações; são construídos pelas experiências. Assim, a ideia não era tanto identificar pontos no mapa, mas sim linhas de percursos e movimentos. Na direção dos estudos de Aguiar (2010, p. 10), a descoberta estaria não nos pontos referenciais do espaço, mas sim numa certa espacialidade que se refere a uma condição específica “resultante da inserção no espaço do(s) corpo(s) em movimento”. Dessa forma, planejou-se o uso de linhas de lã coloridas com o objetivo de ajudar as pessoas a representar seus movimentos no mapa.

A oficina foi iniciada com a apresentação breve da pesquisadora e dos participantes, seguida pela parte prática com o lançamento da pergunta disparadora. Informações teóricas sobre a pesquisa, seu tema e objetivos, foram deixadas para o encerramento da dinâmica. Dessa forma, procurou-se evitar influências e possíveis distorções que as palavras cidade e natureza pudessem envolver ao serem apresentadas.

Com o lançamento da pergunta, os participantes foram orientados a utilizarem os materiais disponíveis para ajudarem no registro das narrativas. Ou seja, enquanto um participante estivesse relatando algo, outros teriam o papel de representar essas falas com desenhos, palavras em *post its*, com os ícones adesivados e com as linhas representativas dos movimentos pelo espaço. Assim, primeiramente orientou-se a conversação em resposta à pergunta a partir de vivências e experiências guardadas na memória, ou seja, relativas a tempos distantes. Após, foi seguida a mesma lógica para experiências em tempos atuais e, depois, para tempos futuros.

5.2 CODIFICANDO EXPERIÊNCIAS, CONECTANDO RELAÇÕES

Os relatos da oficina foram extensos e de grande volume. A transcrição desses dados começou durante o próprio processo de mapeamento. O registro dos outros participantes durante a fala de um narrador, através das anotações e adesivagens no mapa (Figura 26), foi considerado uma forma de condensar e codificar os dados, preparando-os para uma categorização de acordo com os aspectos mais relevantes para a pesquisa: vegetação, água e cultura.

Figura 26 Mapeamento coletivo



Fotos da autora, 2018

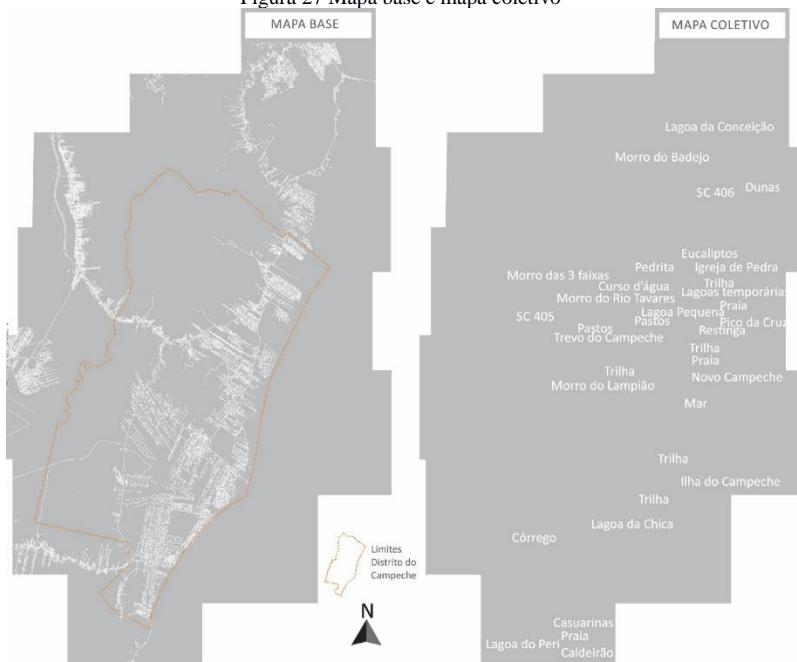
Todas as informações coletadas na oficina e organizadas de acordo com os aspectos observados apontaram para certas variações e singularidades nos dados. Essas características e suas relações entre as categorias analisadas geraram conexões e interpretações importantes para alcançar o objetivo relativo à configuração da trama. Para apresentar de forma mais clara essas ideias, as reflexões foram organizadas de acordo com as conexões em relação ao: espaço físico, às temporalidades e aos modos de percepção.

A categorização dos dados foi iniciada a partir da análise dos escritos registrados nos papéis e dos adesivos com os ícones de identificação. Apesar de facilitar o processo de síntese dos dados, as gravações de áudio durante a oficina também foram analisadas para complementar as informações coletivas e verificar possíveis interpretações. Com essa análise técnica, buscou-se resgatar dados mais aproximados aos objetivos da pesquisa, possivelmente não considerados pelo domínio coletivo.

5.2.1 Conexões em relação ao espaço físico

Em princípio, ao observar o conjunto dos registros escritos descobriu-se uma forma de reconhecimento do Campeche como um todo, independentemente da classificação dos seus espaços físicos. É como se o desenho base do mapa fosse substituído por uma linguagem escrita, identificando a área de estudo a partir dos lugares mais significativos citados nos relatos. Separando a base disponibilizada na oficina das folhas vegetais sobrepostas e preenchidas pelos participantes notou-se esses escritos como uma forma legítima de desenhar o espaço (Figura 27).

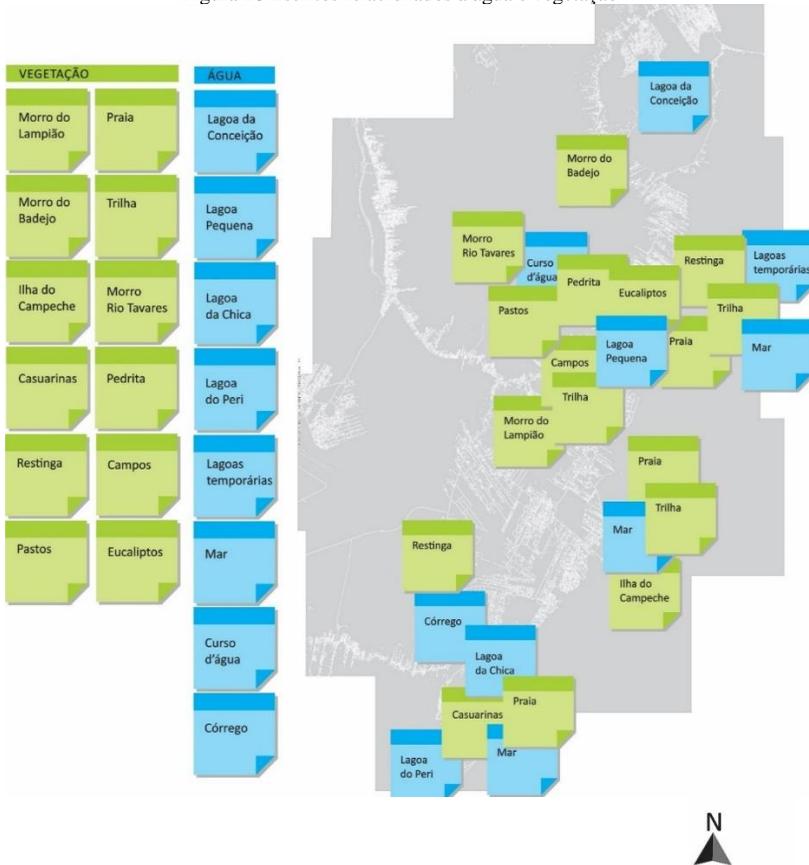
Figura 27 Mapa base e mapa coletivo



Elaborado pela autora, 2018

Os papéis colados com os escritos indicaram predominantemente pontos e caminhos importantes em relação à vegetação e água. A organização desses escritos, portanto, foi considerada uma forma de destacar os lugares de natureza mais significativos para os participantes. Ou seja, os lugares de maior relação e engajamento. Essas informações apareceram no mapa durante os relatos das experiências, tendo também localizações específicas. Essas anotações foram organizadas da seguinte forma (Figura 28):

Figura 28 Escritos relacionados à água e vegetação



Elaborado pela autora, 2018

Além destes registros, considerou-se relevantes outras anotações que desvendam ainda aspectos relacionados à vegetação e água, porém a partir de referências indiretas a essa classificação. Observou-se uma quantidade de escritos representativos a elementos urbanos, como nomes de localidades específicas dos bairros e, também, de vias arteriais e locais. Os exemplos apresentados no diagrama seguinte (Figura 29) foram destacados devido sua interdependência, verificada durante os relatos, com as informações verdes e azuis que os acompanham.

Figura 29 Escritos relacionados a elementos urbanos



Elaborado pela autora, 2018

Através da análise das gravações de áudio, verificou-se que os relatos das experiências não seriam legíveis sem essas citações (Figura 29). Ou seja, notou-se que algumas vivências com a natureza não poderiam ser relatadas e, portanto, experienciadas sem sua presença.

Portanto, não foram consideradas somente referências a elementos urbanos, mas sim fatores de uma soma que resultam em modos de identificar as narrativas. Ou seja, da mesma forma que algumas anotações verdes e azuis não fazem sentido se forem lidas de forma isolada, as anotações destacadas na Figura 29 também dependem de reuniões.

Assim, ao agrupar certas informações coladas no mapa, é possível compreender o motivo pelo qual foram consideradas importantes pelos participantes ao descreverem experiências com a vegetação e a água. Esses nomes resultantes estiveram presentes de forma central durante as falas, como foi conferido nas gravações, mas registrados de maneira desmembrada quando escritos. O exercício de soma (Figura 30) foi uma forma interessante de pontuar localidades verdes e azuis no mapa sem desconsiderar sua dependência com outros elementos urbanos. Assim como foi uma forma de considerar certas localidades urbanas como importantes aspectos pertencentes à vegetação e água. Situações que poderiam ser desconsideradas na análise superficial e única das anotações.

Figura 30 Agrupamentos das anotações



LEGENDA:

- Escritos referentes a elementos urbanos
- Escritos referentes à vegetação
- Escritos referentes à água
- Identificação de lugares vivenciados

Elaborado pela autora, 2018

Ao organizar as palavras destacadas, foi interessante observar uma certa condição de mistura entre elementos possivelmente classificados como verdes ou azuis ou, ainda, à primeira vista, não pertencente a nenhuma destas duas categorias, como os elementos urbanos. Essa dificuldade de separação pode ser observada, primeiramente, na própria nomenclatura dos bairros e suas localidades, denominados por lugares representativos de natureza. Durante essa análise, frases como “ali pela lagoa da Chica”, “lá na lagoa da Conceição”, “lá para os lados da lagoa do Peri”³, por exemplo, trouxeram uma reflexão sobre a classificação mais adequada para esses registros. Afinal, ora estavam associados a atividades diretas com a água e a vegetação, ora estavam associados apenas a referências geográficas de localização no bairro. Tratando-se de pontos de vista, as diferentes interpretações demonstram o quanto essas nomenclaturas possivelmente representam tanto aspectos em relação à natureza, quanto em relação à cidade. Assim como, em certas vezes, nomenclaturas referentes à água trazem correspondências com a própria vegetação, e vice-versa, como nos exemplos das palavras em negrito colorido no quadro seguinte (Quadro 1).

³ Informação verbal dos participantes, transcrita de acordo com as gravações da oficina.

Quadro 1 Registros relacionados à água e vegetação

ÁGUA	VEGETAÇÃO
Lagoa da Chica	Morro do lampião
Lagoa Pequena	Morro do Badejo
Lagoa da Conceição	Ilha do Campeche (mar)
Lagoa do Peri	Casuarinas do Caldeirão
Lagoas temporárias	Eucaliptos da <u>Igreja de Pedra</u>
Acesso à Lagoa da Conceição (SC 406)	Campos do pasto da Lagoa Pequena
Mar (Praia)	Campos do pasto do <u>Trevo do Campeche</u>
Curso d'água perto do Morro Rio Tavares	Trilhas para a praia
Córrego perto do <u>Trevo do Erasmo</u>	Morro do Rio Tavares
	Pedrita
	Restinga das dunas
	Restinga da <u>SC 405</u>
	Morro das <u>três faixas (SC 405)</u>
	Costeira do Pirajubaé
	Praia (mar)

Elaborado pela autora, 2018

Ficou nítido que os lugares de natureza se destacaram como fortes referências do espaço urbano do Campeche, mas referências urbanas também foram usadas para nomear e localizar lugares de natureza. Algumas dessas referências inclusive serviram para caracterizar lugares pouco conhecidos e, portanto, nem sempre percebidos por todos. Como por exemplo, na localização de córregos, campos, morros e pequenas massas de vegetação. As palavras sublinhadas no Quadro 1 podem demonstrar essas associações.

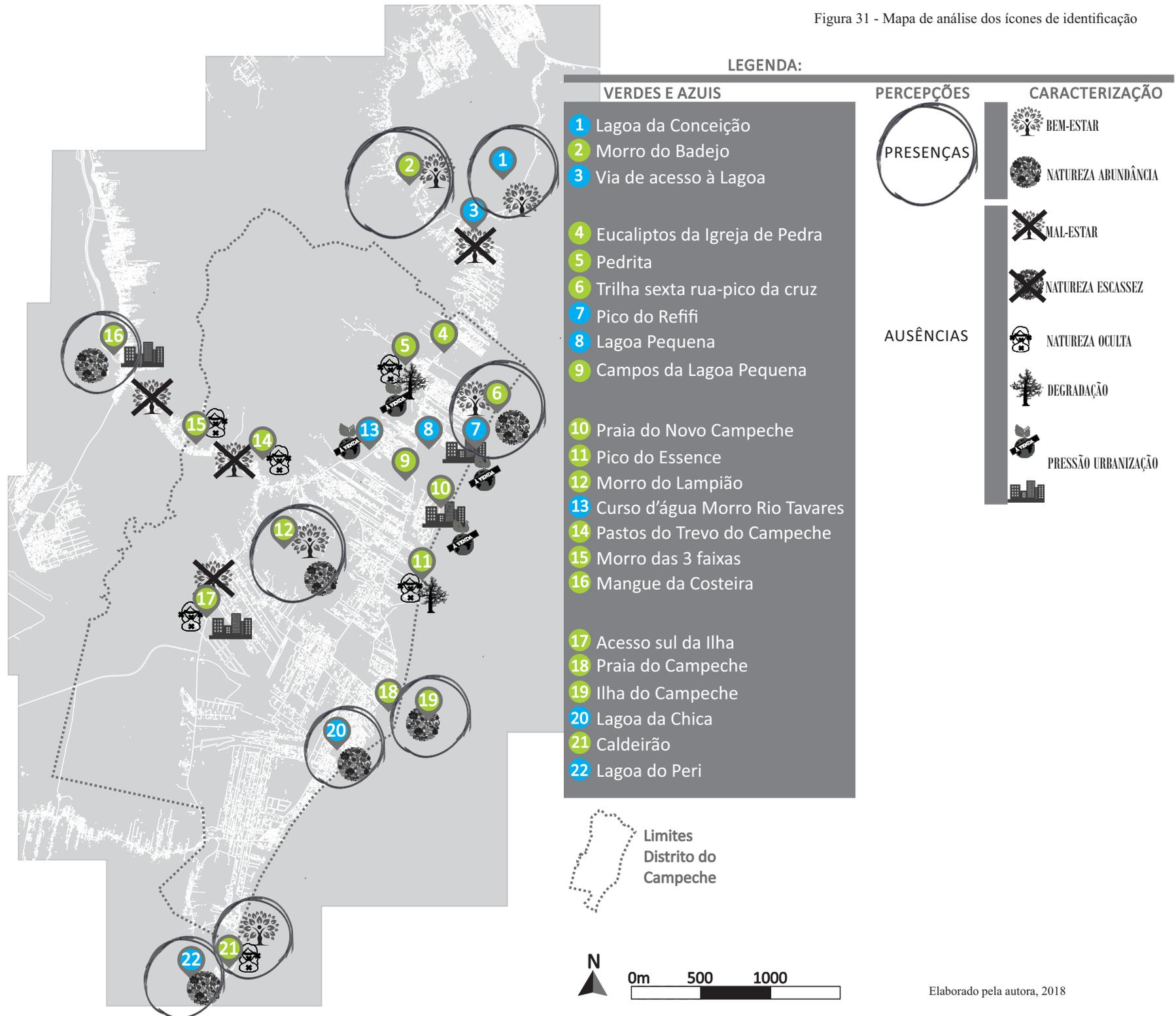
Enquanto uma mesma palavra abrangia possivelmente diferentes classificações, foi interessante observar como apenas a nomeação não revelava os lugares em si. Uma mesma palavra trouxe diferentes percepções, dependente das diferentes vivências e experimentações do espaço. Muitos exemplos podem demonstrar esse fato. Para alguns, a palavra “Caldeirão” era citada para designar um pico de *surf*, para outros,

um ponto de praia ou então um ponto de passagem da estrada que dá acesso ao sul da Ilha. Da mesma forma, a palavra “Novo Campeche” podia significar um lugar de praia, um pico de *surf*, ou ainda, um lugar de intensa urbanização. Assim como a palavra “Bar do Chico” significava para alguns uma territorialidade do Campeche, mas para outros, apenas uma localidade da praia ou um pico de *surf*. Hoje, inclusive, já denominado de outra forma: “agora nem é mais ali no Bar do Chico, é ali no pico do Essence”⁴, nome do condomínio que hoje ocupa as mesmas dunas pelas quais seriam o motivo da destruição do antigo bar pela Prefeitura.

Apesar de existirem singularidades no reconhecimento do espaço, também existiram identificações compartilhadas. A análise dos adesivos com os ícones ajudou a sintetizar algumas dessas caracterizações e, principalmente, a revelar percepções de ausências e presenças de natureza no espaço urbano do Campeche, intenção já planejada na escolha da infografia. Todos esses dados foram organizados e categorizados no mapa seguinte (Figura 31). A legenda explica a localização de todas as nomenclaturas consideradas referentes aos verdes e azuis e a ideia geral da imagem dos ícones. Assim como sinaliza as zonas referentes às maiores percepções de presença da natureza.

⁴ Informação verbal da participante M., transcrita de acordo com as gravações da oficina.

Figura 31 - Mapa de análise dos ícones de identificação



A colagem dos ícones-adesivos no mapa gerou não só uma caracterização do espaço, a fim de associá-la a possíveis percepções-vivências, mas também uma discussão política sobre o território. Os ícones representaram vulnerabilidades das relações verdes e azuis do Campeche. Foi como se os relatos denunciassem certos vestígios de natureza que eram percebidos por faltas associadas às degradações, ou por fortes ausências geralmente associadas aos processos de urbanização, ou ainda, por fortes presenças e engajamentos da comunidade.

As vivências relatadas na oficina revelaram emergências na paisagem. Em macro escalas, esses vestígios revelaram verdadeiros recortes no território. O mapa seguinte ilustra essa ideia a partir da identificação de todos os espaços verdes e azuis destacados durante o mapeamento (Figura 32).

Figura 32 Fragmentos das áreas naturais



Elaborado pela autora, 2018

Lembrando que as áreas destacadas foram aquelas percebidas pelas pessoas, refletiu-se sobre todas as áreas verdes e azuis existentes que estão na área entre os fragmentos recortadas do mapa (Figura 32). Ou seja, sobre todas aquelas relações veladas e não percebidas. Por um tecido urbano cada vez mais impermeável, a falta de percepção desses outros lugares de natureza denuncia principais perdas de conexões e continuidades perdidas. Conseqüentemente, muitos desses fragmentos também revelam graves reduções e degradações, como por exemplo, a área do Morro do Lampião e do Maciço da Costeira, circundado por linhas em zigue-zague (Legenda número 12 e 15 da Figura 32).

Esses limites vão ganhando diferentes formas de acordo com o crescimento da cidade. Por esse ponto, refletiu-se sobre a associação da falta de movimento pelas bordas, e sua condição oculta, ao seu processo de degradação natural. Observou-se que nessas áreas, onde predominam usos privados, sem haver espaços geradores de fluxos lentos e usos diversos, são as mais suscetíveis à redução. Onde não há movimentos pelas bordas, as mesmas permanecem ocultas e, portanto, não percebidas.

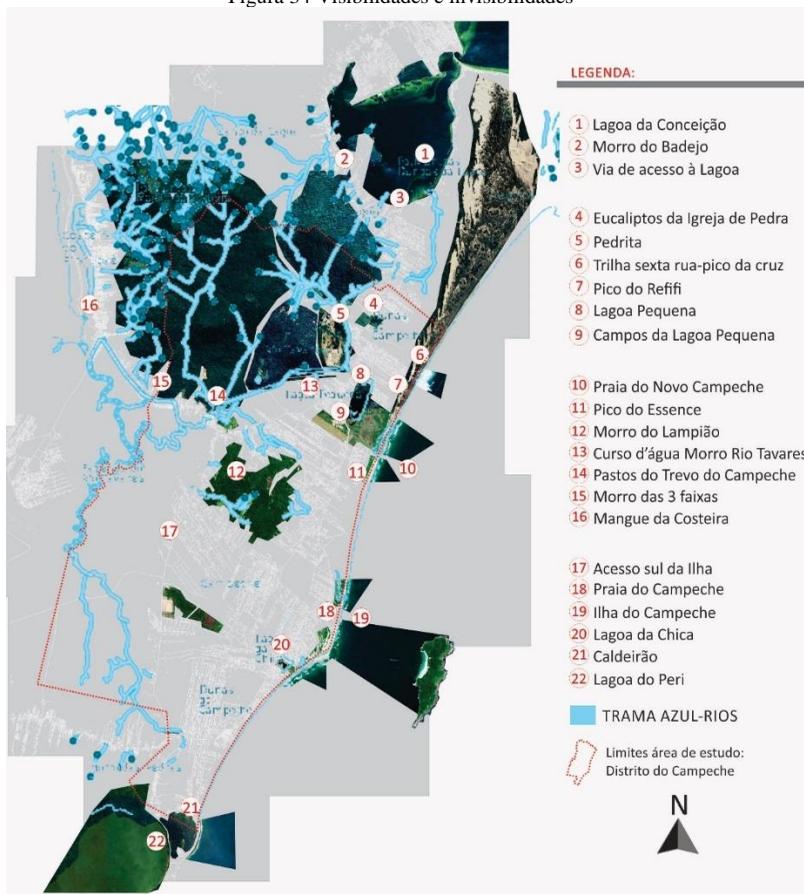
Por outro ponto de vista, foi também interessante observar como esses limites eram percebidos como barreiras, mesmo quando eram percebidos como lugares de natureza, por um acesso visível e possível. O relato seguinte destaca essa ideia: “A gente tem uma vida urbana e a praia. Parece que a gente tem aqui um muro. Ai você tá aqui, aí você passa pra cá, ah vou pra praia. Ah eu suporto tudo que tem de ruim em Floripa, o trânsito e tal, porque no final de semana eu posso pular o muro, eu vou pra praia. Tudo é em função de você atravessar o muro”⁵.

A questão, portanto, parece envolver a legibilidade de um sistema de espaços livres, públicos e de transição entre diversidades. Foi relevante observar como essas bordas dos fragmentos verdes e azuis ao mesmo tempo que representam zonas críticas e de degradação também foram marcados pelos relatos mais marcantes de engajamento com a natureza. Ficou clara a existência de uma condição contraditória e indefinida desses espaços de transição que guardam as maiores percepções de presença, os destinos de muitos percursos e, principalmente potenciais de engajamentos entre seres humanos-natureza. Podem ser apontados como espaços de convergência entre experiências urbanas e experiências de natureza. Revelando, portanto, principais linhas de conexão da *trama*.

Sobre outras conexões verdes e azuis, para além desses limites de fragmentos, nota-se que mesmo não sendo apontadas durante os relatos de percepção da natureza, ou seja, mesmo estando ocultas, algumas conexões fazem parte do ambiente substancialmente. Muitos outros córregos e cursos d’água, por exemplo, existem sem serem conhecidos pelas pessoas. O mapeamento geográfico da hidrografia existente pelo Geoprocessamento da Prefeitura de Florianópolis demonstra esse fato (Figura 33).

⁵ Informação verbal do participante C., transcrita de acordo com as gravações da oficina.

Figura 34 Visibilidades e invisibilidades



Fonte: GEOPROCESSAMENTO, PMF, 2018, adaptado pela autora.

O mapa cruzado dessas informações trouxe a reflexão sobre as invisibilidades e visibilidades das tramas naturais. Como parte dos espaços naturais visíveis mapeados, que já são vividos de forma fragmentada, existe uma trama azul que pouco é percebida. Há uma grande dificuldade em perceber as conexões envolvidas às áreas azuis percebidas e relevantes, como a Lagoa da Conceição, a Lagoa da Chica, a Lagoa Pequena e o mar, por exemplo. As linhas azuis que estão na parte sólida cinza do mapa (Figura 34), ou seja, nas áreas não vivenciadas e não

citadas nos relatos, revelam a ausência de vivência-percepção nesses espaços essenciais que ligam e sustentam grandes fragmentos.

Além disso, foi possível observar que ainda existem muitas continuidades azuis nas bordas desses fragmentos. São resistências das ocupações urbanas que, aos poucos, também vão desaparecendo com o avanço das ocupações e com a falta de percepção da sua presença. Notou-se como no tecido urbano essas linhas são enfraquecidas e encobertas, impossibilitando a diversidade nesses espaços. Os movimentos dessas tramas, ou seja, suas linhas de conexão e continuidade não fazem parte do espaço urbano. A água se faz presente apenas por grandes reservatórios já naturalmente delimitados e custosos a serem urbanizados: lagoas e mar (praia). As frágeis presenças que tramam esses reservatórios, entretanto, são facilmente degradadas, enfraquecendo a trama como um todo e dificultando relações perceptivas.

Por essa análise das vivências-percepções em relação às ausências-presenças de continuidades naturais, a análise dos dados referentes mais especificamente aos aspectos culturais tornou-se fundamental para entender a lógica das convergências e divergências entre cidade-natureza-cultura-seres vivos.

Essas relações foram analisadas a partir dos movimentos relatados durante a descrição de certas atividades habituais que estão relacionadas à percepção desses lugares de natureza. Essa questão elucidou, portanto, conexões com certos modos de perceber e vivenciar o Campeche.

5.2.2 Conexões em relação aos modos de percepção

Constatou-se, até o momento, que as citações de palavras, por meio da fala ou escrita, não definia por si os espaços narrados. Pela lógica fundamentada na pesquisa, a linguagem não foi tomada como instrumento único para a criação de significados universais, mas como decorrência de um domínio social de interações. Assim, foi fundamental analisar essas representações semânticas a partir das ações envolvidas nas experiências narradas. Essa análise foi considerada um estudo dos modos de percepção que originaram percepções de ausências e presenças, apresentadas anteriormente.

Cabe ressaltar que essa análise levou em consideração a ideia de percepção direta, onde a percepção implica necessariamente uma ação (GIBSON, 1986). Ou seja, buscou-se encontrar descrições de ações que revelavam modos de *estar* na natureza do Campeche. Assim, devido às intenções da pesquisa, o foco foi destacar possíveis ações que geram, ou

não, engajamentos com a natureza. Os pequenos trechos, extraídos das narrativas, que podem exemplificar ações diretas estão organizados no quadro abaixo (Quadro 2):

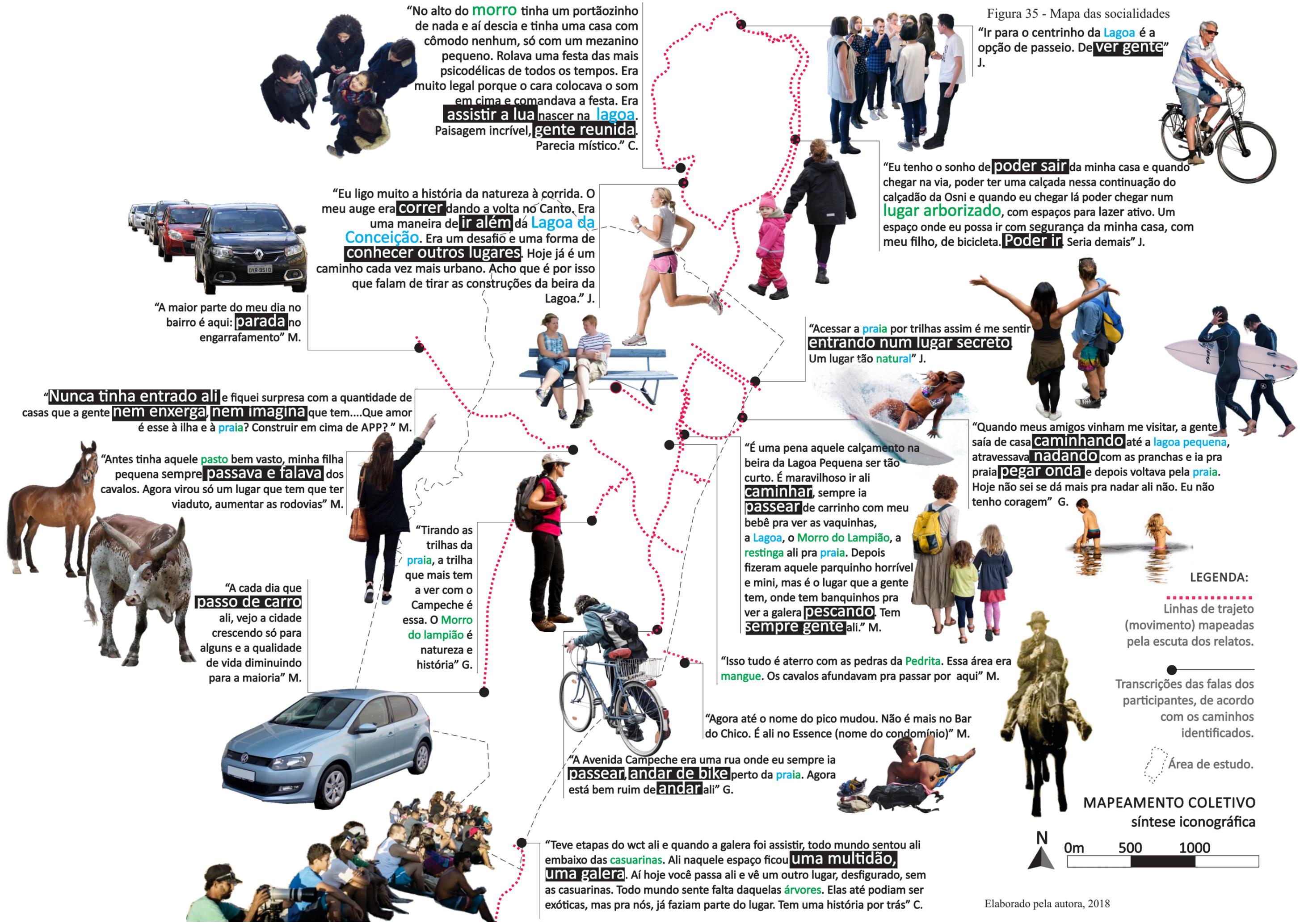
Quadro 2 Trechos relacionados aos aspectos culturais

“andar de <i>bike</i> ”	Caminhar
“fazer o caminho do mar”	Correr
“nadar na lagoa”	Surfar
“assistir a lua”	“pegar onda”
“ir no bar do Chico”	Pescar
“pousar o avião” (história Morro Lampião)	Passar de carro
“brincar na areia”	Ficar no “engarrafamento”
“passear de carrinho”	“ir para o trabalho”
“ver as vaquinhas”	Passear

Elaborado pela autora, 2018

Ao acompanhar essas espacialidades, ou seja, essas linhas de movimentos do corpo no espaço, foi possível então demarcar os trajetos que envolviam essas ações. Como esclarecimento, cabe frisar que essa marcação estava no planejamento da oficina, mas durante a dinâmica os participantes não conseguiram contemplar mais esse objetivo em todas as narrativas. Assim, essa intenção foi contemplada por uma visão mais técnica, fazendo parte da etapa de análise dos dados. O mapa seguinte reuniu todas essas informações, referentes à espacialidade das narrativas, e destacou importantes evidências referentes às relações sociais (Figura 35):

Figura 35 - Mapa das socialidades



“No alto do **morro** tinha um portãozinho de nada e aí descia e tinha uma casa com cômodo nenhum, só com um mezanino pequeno. Rolava uma festa das mais psicodélicas de todos os tempos. Era muito legal porque o cara colocava o som em cima e comandava a festa. Era **assistir a lua** nascer na **lagoa**. Paisagem incrível, **gente reunida**. Parecia místico.” C.

“Ir para o centrinho da **Lagoa** é a opção de passeio. De **ver gente**” J.

“Eu tenho o sonho de **poder sair** da minha casa e quando chegar na via, poder ter uma calçada nessa continuação do calçadão da Osni e quando eu chegar lá poder chegar num **lugar arborizado**, com espaços para lazer ativo. Um espaço onde eu possa ir com segurança da minha casa, com meu filho, de bicicleta. **Poder ir**. Seria demais” J.

“Eu ligo muito a história da natureza à corrida. O meu auge era **correr** dando a volta no Canto. Era uma maneira de **ir além** da **Lagoa da Conceição**. Era um desafio e uma forma de **conhecer outros lugares**. Hoje já é um caminho cada vez mais urbano. Acho que é por isso que falam de tirar as construções da beira da Lagoa.” J.

“A maior parte do meu dia no bairro é aqui: **parada** no engarrafamento” M.

“Acessar a **praia** por trilhas assim é me sentir **entrando num lugar secreto**. Um lugar tão **natural**” J.

“**Nunca tinha entrado ali** e fiquei surpresa com a quantidade de casas que a gente **nem enxerga, nem imagina** que tem...Que amor é esse à ilha e à **praia**? Construir em cima de APP?” M.

“Quando meus amigos vinham me visitar, a gente saía de casa **caminhando** até a **lagoa pequena**, atravessava **nadando** com as pranchas e ia pra praia **pegar onda** e depois voltava pela **praia**. Hoje não sei se dá mais pra nadar ali não. Eu não tenho coragem” G.

“Antes tinha aquele **pasto** bem vasto, minha filha pequena sempre **passava e falava** dos cavalos. Agora virou só um lugar que tem que ter viaduto, aumentar as rodovias” M.

“É uma pena aquele calçamento na beira da Lagoa Pequena ser tão curto. É maravilhoso ir ali **caminhar**, sempre ia **passar** de carrinho com meu bebê pra ver as vaquinhas, a **Lagoa**, o **Morro do Lampião**, a **restinga** ali pra **praia**. Depois fizeram aquele parquinho horrível e mini, mas é o lugar que a gente tem, onde tem banquinhos pra ver a galera **pescando**. Tem **sempre gente** ali.” M.

“A cada dia que **passo de carro** ali, vejo a cidade crescendo só para alguns e a qualidade de vida diminuindo para a maioria” M.

“Tirando as trilhas da **praia**, a trilha que mais tem a ver com o Campeche é essa. O **Morro do lampião** é natureza e história” G.

“Isso tudo é aterro com as pedras da **Pedrita**. Essa área era **mangue**. Os cavalos afundavam pra passar por aqui” M.

“Agora até o nome do pico mudou. Não é mais no Bar do Chico. É ali no Essence (nome do condomínio)” M.

“A Avenida Campeche era uma rua onde eu sempre ia **passar, andar de bike** perto da **praia**. Agora está bem ruim de **andar** ali” G.

“Teve etapas do wct ali e quando a galera foi assistir, todo mundo sentou ali embaixo das **casuarinas**. Ali naquele espaço ficou **uma multidão, uma galera**. Aí hoje você passa ali e vê um outro lugar, desfigurado, sem as casuarinas. Todo mundo sente falta daquelas **árvores**. Elas até podiam ser exóticas, mas pra nós, já faziam parte do lugar. Tem uma história por trás” C.

LEGENDA:

 Linhas de trajeto (movimento) mapeadas pela escuta dos relatos.

●
 Transcrições das falas dos participantes, de acordo com os caminhos identificados.

○
 Área de estudo.

MAPEAMENTO COLETIVO
 síntese iconográfica



Esse mapa síntese das narrativas e seus trajetos elucidou importantes aspectos que comprovaram a existência de uma paisagem cultural intrínseca a uma paisagem natural. As palavras destacadas⁷ revelaram a percepção dos lugares de natureza a partir de ações que necessariamente desencadeavam movimentos, já destacadas anteriormente (Quadro 2). O conhecimento dos lugares estava associado aos fazeres: “conhecer é fazer” (MATURANA E VARELA, 2007, p.270). E essa liberdade de movimento estava muito presente nas falas, representando denúncias e desejos. Alguns trechos “poder sair da minha casa e chegar na via”, “poder ir seria demais”, “ir além da lagoa”, “conhecer outros lugares” e “entrando num lugar secreto” demonstraram essas necessidades.

Por outro lado, frases que descreviam percepções por ações vinculadas ao “andar de carro” denunciavam a falta dessa liberdade de movimento: “a maior parte do meu dia é aqui: parada no engarrafamento”. Assim como também denunciavam lugares escondidos, privados e pouco reconhecidos, como demonstra a nomenclatura usada para nomear uma parte do Maciço da Costeira: “morro das três faixas”. A expressão “três faixas” refere-se à via arterial reversível da Rodovia SC 405, onde se concentram as maiores circulações e engarrafamentos de veículos. A mesma denúncia, dessa falta de relação vinculada a um processo de privatização, pode ser notada no seguinte trecho: “A cada dia que passo de carro ali, vejo a cidade crescendo só para alguns e a qualidade de vida diminuindo para muitos”.

Além desses aspectos, foi interessante observar que a relação positiva e amorosa com esses verdes e azuis, também estava associada a encontros com outras pessoas e seres. Expressões destacadas no mapa como: “gente reunida”, “ver gente”, “sempre gente”, “multidão”, “galera” e “amigos” estavam presentes nas descrições dessas experiências com a natureza. A presença de outras pessoas, assim como de outros seres, significava associações positivas com os lugares. Observações como “ver os cavalos”, “ver as vaquinhas”, “pescar”, “assistir a lua”, “nadar na lagoa”, “fazer a trilha” e “correr contornando a lagoa”, por exemplo, demonstraram a importância dessas relações sociais que enfatizam, obviamente, fortes relações entre seres humanos, mas que também vão além destas mesmas. A lua, o cavalo, a vaca, a árvore, a lagoa e o peixe são só alguns exemplos de outras relações vitais, fundamentando-se na insistência de Ingold (2015) sobre um entendimento ampliado de vida.

⁷ Informações verbais dos participantes, transcritas de acordo com as gravações da oficina.

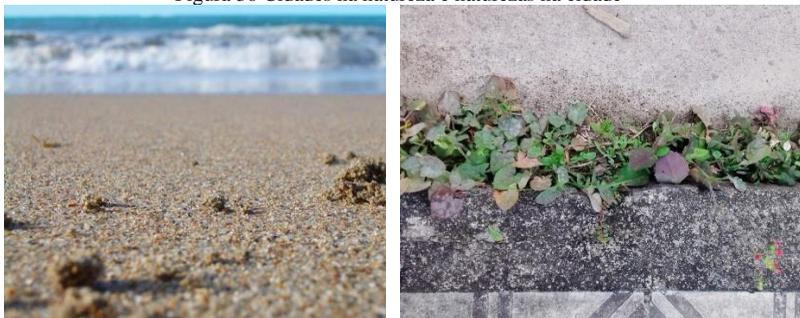
Talvez, na lógica de Tsing (2013), esses aspectos culturais do mapeamento coletivo possam ser descritos como aspectos de socialidades. Para Tsing (2013, p. 28), o social pertence a “duas culturas (humanidades e ciências naturais)”, não havendo distinção “entre humano e não-humano”. O conceito de socialidade define uma “socialidade mais-que-humana”. Ressaltada nas narrativas coletivas e definidora de uma configuração espacial *tramada* aos verdes e azuis.

6 PERCEPÇÕES DO CORPO-PESQUISADOR

Na ação de movimento da própria pesquisadora também foi possível perceber diferentes modos de existência que participam, assim como sua própria linha de devir, da construção do ambiente como tal. De acordo com Bateson (1986), são essas relações que produzem os significados do ambiente. E, segundo o autor, a inteligência estaria na capacidade de percebê-las.

Perceber a cidade e a natureza no Campeche, então, também dependeu da experiência fenomenológica de um corpo-pesquisador, na tentativa de deixar que os espaços revelem descrições duvidosas em relação ao que obviamente se entende como espaço de cidade, ou espaço de natureza. Em busca do que não está evidente, algo como perceber cidades na natureza e naturezas na cidade. As diversas tocas de siri na areia da praia do Campeche e as modestas plantas que brotam no concreto trazem essas inversões (Figura 36).

Figura 36 Cidades na natureza e naturezas na cidade



Fotos da autora, 2017.

Essas possíveis interpretações são como aberturas da paisagem. Na lógica de Merleau-Ponty (1999), como um certo posicionamento, e não uma crítica que pretende determinar uma verdade absoluta.

Os rastros, vestígios e pegadas no movimento do corpo-pesquisador, e de outros seres que se movimentam pelo Campeche, pode ser um simples modo de visualizar essa ideia (Figura 37). Estar em movimento é estar em relação.

Figura 37 Texturas naturais



Fotos da autora, 2017.

É curioso como esses movimentos foram reconhecidos apenas nos lugares que estão abertos à possibilidade desses rastros. Assim como a existência de uma diversidade de relações e seres, foi na terra e na areia que as marcas se fizeram visíveis. Essa reflexão pontuou uma questão importante e correspondente à produção do espaço: as condições dadas ao movimento. Se “a percepção é, assim, uma função do movimento, então o que percebemos deve, pelo menos em parte, depender de como nos movemos” (INGOLD, 2015, p. 88).

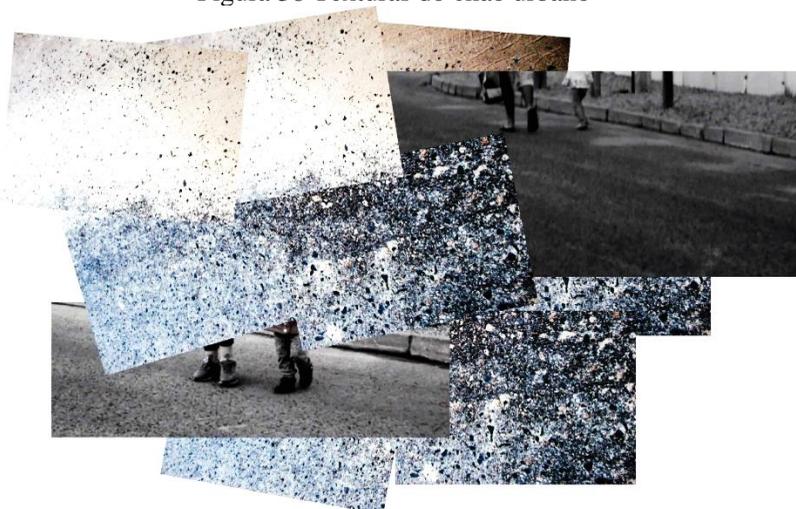
Trata-se, portanto, do que Ingold (2015) chama de uma “abordagem mais literalmente *aterrada* da percepção”. O que sugere o perceber como um *estar em contato com* a terra, ou mais amplamente, com o chão. Restaurar o lugar do tato no fenômeno da percepção é necessariamente defender a locomoção como ponto de partida para a atividade perceptiva. Indo além do sentido visual independente do movimento.

Para percebermos uma coisa a partir de ângulos diferentes, supõe-se que possamos girá-la em nossas mãos, ou executar uma operação computacional equivalente em nossas mentes. Mas

na vida real, na maioria das vezes, não percebemos as coisas de um único ponto de vista, mas sim andando por elas.

O mais interessante dessa ideia foi poder compreender certas diferenças entre as texturas do chão. A rigidez do caminhar pelos espaços urbanos do Campeche trouxe essa reflexão. Diferente dos lugares de praia e dunas, por exemplo, a maior parte da cidade não permite rastros (Figura 38).

Figura 38 Texturas do chão urbano



Fotos da autora, 2017.

Os espaços planejados, como ruas pavimentadas e gramados, permaneceram intocados diante à presença e movimento. Essa situação faz pensar o quanto a cidade está fechada à uma diversidade de relações. O quanto a cidade oculta percepções. O quanto os planejadores priorizam uma contemplação apenas visual. E, por outro lado, o quanto os lugares de natureza, para aqueles que habitam o Campeche, acabam sendo o lugar de encontro com esse *outros*.

Se os pés que caminham pela cidade não deixaram marcas, vestígios de algumas outras presenças no Campeche puderam ser percebidas por elementos da natureza. Na imagem anterior (Figura 38), por exemplo, a areia da praia se mistura ao asfalto. Esses vestígios que emergem pela natureza do lugar são formas de perceber (“art of noticing”)

diversidades na paisagem (TSING, 2015, p.17). O percurso pela área de estudo se transformou numa busca e produção por esses rastros.

Os estudos de Tsing (2015) foram fundamentais para entender esse processo. Em busca de cogumelos selvagens, chamados de Matsutake⁸, que vivem em florestas degradadas por perturbações humanas, a autora ensina sobre formas de perceber o mundo. A busca de Tsing (2015, p.08) é uma busca por uma “terceira natureza”⁹, ou seja, por tudo aquilo “que consegue viver apesar do capitalismo”. Os cogumelos que Tsing (2015, p.18) estuda mostram um “tipo de sobrevivência colaborativa”, revelando “possibilidades de coexistência dentro de uma perturbação ambiental”.

As paisagens que a autora estuda emergem a partir de uma condição de abandono, historicamente relacionadas com perdas econômicas e transformações impulsionadas pelo capitalismo. São nessas ruínas, portanto, que se nota a abertura para uma diversidade de relações.

Entendendo os processos de urbanização do Campeche como uma forma de perturbação humana ao meio ambiente, na mesma lógica das florestas de Tsing (2015), emergências na paisagem foram declaradas por ruínas urbanas. Especialmente nessas ruínas, na precariedade de calçadas abandonadas, verdes e azuis brotam na paisagem urbana. Essa ideia pode ser visualizada nas imagens (Figura 39), onde plantas e volumes d’água emergem nas ruínas do asfalto.

⁸ “Podemos olhar em volta para perceber esse estranho mundo novo, e podemos ampliar nossa imaginação para captar seus contornos. É aqui que os cogumelos ajudam. A disposição de Matsutake de emergir em paisagens destruídas nos permite explorar a ruína que se tornou nosso lar coletivo. Matsutake são cogumelos selvagens que vivem em florestas perturbadas pelo homem. Como ratos, guaxinins e baratas, eles estão dispostos a suportar algumas das bagunças ambientais que os humanos fizeram. No entanto, eles não são pragas; são deleites gourmet valiosos - pelo menos no Japão, onde os altos preços às vezes fazem do Matsutake o cogumelo mais valioso”. (TSING, 2015, p.18)

⁹ Tsing (2015, p. 08) usa a denominação de “primeira natureza” para se referir a todas “relações ecológicas (incluindo seres humanos)”. Já a denominação de “segunda natureza” para se referir “às transformações capitalistas do meio ambiente”.

Figura 39 Ruínas da cidade – emergências na paisagem

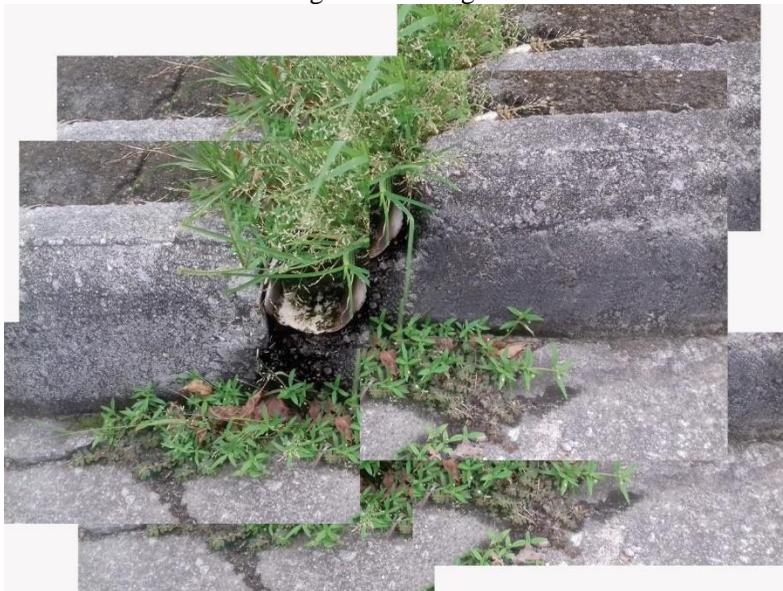


Fotos da autora, 2017.

Não só em lugares precários de infraestrutura emerge a natureza, também surge nos lugares que se fecham à sua presença. Toda impermeabilidade da cidade exige uma manutenção para se manter estanque aos fenômenos naturais da vida. Entre os períodos de manutenção desses espaços, quando a rigidez é abandonada, as mesmas

emergências são reveladas, como ervas daninhas ou outras plantas a serem desperdiçadas. É até mesmo espantoso pensar que o aparecimento da natureza é um sinal de abandono e precariedade. Tsing (2015, p.21) alerta para essa capacidade dos campos abandonados e, portanto, em sua certa condição de abertura, em gerar “novas multiespécies e vida multicultural” (Figura 40).

Figura 40 Vestígios



Fotos da autora, 2017.

Os estudos a partir de Tsing (2015), apontaram para as possibilidades que as perturbações humanas também podem gerar. O desenvolvimento urbano não é motivo para a morte da natureza. Existem possibilidades de abertura que apontaram para coexistências. Por meio dos vestígios de coexistências, refletiu-se sobre a capacidade das espécies em criarem “arranjos de vida viáveis” (TSING, 2015, p.37). Essa adaptabilidade dos elementos da natureza, como plantas e até mesmo certas espécies animais, talvez tenha sido a característica mais oposta à rigidez da cidade atual. Coexistir, criar perturbações e marcas é natural de todo ser. Essas características também foram observadas em lugares não urbanizados, por humanos (Figura 41).

Figura 41 Coexistências naturais



Fotos da autora, 2017.

As coexistências na cidade também foram vistas como coexistências naturais. Toda relação parece ser perturbadora ao meio. As diferenças parecem tratar de uma questão de equilíbrio-desequilíbrio. Essas evidências não se encontram só de forma discreta, como nos exemplos das ervas daninhas ou outras plantas sobreviventes. Talvez, o mais intrigante das experiências em campo no Campeche tenha sido os espaços de transição entre cidade-natureza, onde o urbano e o natural se encontram na paisagem de forma mais evidente (Figura 42).

Figura 42 Fronteiras.



Fotos da autora, 2017.

Apesar da oposição e divisão planejada para esses limites da cidade e bordas de praias e morros, por exemplo, a vivência nessas transições revelou muito mais um sentido de união entre esses ambientes. São nessas fronteiras que se pode perceber coexistências, apontando para um sentido de totalidade do mundo. Onde não há como separar e classificar. Há, no Campeche, uma condição de mistura (Figura 43).

Figura 43 Misturas.



Fotos da autora, 2017.

É na vivência do espaço, ou seja, para além das formalidades do desenho, que os limites entre zonas predominantemente residenciais e zonas de preservação permanente, por exemplo, revelaram diferentes sentidos. Se, como Heidegger (1971, p. 152) sugere, “o limite não é aquele em que algo pára, mas [...] é aquele a partir do qual algo começa a se apresentar”, os limites também podem ser percebidos como ligações, e não separações. É por isso que Heidegger (1971) associa o limite ao significado de ponte, ou seja, ao significado de união, ou ainda, reunião. Ou seja, limites podem representar não o fim e começo de algo, mas pode ser onde se coloca à mostra algo que estava até então inacessível, ou ainda, escondido.

Nos estudos de Merleau-Ponty (2000), a totalidade é sinônimo de indivisão, indo além da busca por uma síntese ou mescla de dilemas traduzidos por antinomias. Perceber essa totalidade foi fundamental, e é por esse motivo que além de defender a natureza na cidade, é preciso reconhecê-la.

A natureza na cidade deve ser cultivada e integrada com os vários propósitos dos seres humanos; mas primeiro precisa ser reconhecida, e seu poder de conformar os empreendimentos humanos avaliados. (SPIRN, 1995, p. 27)

Afinal, será mesmo que a cidade pára nesses limites onde vive a natureza, e assim vice-versa? Ou será que são nesses limites que a natureza, até então não percebida na cidade, porém existente, começa a se revelar? Talvez a resposta esteja mais próxima da visão de Hough (2004, p. 25), atento à “interdependência dos sistemas de vida que incluem tanto o caráter humano como o não humano”. Nessa visão, uma educação ambiental começa exatamente pelas áreas urbanas. Segundo o autor, a percepção dos processos naturais do ambiente começa nas áreas livres e asfaltadas a partir da pergunta: Por que estamos vivos?

As observações, derivações e vivências no Campeche, portanto, não só foram as razões dos questionamentos apresentados, como podem servir de princípio para suas respostas. O levantamento em campo foi elaborado por um sentido de “educação da atenção” (INGOLD, 2015, p. 13). A fundamentação dessas atenções ao longo do caminho experienciado, por meio de diferentes autores, complementa a investigação sobre as percepções de cidade e percepções de natureza.

Mover-se, conhecer e descrever o Campeche realçou o entendimento da experiência do corpo não mais centrada no próprio corpo em si. Mas sim, na experiência do corpo que está no mundo, em constante relação com o outro, com a historicidade e com a cultura (MERLEAU-PONTY 2000). Investigar os diferentes olhares e diferentes pontos de vista, portanto, envolveu uma viagem a diferentes vivências no lugar ao longo do tempo, por somas das percepções coletivas e pessoais da pesquisadora.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de abranger conclusões específicas de cada etapa do trabalho, o presente capítulo foi organizado de acordo com as diferentes dimensões da pesquisa. Primeiramente, apresenta-se as considerações em relação ao entendimento da *trama verde e azul* e da trajetória de pesquisa como um todo. E, posteriormente, apresenta-se as considerações sobre o método aplicado de mapeamento coletivo

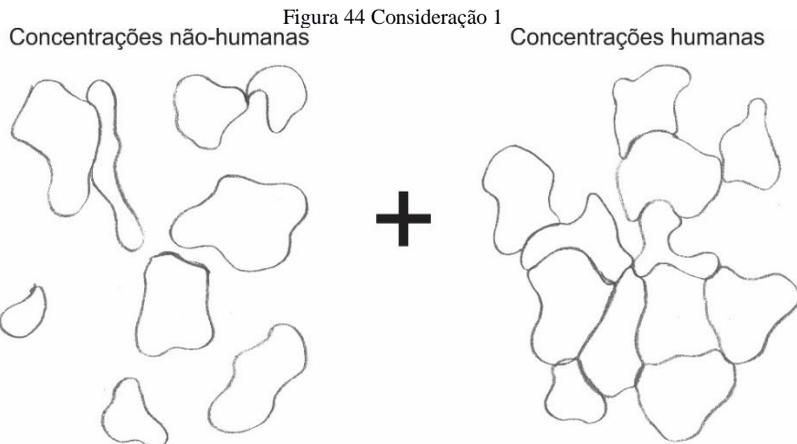
7.1 (RE)CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAMA VERDE E AZUL

Na mistura do ambiente convencionalmente natural do Campeche, como sua vegetação e água, com o ambiente convencionalmente urbano, como suas construções humanas; configura-se, portanto, uma única trama de relações. Ao considerar cada linha dessa trama como um dever de relações, natureza e cidade são apenas uma forma de classificar esses tipos de envolvimento, entendidos como experiências, ou ainda, percepções.

Nessa lógica, a visão sistêmica do conceito da *trama verde e azul* é uma possibilidade de potencializar a percepção dessa mistura. Refletir sobre o conceito dessa metodologia a partir da pesquisa permitiu entendê-la como um arranjo de relações, de socialidades. Um agrupamento ordenado das relações da água (sistema hídrico), das relações da vegetação (sistema vegetação), das relações humanas (sistema urbano) e de toda as diferentes formas de vida que estão conectados a esses sistemas (biodiversidade).

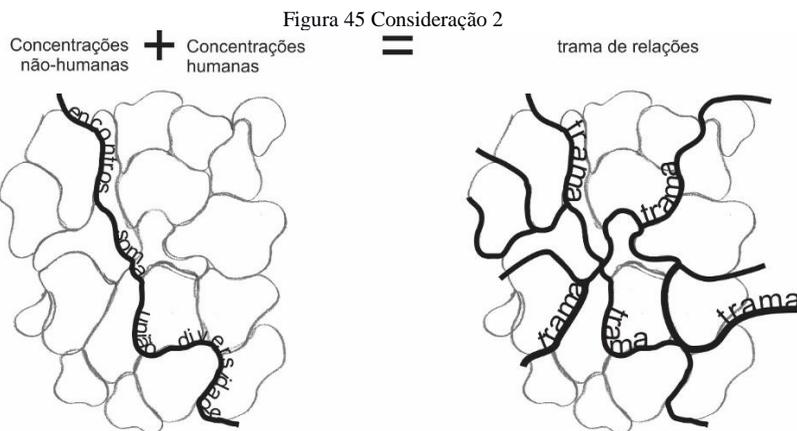
A trama é esse *todo*. Entendê-la como estratégia de planejamento urbano, é entender o desenho da cidade como uma forma de perturbação humana a nutrir colaborações interespecíficas (TSING, 2014).

As inúmeras experiências, leituras, correspondências e reflexões envolvidas no percurso da pesquisa, portanto, permitiram outras formas de perceber a *trama verde e azul*, como um raciocínio complementar à sua metodologia. Entendeu-se que sua formação consiste da soma entre concentrações de vidas não-humanas e concentrações de vidas humanas (Figura 44).



Fonte: Autora, 2018

Considerando que nenhum espaço pode ser vazio de vida, de acordo com o conceito fundamentado na pesquisa, essa união de concentrações gera encontros de diversidades (Figura 45).

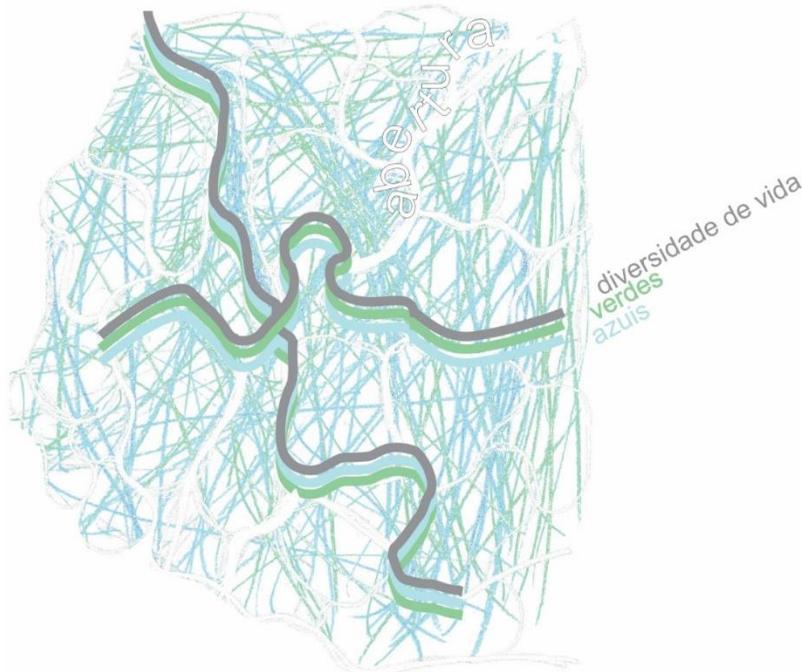


Fonte: Autora, 2018

A resultante é um todo de concentrações em relação com a água e a vegetação. Não há como separar as formas de vida dos processos naturais. A *trama verde e azul* necessariamente existe em todas as

concentrações de vida. As linhas de encontro, portanto, são também as linhas de abertura à percepção e reforço desses cruzamentos (Figura 46).

Figura 46 Consideração 3



Fonte: Autora, 2018

Portanto, as bordas dessas concentrações são uma forma de circulação e sustentabilidade dos processos evolutivos das vidas coexistentes. As linhas estruturadoras da *trama* são as linhas estruturadoras de socialidades. Nessa produção mútua, configura-se um (o) ambiente constituído de concentrações diversas de vida em processos dinâmicos evolutivos. Já que, toda forma de vida é um processo evolutivo de cooperação.

Dessa maneira, entendeu-se que planejar a *trama verde e azul* é também planejar um sistema de bordas e pontes, no sentido de reunião da diversidade. É legítimar esses espaços verdes e azuis como parte dos espaços urbanos, como espaços de planejamento urbano, como espaços *verdes* e *azuis* possíveis de urbanidade.

7.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA NO CAMPECHE

A respeito da investigação sobre as concepções históricas do significado de cidade e natureza no Campeche, concluiu-se que essa busca literária elucidou as existências da paisagem percebida, pessoalmente e coletivamente. Sendo uma forma de apresentar paisagens de natureza-cidade ao longo do tempo.

A grande dificuldade em encontrar uma ordem legível cronologicamente para esse conteúdo apresentado, também afirmou a condição de interligação entre as diferentes temporalidades da paisagem. Tentou-se construir uma linha de raciocínio que levasse o leitor a uma viagem ao longo do tempo, revelando uma paisagem atual que se confunde entre experiências passadas, presentes e futuras. Dessa forma, a articulação entre os tempos, muitas vezes descrevendo experiências passadas no texto sobre as construções do presente e vice-versa, não foram um erro de construção textual. Pesquisar sobre os ritmos temporais da construção do Campeche, por uma condição de reversibilidade, não podia envolver um rigor cronológico. Foi como narrar uma trajetória sobre as lembranças presentes de experiências passadas e as visões presentes de experiências presentes. Assim, a partir do estudo das representações de paisagens reais, por imagens e pinturas, foi possível investigar as diferentes experiências que envolviam sua (re)produção como tal.

Ampliar o estudo literário das experiências a partir das narrativas coletivas trouxe um outro olhar sobre a problemática e construção temporal do local. Enquanto a pesquisa por pinturas, jornais antigos, notícias atuais e relatos encontrados na literatura trouxeram um enfoque nos discursos e abstrações dos significados; a escuta dos relatos pelo mapeamento coletivo trouxe uma noção mais próxima da percepção como uma definição realmente própria de certas ações. No sentido até mesmo explicativo de certas problemáticas apontadas pela pesquisa histórica.

Portanto, a respeito das percepções coletivas e de suas análises e resultados complementares à primeira etapa de pesquisa, destacam-se os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, concluiu-se que os lugares relatados como experiências de natureza são sempre aqueles associados a ações: correr, caminhar, passear, pescar, surfar, etc. Ou seja, todo modo de percepção é também um modo de engajamento. Portanto, o significado de natureza está na relação. Estar envolvido é estar atento. Dessa forma, os relatos

sobre a natureza no Campeche são baseados em experiências *com* natureza, abrangendo diferentes temporalidades.

Em segundo lugar, observou-se que as atuais percepções de presença da natureza, ou seja, os atuais modos de vivenciar a natureza, fazem referência a um movimento de destino às bordas da cidade. Em outras palavras, concluiu-se que as principais convergências entre cidade-natureza são percebidas e vivenciadas nas transições entre espaços urbanizados e não-urbanizados. Mais especificamente, nas bordas ocupadas por espaços públicos.

Da forma como a cidade se apresenta atualmente, é na sua exterioridade que se permite maiores possibilidades de engajamento com outras formas de vida. Esses espaços de maior espontaneidade são buscados pelas pessoas como uma necessidade de encontro. Um encontro com pessoas, com animais, com *verdes* e *azuis* ou consigo. São nesses espaços onde se praticam diferentes atividades de engajamento com o que se percebe como natureza.

Até mesmo porque, e em terceiro lugar, observou-se que os lugares de natureza parecem ser percebidos pelos lugares de cidade. Considerando a ideia fundamental de movimento como princípio para a percepção, notou-se que são certas experiências urbanas que trazem as maiores presenças de natureza na vida das pessoas. Elas não percebem natureza *na* cidade, mas percebem *através* da cidade. Todo trajeto humano parte, passa e permeia o espaço urbano, decorrente de uma forma de vida humana. As práticas das atividades de engajamentos com outras diversidades exigem ordenações no território e planejamento de infraestruturas específicas. Correr, caminhar, passear, surfar, pescar e tantas outras possibilidades necessitam de suportes urbanos, especificamente de espaços livres públicos. Esse fato ficou evidente nos relatos do mapeamento, principalmente, nos anseios em condições melhores na cidade para possibilitar o acesso e a liberdade de movimento mais próximos a esses espaços.

A respeito das percepções da pesquisadora a partir do movimento do corpo no Campeche, cabe salientar que fazem parte de uma trajetória muito além da pesquisa de mestrado. Mesmo sendo apresentadas e fundamentadas na etapa final da pesquisa, são trajetórias que ganharam um atual corpo textual, mas que já faziam parte dos modos de existir e perceber da pesquisadora. Foram narrativas de experiências em ritmos temporais, reversíveis na sua distinção entre passado-presente-futuro. A partir das experiências anteriores ao trabalho que surgiram as raízes dos questionamentos, incertezas e interesses pelo tema da pesquisa, bem como foram as experiências de um corpo-pesquisador que ampliaram

visões, apontando para possíveis respostas e novos horizontes para experiências futuras.

Considerar essas percepções pessoais como parte da pesquisa foi importante para entender certas semelhanças e singularidades em relação ao coletivo. Certas semelhanças no sentido de entender que a busca por vestígios, encontros e misturas de cidade-natureza não são uma busca pessoal, e sim coletiva. Tal qual o corpo-pesquisador, concluiu-se que o movimento por encontros com *outros*, não só, mas também, humanos é uma necessidade inata de todo o *ser*. Já certas singularidades, no sentido da dificuldade e, cada vez mais, de uma certa raridade em encontrar essas marcas e vestígios. Ou seja, mesmo essa busca sendo coletiva, é difícil percebê-la na totalidade do ambiente, como algo que “naturalmente” já existe e é próprio do mesmo. Enquanto as percepções coletivas revelam convergências especialmente nas bordas das ocupações urbanas, as percepções do corpo-pesquisador revelam convergências especialmente além dessas fronteiras. A atenção é mesmo um exercício educacional e necessário. Assim como o projeto e a produção da cidade, e de suas arquiteturas, precisa permitir outros olhares.

É nesse sentido, portanto, que praticar esses movimentos no Campeche como pesquisadora foi fundamental para ampliar o significado de cidade e natureza e de suas relações com o papel de projetar e planejar, como uma possível forma de possibilitar percepções-atensões. Ademais, aliar essas experiências com uma busca incessante por leituras diversas e campos interdisciplinares foi uma forma de educar a atenção e ampliar visões.

Por fim, na soma dos estudos teóricos, práticos, coletivos e pessoais das experiências foi possível concluir que a natureza vai além de elementos *verdes e azuis*. Compõe tudo aquilo que se pode entender como diversidade de vida. São outras formas de vida, além da humana. Estar em contato com esses *outros*, é estar na natureza.

Como um encontro da cidade com o que está alheio, na margem percebe-se mais facilmente o que está em volta, mas que na verdade a constitui e a sustenta. Na borda, todos fazem parte. Vidas em sistema: totalidade. Espaços de transição são espaços de encontros, de trocas e de evolução mútua.

Cidade, por sua vez, vai além de elementos urbanos e espaciais, compõe tudo aquilo que se pode entender como diversidade humana. É um modo do existir humano. Estar em contato com essa diversidade de existências humanas, é ser urbano.

É preciso essa cooperação humana para viver em cooperação com outras formas de vida, além da humana. A cidade precisa acolher esses

encontros, contribuir para o preservar do morar humano, mas também para o preservar de outras formas de viver e habitar. Cidades precisam preservar moradias (concentrações) humanas, mas também precisam preservar encontros com a diversidade (humana e além-do-humano). Essa seria uma forma de sustentar a própria cidade e o ambiente como um todo.

Esse modo de percepção revela os espaços de borda como grandes potenciais de convergências (*trama*). Mas também ressalta a ausência desses encontros nos interiores do tecido urbano. Conclui-se, portanto, a necessidade de tornar esses espaços legítimos e *tramados*, apontando princípios para novas pesquisas. A cidade pode e deve ser permeada por mais espaços de transição. Por um sistema de espaços acolhedores a todas as formas de vida (humana e não-humana).

Para sustentar essa paisagem, portanto, é preciso sustentar a abertura dos espaços, é preciso sustentar o devir das relações e o devir da paisagem que é construída pelos ritmos temporais das experiências. Projetar esses sistemas implica necessariamente na consideração dessa condição de abertura. Como uma esperança presente de experiências futuras, trata-se de resgatar a natureza à experiência. E engajá-la na cidade e no cotidiano de seus habitantes. Trata-se de projetar espaços para perceber *tramas*.

7.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO

Concluiu-se que o método de mapeamento aplicado teve êxito quanto aos objetivos de leitura da comunidade. Em primeiro lugar, cabe lembrar que os resultados apresentados envolveram um grupo pequeno de amostragem, indicando formas de representar a área de estudo, complementadas nesta pesquisa pelas experiências pessoais da pesquisadora e pelas experiências históricas estudadas por referências bibliográficas.

Mesmo assim, entendeu-se preferível esse método do que entrevistas individuais pois foi notado que as interações coletivas encorajam as pessoas a contar e compartilhar suas experiências. Além do que, podem evitar distorções nos dados por haver uma preocupação menor dos participantes em responder da forma como o pesquisador supostamente gostaria de ouvir.

Além disso, ainda sobre as vantagens do mapeamento em relação às entrevistas individuais, concluiu-se que o próprio processo coletivo já é de certa forma uma análise de dados, já que é possível identificar aspectos comuns e singularidades por meio dos registros coletivos. Não

somente por este aspecto, a abordagem coletiva acaba criando esferas políticas, críticas, de denúncia e de percepção. O ato de mapear percepções por si só já é perceber. Mapear coletivamente já é um experienciar o Campeche de uma outra forma, um tipo de movimento, encontro e troca.

Em mapeamentos coletivos, as informações são coletadas pelo coletivo. Houve dificuldade em coletar informações específicas e técnicas durante o processo, que por sua vez, é extremamente dinâmico e imprevisível. E é nesse sentido que as gravações foram uma importante ferramenta. Entretanto, essa revisão tem apenas um papel de complementação, a partir dos dados condensados e facilitados pelo registro dos participantes.

Assim, observou-se que, no momento da oficina, a pesquisadora teve apenas um papel de iniciadora e, em alguns momentos, um papel de moderadora ao relembrar o foco do tema quando os relatos começam a ser transformados em discussões além do contexto proposto. O nível de interação entre participante-participante e entre participantes-mapa pode tomar proporções onde convém o pesquisador deixar o processo fluir com mínima intervenção. Por essa razão, coube a pesquisadora acompanhar a oficina e intervir no desenho do mapa na mesma proporção dos outros participantes, apenas como mais um auxílio no registro das informações.

Cabe reforçar também que o mapeamento coletivo aplicado pode ser denominado como um mapeamento da percepção. Indagar sobre percepção pode remeter a uma caracterização do espaço, a partir de uma adjetivação e relatos de sensações. Toda experiência envolveu esses aspectos. Entretanto, é preciso estar claro que o sentido do mapeamento aplicado está na vinculação dessas caracterizações a ações, tanto de movimentos no espaço (trajetos-rotas-caminhos) quanto de permanência (pontos-localidades). Portanto, o mapeamento da percepção mapeia sensações, movimentos e permanências, no caso da pesquisa, em relação aos espaços *verdes* e *azuis*.

Nesse sentido, entretanto, observou-se que essas associações são partes da análise técnica do mapeamento, cabendo a pesquisadora concluir a partir das observações dos participantes, sobressaltadas por adjetivos e sentimentos. Não cabe ao participante leigo mais essa função de registro dos movimentos em relação ao espaço físico, nem mesmo uma categorização em relação às temporalidades, como foi planejado inicialmente.

Em suma, o mapeamento a partir dos ateliês possibilitou o registro das percepções, experiências e modos de vida daqueles que habitam o local de estudo, de modo a sintetizar e hierarquizar as informações

individuais na elaboração de um mapeamento coletivo. A produção dos mapas e de outras representações gráficas resultantes desse processo podem ser consideradas, parte do coletivo, em termos de causa e de destino.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. **Alma espacial**: o corpo e o movimento na arquitetura. Porto Alegre: Ufrgs, 2010.

ARES, Pablo; RISLER, Julia. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

BATESON, Gregory. **Mente e natureza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.a., 1986.

BESSE, Jean-marc. **O gosto do mundo**: Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014. 234 p.

BRASIL. Lei nº 482, de 17 de janeiro de 2014. **Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis**.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Povos indígenas em Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2017.

BUZZ, Imobiliária. **Empreendimentos imobiliários no Campeche**. Disponível em: <<https://imobiliariabuzz.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CAMPECHE, Jornal Fala. **ISA Campeche**. Disponível em: <<http://www.campeche.org.br/blog/jornal-fala-campeche/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

CARSIGNOL, Jean. Des passages à gibier à la Trame Verte et Bleue : 50 ans d'évolution pour atténuer la fragmentation des milieux naturels en France. **Le Naturaliste Canadien**, [s.l.], v. 136, n. 2, p.76-82, 2012. Consortium Erudit. <http://dx.doi.org/10.7202/1009111ar>.

CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da Ufsc, 2000.

CATARINENSE, Diário. **Número de imigrantes em Santa Catarina triplicou em 10 anos, revela Censo.** 2012. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2012/04/numero-de-imigrantes-em-santa-catarina-triplicou-em-10-anos-revela-censo-3741704.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas.** São Paulo: Editora Moderna, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Visões do Novo Mundo na pintura religiosa da Renascença. **História (São Paulo)**, [s.l.], v. 32, n. 1, p.198-230, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-90742013000100013>.

CHORIS, Louis. **Vues et paysages des régions équinoxiales.** Paris: Paul Renourd, 1827. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8540985m/f26.item.r=.zoom>>. Acesso em: 11 out. 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **A Thousand Plateaus: capitalism and schizophrenia.** Londres: Continuum, 2004. Disponível em: <<http://projectlamar.com/media/A-Thousand-Plateaus.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2017.

DEY, Ian. **Qualitative data analysis: A user-friendly guide for social scientists.** London: Routledge, 1993.

DIÁRIO CATARINENSE: **FLORIANÓPOLIS: origens e destino de uma cidade à Beira Mar.** Florianópolis, mar. 1998.

DIAS, Jamille Pinheiro; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio. Múltiplos e animados modos de existência: entrevista com Bruno Latour. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. , p.499-519, jan. 2014.

DIAS, Vera Lucia Nehls. **Tantos Campeches quantas imaginações**. 1995. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. 2008: Nupaub/usp, 2008.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: Nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

GIBSON, James. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Psychology Press: New York, 1986.

GEOPROCESSAMENTO. **Geoprocessamento do município de Florianópolis**. Disponível em: <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HARVEY, David. **Condição pos-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2003. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: <http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.

HEIDEGGER, Martin. **Marcas do caminho**. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de Enio P. Giachini e Ernildo Stein.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

HOLL, Steven. **Cuestiones de percepción:** Fenomenología de la arquitectura. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.

HOUGH, Michael. **Naturaleza y ciudad:** planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA:** Censo demográfico Distrito do Campeche. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=10&unidade=420540712#/S/C/D/A/52/T/Q>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

ILHA, **Jornal Imagem da. Imagem aérea da Ilha.** Disponível em: <<http://www.imagemdailha.com.br/blog/--livro-apresenta-colecao-inedita-dos-primeiros-manuscritos-sobre-arvores-e-frutas-de-santa-catarina.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015. 390 p.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment.** London And New York: Routledge, 2000.

IPUF. **Mapas Plano Diretor.** Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?cms=mapas&menu=1>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

IPUF. **Florianópolis: dinâmica demográfica e projeção da população por sexo, grupos etários, distritos e bairros (1950-2050).** Novembro, 2007. Disponível em: <http://planodiretorflorianopolis.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/06/Estudo-Demogr%C3%A1fico-Paulo-Campan%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 01/11/2017

LATOUR, Bruno. **An Inquiry into Modes of Existence.** London: Harvard University Press, 2013.

LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MAGNOLI, M. M. Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J.. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. 6. ed. São Paulo: Palas Athena, 2007. 288 p.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **A Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1991. 693 p.

NÓR, Soraya. **Paisagem e lugar como referências culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis**. 2010. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

NÓR, Soraya. **A trama da natureza na paisagem cultural urbana**. No prelo.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: Ufsc, 2012.

RICOTTA, Lucia. A CONSTELAÇÃO ESPACIAL DAS CENAS DE ORIGEM EM SCENES DE LA NATURE, DE FERDINAND DENIS. **Revista Usp**, [s.l.], n. 91, p.112-124, 30 nov. 2011. Universidade

de Sao Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP.
<http://dx.doi.org/10.11606/iss>.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. A natimorta Tecnópolis do em Florianópolis: delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ufsc, 2005. p. 61-84.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 306 p.

SABINO, Vera. **Galeria de arte**. Disponível em:
<<http://www.verasabino.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 6, n. 14, p.95-106, abr. 1992. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141992000100007>.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **Tecnica, espaço, tempo : globalização e meio tecnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: Edusp, 1995. 345 p.

TARDIN, R. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TARDIN, R. Ordenação sistêmica da paisagem. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<<http://www.anparq.org.br/dvdenanparq/simposios/18/18-231-1-SP.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010

TSING, Anna. More-than-Human Sociality. A Call for Critical Description. In: Anthropology and Nature. Org: Kirsten Hastrup. New York: Routledge, 2013.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world:** on the possibility of life in capitalism ruins. Oxford: Princeton University Press, 2015.

BIBLIOGRAFIA

ALPHANDÉRY, Pierre; FORTIER, Agnès. La trame verte et bleue et ses réseaux : science, acteurs et territoires. **Vertigo**, [s.l.], n. 122, p.20-40, 12 set. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/vertigo.12453>.

ANDRADE, Leandro Marino Vieira; AXT, Margarete. Tudo que é dito, é dito por alguém: a noção de cidade como espaço cognitivo. **Informática na Educação: Teoria e Prática**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p.85-100, set. 2000.

BERMAN, Morris. **El reencantamiento del mundo**. Chile: Cuatro Vientos, 1981. 321 p.

BOURRIAUD, Nicolas. **Estética relacional**. São Paulo: Martins, 2009.

CARDOSO, Thiago M. **Paisagens em transe - uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal**. Tese de Doutorado. Florianópolis, PPGAS UFSC. Pp. 213-280

CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

DEBRAY, Adèle. La notion de réseau écologique en France: construction scientifique, appropriation par les politiques publiques et traduction territoriale. **Vertigo**, [s.l.], p.20-30, 8 mar. 2011. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/vertigo.10687>.

DIMENSTEIN, Marcela; SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Em busca de novos caminhos metodológicos: percepção e vivência nos espaços públicos urbanos contemporâneos por idosos da cidade de João Pessoa. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.417-439, 25 ago. 2017. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2017>.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FARAH, Ivete. Tramas Verde e Azul como ferramenta para o desenvolvimento sustentável: o caso de Paris. In: COSTA, Lucia Maria

Sá Antunes; MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. **Conectividade e resiliência: Estratégias de projeto para metrópole**. Rio de Janeiro: Rio Books Proureb, 2012. Cap. 2. p. 85-121.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M.; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualiquantitativa. **Distúrb Comun**, São Paulo, v. 1, n. 25, p.129-136, abr. 2013.

FUÃO, Fernando Freitas. As formas do acolhimento na arquitetura. In: SOLIS, Dirce Eleonara; FUÃO, Fernando Freitas. **Derrida e arquitetura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014. p. 43-111.

HEIDEGGER, Martin. **Poetry, language, thought**. New York: Harper & Row, 1971. Tradução de Albert Hofstadter.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o humanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão.

INGOLD, Tim – 2013. **Making. Anthropology, Archaeology, Art and Architecture**. New York/London: Routledge. pp 1-16.

INGOLD, Tim. **Da transmissão de representações à educação da atenção**. Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2014.

KELLEY, Matthew James; PENDRAS, Mark; MINNELLA, Heather. Sketching culture, sketching nature: uncovering anchors of everyday nature for urban youth. **Social & Cultural Geography**, [s.l.], v. 13, n. 8, p.873-893, dez. 2012. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14649365.2012.735690>.

Latour, Bruno – 1998. “To modernize or to ecologize? That’s the question”. In: N. Castree & B. Willems-Braun (eds.) *Remaking Reality: Nature at the Millenium*. London and New York: Routledge. pp. 221-242

MAKOWIECKY, Sandra. Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX - Artistas viajantes e o estranhamento da paisagem. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p.0-0, out. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARCUSE, Herbert. **One-dimensional Man**. New Yprk: Beacon, 1966.

MEHDI, Lotfi et al. Évolution de la place du végétal dans la ville, de l'espace vert a la trame verte. *Vertigo*, [s.l.], n. 12, p.20-60, 12 set. 2012. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/vertigo.12670>.

ORTIZ, Brenda Isela Cenicerros. Mapear la frontera.: Los ecos del obturador desde el borde. **Urbs: Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, Universidad de Almeria, v. 8, n. 1, p.9-23, maio 2018.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PANELLA, Maurício Camargo. De fora adentro: uma experiência de pertencimento afetoso, entorpecido, aéreo e enraizado com o mundo. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 13, n. 31, p.144-156, jun. 2012. Semestral.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1999.

PITTA, Maurício Fernando. Humboldt e Heidegger sobre linguagem: expressão do espírito ou morada do ser? **Filogênese**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.108-120, 2014. Disponível em: <https://www.marília.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENES E/10_mauriciopitta.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ROSSATO, Luciana. Imagens de Santa Catarina: arte e ciência na obra do artista viajante Louis Choris. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 49, n. 25, p.175-195, jun. 2005.

STEIER, Frederick; BROWN, Juanita; SILVA, Flavio Mesquita da. The World Café in Action Research Settings. **The Sage Handbook Of Action Research**, [s.l.], p.211-219, jun. 2015. SAGE Publications Ltd. <http://dx.doi.org/10.4135/9781473921290.n21>. Disponível em: <<http://www.theworldcafe.com/wp-content/uploads/2015/09/BRADBURY-Chp20.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

VALLADARES, Mauricio de Brito e Cunha. Entre a natureza e o artifício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 11, n. 1, p.73-88, 31 maio 2009. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR). <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009>.

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Sobre a dimensão tempo-espacial na análise organizacional. **Rev. Adm. Contemp.**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.103-119, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-65552005000200006>.

WEHMANN, Hulda Erna. A pesquisa qualitativa fenomenológica:: olhos para ver a criatividade cotidiana. **Risco**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.56-66, dez. 2016.